



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD
Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural

Comissão:

Profa. Dra. Mariella Pitombo Vieira (Presidente da Comissão, Profa. Adjunta do Cecult)

Prof. Dr. Augusto Sá Oliveira (Prof. Adjunto do Cecult)

Ellen Melo dos Santos Cruz (Servidora Técnica do Cecult)

Profa. Dra. Daniele Pereira Canedo (Profa. Adjunta do Cecult)

Profa. Dra. Elga Lessa de Almeida (Profa. Adjunta do Cecult)

Profa. Dra. Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand (Profa. Adjunta do Cecult)

Prof. Dr. José Marcelo Dantas (Prof. Adjunto do Cecult)

Profa. Dra. Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner (Profa. Adjunta do Cecult)

Profa. Dra. Paula Félix Dos Reis (Profa. Adjunta do Cecult)

Profa. Dra. Sarah Carneiro (Profa. Adjunta do Cecult)

Profa. Dra. Thais Fernanda Salves de Brito (Profa. Adjunta do Cecult)

Santo Amaro, julho de 2016

APRESENTAÇÃO

Formulário
Nº 01

Apresentação do projeto político pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, que integra o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), localizado na cidade de Santo Amaro da Purificação.

Breve Histórico da UFRB e CECULT

A delimitação do Recôncavo Baiano, em termos geopolíticos, não é de fato precisa. Tomando-se como referência a Baía de Todos os Santos, seu território penetraria no continente por aproximadamente 80 quilômetros. Sua área total é calculada em 1.196 km . O governo estadual considera oficialmente o chamado “Território de Identidade” do Recôncavo composto por 20 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Uma súmula do contexto do Recôncavo da Bahia na atualidade: a vitalidade econômica e cultural de épocas passadas não se manteve, conformando, nesse território carregado de diversidade, um cenário de pobreza, sofrimento, lutas e instabilidade econômica. Numa conjuntura recente de retomada do desenvolvimento econômico e social do Brasil e do Estado da Bahia, a região passa a receber influxos dinamizadores de sua economia, sociedade e cultura. Nesse contexto, foi criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Entre os anos de 2002 e 2005, foi implantada na região a segunda universidade federal do estado da Bahia, como parte do processo de reconhecimento do Recôncavo como território de identidade. A formação histórica da região, resumida no item anterior, revela fatos que, desde o período colonial, permitiram a construção e consolidação de uma cultura acadêmica e exerceram papel fundamental na formação profissional e no desenvolvimento científico na região, contribuindo sobretudo para o desenvolvimento da agropecuária no Estado. Nesse aspecto, destacam-se a criação do Imperial Instituto Agrícola da Bahia (1859) e da Escola de Agricultura da Bahia (1877), raízes históricas da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia

(UFBA), principal embrião da instituição que veio a se chamar UFRB.

A UFRB surge com o desafio de contribuir para superar o déficit histórico de vagas do ensino superior público no Estado. A Bahia chega ao século XXI dispendo do menor número de matrículas no ensino federal superior do Nordeste e o segundo pior do Brasil. A razão de 1,49 matrículas para cada mil habitantes, apresentada pela Bahia, corresponde apenas à metade daquela apresentada pelo vizinho estado de Pernambuco. Apesar das dimensões territoriais, econômicas e populacionais e da multipolarização dos seus espaços geográficos, que por si já justificariam a existência de outras universidades. Tal situação se manteve por décadas, evidenciando grave desvio do pacto federativo em relação ao estado, e, certamente mais grave, conformada por um incômodo silêncio de gerações de baianos e suas lideranças.

A UFRB, com sede no município de Cruz das Almas, foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. No ato de sua criação, passaram a integrar a UFRB os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA. Os alunos regularmente matriculados nos cursos foram transferidos e passaram automaticamente a integrar o corpo discente da UFRB. Também foram redistribuídos para a UFRB os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento da Escola de Agronomia.

A UFRB possui, atualmente, sete Centros de Ensino: Centro de Formação de Professores (Amargosa); Centro de Artes, Humanidades e Letras (Cachoeira); Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cruz das Almas); Centro de Ciências da Saúde (Santo Antônio de Jesus); Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (Feira de Santana); e Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Santo Amaro da Purificação).

O campus de Santo Amaro consta no projeto inicial de implantação da UFRB. Essa conquista se deve, fundamentalmente, às estratégias, ações e compromissos acadêmicos, associados às lutas sociais por educação. A criação do CECULT, em 2014, concretiza o projeto inicial da UFRB e simboliza a política de crescimento do ensino público superior do país nos últimos dez anos, que tem colocado como questão central a educação superior, o ensino, a pesquisa, a extensão, a ampliação de oportunidades e inclusão social, com vistas a intensificar a formação cidadã e profissional no interior da Bahia.

Em 2007, como forma de ampliar sua oferta e consolidar uma nova arquitetura acadêmica,

a UFRB aderiu ao REUNI. Essa adesão representou uma oportunidade para consolidação da Instituição, permitindo não só ampliação quantitativa e organizacional, mas assegurando-lhe também maior solidez acadêmica. Por se tratar de uma Universidade recém-criada, a UFRB participou do REUNI em dimensão diferenciada das demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): não se tratava de um processo de reestruturação, mas de estruturação fundada em critérios mais racionais, maximizando a utilização da capacidade técnica e científica já instalada, fruto da fase de implantação. Nesse aspecto, o REUNI significou de fato uma expansão programada, visando garantir melhor qualidade do ensino e qualificação pedagógica dos docentes, investindo em infraestrutura e pessoal, melhorando as condições financeiras e estruturais capazes de viabilizar o ideário e a missão institucional.

No contexto de reestruturação pedagógica dos cursos de graduação, atendendo a metas do REUNI, em 2009, e buscando inovações curriculares e formativas crítico-emancipatórias na educação superior foram concebidos os cursos de Bacharelado Interdisciplinar. Esse projeto foi estruturado com vistas a uma formação de natureza interdisciplinar, com enfoque nas culturas humanística, artística e científica, articuladas a saberes concernentes aos referenciais locais. Os BIs inauguram uma forma inovadora de acesso à universidade, por meio de ciclos de formação, sendo um primeiro ciclo de formação geral e básica, garantindo acesso e preparação para a formação específica em cursos profissionalizantes.

O projeto do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (BICULT) conforma uma matriz teórica, uma arquitetura curricular e um referencial metodológico que se articulam num modelo de formação universitária integrado, modular em ciclo. Através dessa concepção de estrutura curricular denominada “regime de ciclos”, adotada em atenção às políticas emancipatórias e críticas no campo do currículo, dos estudos epistemológicos e formativos, o projeto propõe a adoção de modelos pedagógicos ativos e abertos, de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, que integram o pensamento pedagógico contemporâneo. Referimo-nos às concepções curriculares, de ensino, de aprendizagem, de avaliação. Interessa-nos focar as contribuições do pensamento pedagógico amplo, plural, complexo e inventivo para a criação do BICULT – CECULT.

A política de formação visa a autonomia, na busca da construção da cidadania e da profissionalização dos estudantes, capacitando-os a continuar aprendendo durante e por intermédio de sua prática social e profissional. Os BIs inauguram uma forma inovadora de acesso à universidade, por meio de ciclos de formação, sendo um primeiro ciclo de formação geral e básica, garantindo acesso e preparação para a formação específica em cursos profissionalizantes no

segundo ciclo.

O Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural

A proposta do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Política e Gestão Cultural, em consonância com as diretrizes institucionais do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(UFRB), assume o compromisso de gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias; propiciar formação cidadã continuada nas diferentes áreas de conhecimento; contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do estado e do país, por meio de pesquisas e da formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica.

O projeto destaca o objetivo de formar profissionais aptos a desenvolver atividades de um determinado eixo tecnológico e capazes de utilizar, desenvolver e/ou adaptar tecnologias com compreensão crítica das implicações decorrentes das relações com o processo produtivo, com o ser humano, com o meio ambiente e com a sociedade em geral. O objetivo é atender às necessidades formativas específicas na área tecnológica, de bens e serviços, de pesquisas e de disseminação de conhecimentos tecnológicos. O curso é definido, ainda, pela flexibilidade curricular e pelo perfil de conclusão focado na gestão de processos, na aplicação e no desenvolvimento de tecnologias. Em resumo, pretende-se atuar com os conhecimentos gerais e específicos, o desenvolvimento de pesquisas científico-tecnológicas e as devidas aplicações no mundo do trabalho.

O CST em Política e Gestão Cultural pretende contribuir para a formação profissional do setor cultural em franco desenvolvimento nos últimos anos, com participação crescente no PIB baiano e brasileiro, principalmente nas últimas duas décadas, e que continua em processo de expansão, graças ao reconhecimento, cada vez mais unânime, da sua importância estratégica no desenvolvimento econômico de países e regiões, através do campo que atualmente é denominado Economia Criativa e que abrange a produção cultural, empreendimentos criativos, patrimônio, linguagens artísticas, etc. Além disso, busca-se instrumentalizar, através do curso aqui apresentado, o futuro profissional para atuar nas novas demandas na área de cultura tanto na esfera privada como pública.

A região do Recôncavo da Bahia, onde se situa a UFRB em uma estrutura multicampi presente em sete municípios, é historicamente fundamental na identidade cultural dos baianos e contribui com a riqueza cultural do estado através das suas manifestações culturais tradicionais,

principalmente na música, com o samba de roda – declarado patrimônio cultural imaterial pela Unesco há mais de uma década.

Ao trabalhar o perfil e o campo de atuação do gestor cultural, uma profissão relativamente nova, é preciso analisar também o seu processo formativo, considerando como base de sustentação teórica conhecimentos multidisciplinares, que devem estabelecer relações com as questões artísticas e culturais associadas aos conhecimentos sociológicos, antropológicos e políticos, bem como aos conhecimentos mais técnicos da comunicação, da economia, da administração e dos direitos aplicados à esfera cultural.

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, na modalidade presencial. A proposta curricular se baseia nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na LDB nº 9394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, bem como, nas resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Tecnológica de Graduação do sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

Este Projeto Político Pedagógico guarda a especificidade de propiciar duas formas de ingresso, quais sejam: a) a entrada direta pelo SISU; b) processo seletivo interno, especial para egressos do BICULT, atendendo às demandas do PPC do BICULT, que prevê a oferta de um segundo ciclo de formação de caráter profissionalizante.

O PPC do BICULT propõe terminalidades a serem oferecidas para os seus egressos que desejem prosseguir sua formação com o segundo ciclo, nas seguintes áreas: Produção Musical, Tecnologias do Espetáculo, Jogos Digitais e Política e Gestão Cultural. Desse modo, a proposição de um Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural visa a contemplar também o segundo ciclo de formação do BICULT, conforme previsto em seu PPC.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Formulário
Nº 02**

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural

MODALIDADE: Presencial

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS: 40 vagas por ano

TURNO DE FUNCIONAMENTO (Conforme Nota Técnica UFRB/ PROGRAD nº 05/2011): Noturno

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR COMPONENTES CURRICULARES

Obrigatórias:	{	Formação Geral: 272 h Formação Básica: 442h Formação Específica: 748h Trabalho de Conclusão de Curso: 238 h
Optativas:	{	170h

Estágio Curricular Obrigatório: Não se aplica

Atividades Complementares: 120 horas

Carga Horária total do Curso: 1990 horas

PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:

Tempo Mínimo: 3 anos

Tempo Médio: 4 anos

Tempo Máximo: 6 anos

FORMA DE INGRESSO: Sistema de Seleção Unificada – SISU / Egressos do Bacharelado em Cultura, Linguagens e Tecnologias (BICULT) /Portador de Diploma / Transferência Interna / Transferência externa

REGIME LETIVO: Anual

ATO AUTORIZATIVO: (Resolução CONAC/UFRB que aprova o PPC de curso a ser incluída no documento após aprovação Câmara)

JUSTIFICATIVA

**Formulário
Nº 03**

O Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT representa uma experiência pioneira, inspirada nos estudos interdisciplinares nos campos da cultura, das linguagens artísticas, das tecnologias do espetáculo e da economia criativa. Formações, produtos e serviços oriundos dessa proposta impactarão a dinâmica social e econômica da região e do estado da Bahia. Notadamente, por constituir um novo campo de desenvolvimento associado às vocações locais, aos padrões de criatividade e inovação dos setores da região mais diretamente ligados à cultura.

O Projeto Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - BICULT possibilita ao estudante tanto uma formação geral em cultura humanística, artística e científica, articulada a saberes concernentes às áreas de formação na universidade, conformando-se assim o 1º Ciclo de Formação, como também

permite que o estudante dê prosseguimento à formação específica a partir dos diferentes itinerários formativos nos campos da cultura, das linguagens artísticas e das tecnologias da cena. Dentre esses itinerários formativos está contemplada a área de conhecimento em Políticas e Gestão Cultural. Nesse contexto, há de se reconhecer a pertinência da proposição de um Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural.

Para além do contexto institucional da UFRB, a pertinência da implantação de um Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural se coaduna também às especificidades da configuração social contemporânea marcada pela centralidade que a questão cultural vem alcançando tanto no plano político como no econômico.

No plano político, a questão cultural ganha evidência e se manifesta na ascensão dos debates em torno das questões da construção das identidades culturais, nos processos de “choque civilizatórios” de base religiosa ou cultural, na importância da valorização das tradições e expressões culturais dos povos, estimulada, por sua vez, pela ascensão do discurso da diversidade cultural.

No plano econômico, a compreensão da dimensão econômica da cultura e o seu papel como estimulador do desenvolvimento são questões que podem ser percebidas hoje pela expressividade da geração de riquezas promovida pelas indústrias do simbólico (estimativas do Banco Mundial apontam para o fato de que cerca de 7% PIB mundial advém de atividades culturais); na ampliação das demandas, do consumo e do mercado culturais; na participação do setor privado mediante ações de marketing cultural, patrocínio e mecenato; na proliferação de legislações de incentivo a investimentos em bens e serviços culturais; na essencial intervenção e iniciativas culturais do Estado, nas suas várias esferas de poder.

Há de se ressaltar ainda que nos últimos anos, as modificações na agenda político-cultural tanto no âmbito federal, quanto estadual vieram ampliar a demanda por pessoal qualificado para atuar no campo da cultura. A implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC)¹ e do Sistema Nacional de Cultura (SNC)² pelo Ministério da Cultura (MinC), traz consigo uma crescente necessidade de avanço na formação. Nove das 53 metas do Plano Nacional de Cultura referem-se à formação³ e, entre os nove elementos constituintes do SNC,

¹Instituído através da Lei nº 12.343/2010.

² O Sistema Nacional de Cultura foi instituído através do Art. 216-A da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012.

³META 16 - Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas [...];META 18 - Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais

estão os programas de formação na área da cultura. Como o SNC prevê, entre outras coisas, a existência nos estados e nos municípios de Secretarias, Conselhos e Fundos de Cultura, faz-se necessário pessoal preparado não somente para gerir estas instituições, mas também, e especialmente, para pensar, articular e pactuar as políticas de cultura. É necessário pontuar ainda que a territorialização e a democratização das políticas de cultura exigem a presença de cidadãos e cidadãos qualificados para a participação ativa neste processo.⁴ Cabe, ainda, salientar que os esforços empreendidos pelo MinC e alguns estados e municípios para estimular a Economia Criativa aumenta a demanda por profissionais qualificados para atuar nesta área.

Finalmente, no âmbito participativo das políticas culturais percebe-se que a formação esteve presente em uma série de propostas discutidas na II Conferência Nacional de Cultura (CNC), depois de um processo que teve início com as conferências municipais, estaduais e setoriais em todo o Brasil. A questão foi apontada como uma das prioridades no sub-eixo 5.1, que tratava dos Sistemas Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Cultura (dentro do eixo sobre gestão e institucionalidade da cultura). Como exposto através do documento do SNC, a formação é uma das bases para que a implementação do sistema consiga atingir todo o território nacional, já que a gestão cultural se coloca como uma das barreiras para que os municípios, por exemplo, tenham a sua efetiva atuação no campo das políticas culturais (através de órgãos específicos, conselhos, planos e fundos municipais). Na III CNC (2013), a necessidade de melhoria na formação e qualificação permanece em destaque.

Em 2009, o Ministério da Cultura (MinC) juntamente com a UFBA, realizou um Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil. O mapeamento revelou três pontos de grande relevância: a concentração das ações de formação no Sudeste do país (48%), sob responsabilidade de instituições privadas (49%) e na forma de cursos de extensão (76%), ou seja, de curta duração. Temos ainda 64% de cursos sem frequência

áreas da cultura [...]; META 19 - Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.” Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/09/Relacao-metas-PNC-eixos-CNC-completo.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

⁴ Isso vale também para o âmbito estadual. Na Bahia, por exemplo, a própria criação de uma secretaria exclusiva para a cultura em 2007 e, mais ainda, o início da descentralização das políticas de cultura, vem exigindo uma maior profissionalização do setor. Até então, a Secretaria de Cultura e Turismo tinha uma atuação muito débil fora da capital; no momento em que se começa a trabalhar para levar as políticas de cultura a todos os 417 municípios baianos, aumenta a necessidade de pessoal qualificado em todo o estado.

definida, ou seja, não há certeza de que sejam ofertados com periodicidade⁵. A realização do mapeamento serviu para mostrar a fragilidade acadêmica da formação no setor.

Na Bahia, a criação de uma Secretaria de Cultura (SECULT) em 2007, a aprovação da Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei nº 12.365) em 2011 e o início da descentralização das políticas de cultura, vem exigindo uma melhoria na formação em cultura tanto em Salvador, quanto no interior do estado. O Art. 5º § XIX na citada lei aponta entre os objetivos da Política Estadual de Cultura “promover a formação e a qualificação de públicos, criadores, produtores, gestores e agentes culturais, considerando características e necessidades específicas de cada área”.

Diante deste contexto, a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural poderá vir a suprir a lacuna na oferta de cursos para a formação e qualificação para o campo da organização da cultura na Bahia. Atualmente, no estado, há apenas um curso de graduação (Bacharelado) em Produção Cultural, sediado na Universidade Federal da Bahia, cuja demanda é bastante elevada. Nesse sentido, a presente iniciativa poderá preencher esta lacuna e tornar o CECULT como uma importante referência na formação de profissionais no campo da gestão e das políticas culturais.

Como se sabe, o Recôncavo da Bahia é um seleiro da produção artístico-cultural do estado, encontrando-se aqui um rico e variado leque de manifestações e expressões da cultura popular (samba de roda, capoeira, maculelê, manifestações culturais vinculadas ao candomblé), uma relevante produção artística, notadamente na área da música, além de abrigar importantes instituições culturais a exemplo do Teatro D. Canô, do Museu Hansen Bahia, do Cine Teatro Cachoeirano, da Irmandade da Boa Morte, entre outros. Nessa ambiência marcadamente cultural, a proposta da criação de um Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural no Recôncavo propiciará a formação de uma nova classe profissional fundamental na engrenagem da organização do campo da cultura, qual seja: a do gestor cultural.

Da forma como foi idealizado, o curso formará profissionais qualificados, capazes de atuar no campo cultural com consciência crítica e ética. A matriz curricular proposta oferece uma formação técnico-humanística a partir de uma perspectiva que alia conhecimentos nas áreas das Ciências Humanas (História, Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas), Ciências Sociais Aplicadas (Administração Pública, Economia, Direito e Comunicação) e das

⁵Disponível em: <http://www.organizacaocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

Artes, possibilitando assim a formação de um sujeito crítico no seu campo de atuação profissional, além da instrumentalização técnica necessária para desempenhar suas atividades profissionais. O egresso do curso estará apto a atuar num extenso campo profissional que envolve tanto o setor público e estatal (secretarias de governos, instituições culturais governamentais, Organizações não-governamentais, Organizações Sociais) com o setor privado (as indústrias culturais, projetos de empreendedorismo cultural, coletivos e grupos artístico-culturais, instituições culturais privadas), desenvolvendo atividades de gestão que podem envolver desde a elaboração, implementação de políticas públicas para a cultura como também a gestão de instituições da sociedade civil (ONG's, Oscips, OS's) e ainda ações de empreendedorismo de negócios culturais e assessoramento de grupos e coletivos artístico-culturais.

Diante do exposto, estamos propondo um Curso Superior de Tecnologia em caráter **Experimental** em Política e Gestão Cultural, uma vez que o curso mais próximo à nossa proposta, o de Produção Cultural, já registrado no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia do MEC não atende às especificidades do perfil do profissional que pretendemos formar. O perfil de produtor cultural previsto no referido catálogo possui um escopo de atuação mais restrito, voltado prioritariamente à organização de eventos. O curso que propomos em caráter experimental em Política e Gestão Cultural oferece uma formação mais abrangente e complexa que habilita o egresso a ter um arco de atuação profissional mais amplo e estratégico no multifacetado e promissor campo da cultura.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

**Formulário
Nº 04**

O Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) parte da premissa de que a cultura é uma dimensão primordial no processo de desenvolvimento de uma sociedade, de modo que deve ser encarada como eixo fundante na promoção de políticas e ser alvo de iniciativas democratizantes.

Nestes termos, o curso se configura como uma plataforma formativa que abrange conteúdos alinhados à perspectiva tecnológica e engloba, também, abordagens ancoradas no campo das ciências sociais, pois considera fundamental que os profissionais egressos do curso

compreendam conceitos relevantes para a atuação no mundo do trabalho, a exemplo das noções de *Estado e Sociedade Civil*.

Sendo assim, seu investimento pedagógico resulta na composição de um processo formativo que preza por abordagens que se relacionam, tanto com as teorias do campo da gestão, quanto das áreas de sociologia e da ciência política, a fim de engendrar uma formação que favoreça o contato com as múltiplas faces de uma sociedade e com as relações sociais que a caracterizam.

Por isso, é compromisso do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) o mapeamento dos elos possíveis entre *cultura* e as dimensões *pública, estatal e privada* de uma sociedade; e ao propor aportes que resultem neste mapeamento, o curso estabelece uma identificação com discursos e práticas que consideram a gestão um dispositivo de mediação, proposição e execução de políticas culturais.

No que tange às políticas culturais, interessa a este curso apresentar os diferentes setores e as distintas linguagens que podem engendrar tais políticas, de modo que a formação contará com componentes curriculares que objetivam munir os futuros profissionais dos conceitos ligados ao universo das artes e, também, ao campo da gestão de expressões culturais locais e experiências de diferentes personalidades jurídicas.

BASE LEGAL

Formulário Nº 05

O mundo do trabalho tem sido modificado por novas formas de organização e gestão que buscam responder às demandas geradas pela complexificação das tecnologias e sua incorporação na geração de produtos e prestação de serviços. Para se adequar às necessidades do mercado, mas também possibilitar um maior dinamismo no acesso às novas tecnologias, que estão em constante evolução, as instituições de ensino superior passaram a valorizar uma formação profissional que contemplasse uma visão mais global dos processos produtivos e maior aproximação com o mercado de trabalho.

Nesse sentido, a proposta do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural reflete as mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro nas últimas décadas, com o reconhecimento da necessidade de sua dinamização e diversificação, observando o contexto

do Recôncavo da Bahia e a necessidade de possibilitar o aumento do acesso a essas tecnologias e novos modelos de gestão.

Autorizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº9.394/96) e pelo Decreto nº 5.154/04, o Conselho Nacional de Educação tem acompanhado as mudanças decorrentes desse processo, expedindo algumas orientações para a criação de cursos superiores de tecnologia. As normativas expedidas pelo órgão, e pelo próprio Ministério da Educação, constituem a base legal deste Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, a seguir indicadas:

- **Parecer CNE/CES nº436/2001⁶, aprovado em 2 de abril de 2001** - Cursos Superiores de Tecnologia - formação de tecnólogos;
- **Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002 e Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002** -Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- **Parecer CNE/CES nº 277/2006⁷, aprovado em 7 de dezembro de 2006** - Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação;
- **Portaria Normativa MEC nº12/2006** - que dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- **Portarias nº 10/2006, nº 1024/2006 e Resolução CNE/CP nº 3/2002**,que dispõe sobre a carga horária mínima em horas para Cursos Superiores de Tecnologia;
- **Parecer CNE/CES nº 239/2008⁸, aprovado em 6 de novembro de 2008** -Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia;
- **Portaria MEC nº413de 11 de maio de 2016** - Atualização do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.

Apesar de o curso proposto não constar no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, não havendo, portanto, diretrizes curriculares nacionais para o mesmo, a legislação vigente possibilita a inclusão de novos cursos em caráter experimental mediante apresentação de proposta, nos termos da LDBEN e da Portaria nº1.024/2006.

⁶ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2016.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf>. Acesso em: 18 jun 2016.

⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf>. Acesso em: 18 jun 2016.

Além das normas legais específicas da graduação tecnológica, orientam a formulação da presente proposta as seguintes normas:

- **Lei 9394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- **Portaria Normativa nº 40/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010**, que trata de dispositivos legais acerca de informações acadêmicas;
- **Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 3/2004**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- **Novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação- SINAES (Brasília, 2015)** - Observar os indicadores que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para incorporação dos requisitos necessários ao reconhecimento do curso;
- **Portarias Periódicas do INEP**, que dispõem sobre o componente de Formação Geral que integra o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes como parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação. Últimas atualizações: Portaria MEC/INEP nº 244/2013 e Portaria MEC/INEP nº 255/2014;
- **Resolução CONAC/UFRB 002/2011**, que dispõe sobre as normas para acesso aos cursos do 2º Ciclo após a conclusão dos Bacharelados Interdisciplinares e similares da UFRB;
- **Resolução UFRB/CONAC Nº 03/2007 e Resolução UFRB/CONAC Nº 01/2009**, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
- **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRB (2015-2019)**, dentre os compromissos institucionais assumidos, também define a organização curricular dos cursos pautada em três modalidades de componentes curriculares (geral, básico e específico);
- **Resolução UFRB/CONAC Nº 07/2009**, que Regulamenta as Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;

- **Resolução UFRB/CONAC N° 16/2008**, que dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - TCC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Educação Ambiental

- Lei 9.795/04/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº 4281/2002, que regulamenta a Lei 9.795/04/1999.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Educação Especial - Decreto nº 7611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no **Parecer CNE/CP 3/2004**.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a **Resolução CNE/CP nº 1/2012**.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764/2012.

Titulação do corpo docente (art. 66 da nº 9394/96)

Núcleo docente Estruturante (NDE), Resolução CONAES nº 1/2010.

Condições de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conforme disposto na CF/88, art.205, 206 e 208, na NBR/ABNT nº 9050/2004, na Lei nº 10.098/2000 e nos Decretos nº 5296/2004, nº 6949/2009, nº 7611/2011 e na Portaria nº 3284/2003.

Libras Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o Art. 18 da Lei 10.098/2000- inclusão de Libras como componente curricular.

Resolução CONAC/UFRB N°14/2009, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura e

optativo nos cursos de Bacharelados e Superiores de Tecnologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

OBJETIVOS DO CURSO

**Formulário
Nº 06**

OBJETIVO GERAL

- Formar profissionais a partir de uma perspectiva interdisciplinar para atuar no campo da organização da cultura de modo a habilitá-los para a prática profissional em setores que envolvam a formulação, análise e execução de políticas culturais, bem como o desenvolvimento de tecnologias e processos inovadores na gestão de instituições, de grupos e de projetos culturais, nas esferas pública e privada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar aos estudantes uma sólida formação teórica, metodológica e prática no campo da política e da gestão da cultura;
- Possibilitar uma formação profissional que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos discentes, uma ampla formação humanística, tecnológica e científica;
- Ofertar um curso inovador que ofereça ao estudante tanto a aproximação dos conhecimentos e das novas tecnologias que vem constituindo o campo das políticas e da gestão cultural, bem como o estímulo à prática do desenvolvimento de tecnologias e processos inovadores para a área;
- Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços culturais;
- Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos políticos, sociais e econômicos resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias no campo da cultura;
- Formar cidadãos éticos e críticos, cônescios da responsabilidade de atuar no complexo campo da cultura.
- Contribuir para suprir a lacuna de formação profissional no campo da gestão da cultura como diagnosticado pelo Ministério da Cultura;

- Colaborar para a dinamização econômica, especialmente do Recôncavo Baiano, através da potencial geração de emprego e renda no campo das políticas e da gestão cultural;
- Tornar o CECULT uma referência na formação profissional na área de política e gestão da cultura.

PERFIL DO EGRESSO

**Formulário
Nº 07**

Portador de uma formação interdisciplinar, o egresso deverá apresentar habilidades profissionais que lhe permitam formular, executar e avaliar políticas culturais, bem como se utilizar de estratégias e instrumentos de gestão cultural. Para tanto, o curso oferecerá uma extensa e diversificada gama de conhecimentos teóricos, práticos e experimentais, alinhados com a conformação contemporânea da cultura e com as peculiaridades dos diferentes segmentos e setores criativos, o que lhe possibilitará um amplo leque de atuação profissional na área da política e gestão cultural, condizentes com as distintas e promissoras possibilidades de ofertas do campo na atualidade.

COMPETÊNCIAS DO EGRESSO

**Formulário
Nº 08**

O egresso estará apto a:

- Elaborar, planejar e executar políticas, programas e projetos culturais desenvolvidos nas esferas pública e privada;
- Analisar, avaliar e monitorar políticas culturais;
- Gerir instituições e espaços culturais (museus, teatros, centros culturais e similares) nas esferas pública e privada;
- Gerir instituições culturais da sociedade civil (ONG's, OSCIP's, OS's e associações comunitárias);
- Empreender e gerir negócios culturais inovadores;
- Assessorar artistas, grupos e coletivos artístico-culturais, enquanto agente organizador da atividade cultural;

- Captar e gerir recursos financeiros vinculados a políticas, programas e projetos culturais nas esferas pública e privada;
- Desenvolver capacidades de gestão, planejamento, marketing e gestão financeira, aplicados ao setor cultural.

**IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
CONSTANTES NO PDI, NO ÂMBITO DO CURSO**

**Formulário
Nº 09**

A criação de um curso de graduação tecnológica apresenta-se como uma alternativa para a adequação da estrutura acadêmica e curricular aos ditames e exigências do século XXI, conforme diretrizes e orientações presentes do Plano de Desenvolvimento Institucional - UFRB (2015-2019). O PDI-UFRB é o instrumento institucional que define as políticas de ensino, extensão e pesquisa a serem perseguidas pelos Centros, de forma a possibilitar a construção de um perfil institucional identificável em todas as unidades e de um conjunto de práticas que se correlacionem com o contexto em que a UFRB está inserida.

Após 10 anos de funcionamento, a UFRB ampliou os princípios que orientavam seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), passando a enfatizar o debate sobre o lugar sobre o lugar ocupado pela formação superior da juventude.

Um dos temas mais atuais no âmbito dessa discussão diz respeito às consequências das mudanças sociais promovidas pelas novas tecnologias que exigem indivíduos formados para serem flexíveis já que vivem um mundo instável e veloz que provoca a exigência da educação ao longo da vida, condição para a reorientação profissional que pode demandar deslocamentos, reconfigurações familiares, domínio de outras línguas e, sobretudo, abertura para a diversidade. Esse panorama solicita que a universidade reformule os paradigmas que orientaram, até aqui, os processos formativos que dispensa à juventude. Deste modo, a UFRB quer desenvolver uma formação universitária que contribua para o seguinte perfil do egresso:

- Formar pessoas com competência técnica, política, humanística, ética e comprometidas com a qualidade de vida da população da qual fazem parte;
- Garantir o domínio de conhecimentos e de níveis diversificados de capacidades e competências relativos a perfis profissionais específicos, aliado à compreensão de temas que transcendam as questões individuais por serem relevantes para a coletividade;

- Formar pessoas comprometidas com a resolução de problemas sociais e com o desenvolvimento socioeconômico do Recôncavo Baiano, do Estado da Bahia e do Brasil no âmbito da sua competência profissional e cidadã
- Formar profissionais que exerçam suas futuras atividades laborais respeitando o desenvolvimento sustentável, a saúde coletiva, o patrimônio cultural e artístico e a ética na produção da ciência e da inovação.

Um outro princípio exaltado pelo PPI que integra o PDI refere-se à compreensão do currículo como um caminho dinâmico de aprendizagem que abrange intercorrências e mudanças, e não se restringe apenas a atividades pedagógicas e em sala de aula. Nesse sentido, o currículo deve expressar o mundo da vida, das relações, das trocas que ocorrem, às vezes de forma invisível e não necessariamente planejada, possibilitando assim uma formação profissional integrativa com as diferentes experiências e trajetórias individuais. Em outras palavras, o currículo como intencionalidade é transformado em ação que permeia o cotidiano do processo ensino-aprendizagem na instituição e nos espaços de aprendizagem extra-escolares.

Os princípios concebidos no âmbito deste instrumento refletem uma política que intenciona uma profunda integração da Universidade com os municípios do Recôncavo da Bahia, valorizando as relações sociais em que estão inseridas e uma prática acadêmica que contemple a diversidade sintetizada nesse espaço geográfico. Para tanto, compreende que práticas inovadoras pautadas na interdisciplinaridade devem ser privilegiadas na construção dos currículos. A interdisciplinaridade é compreendida como processo produtor de novos conhecimentos e significa uma revisão de suas formas de conhecimento e sua abertura para outras formas “não científicas” de compreensão do mundo. Espera-se, portanto, que a estrutura curricular possibilite ao discente a construção de sua própria trajetória acadêmica, que contemple uma relação dialógica entre teoria e prática a partir das experiências vivenciadas nas suas relações sociais. Para viabilizar a efetivação desta perspectiva é importante o desenvolvimento de práticas interdisciplinares. Entende-se este conceito como um conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, podem ser enriquecidos a partir da constituição de espaços permanentes de diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos servem de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas, com potencial para converter a

universidade num espaço público de interconhecimento, no qual sejam desenvolvidas ações pedagógicas que reforcem os compromissos da UFRB com o ambiente, a cultura, desenvolvimento de tecnologias, a qualidade de vida dos indivíduos e coletividades fundamentadas nas necessidades sociais da região, do estado e do país.

Ao considerar a interdisciplinariedade como princípios fundamentais para a política de ensino da graduação, o PDI propõe que os seus cursos de graduação se organizem para formar profissionais capazes de produzir uma articulação entre o desenvolvimento de conhecimentos gerais, básicos e específicos necessários ao exercício de uma determinada profissão. A instituição defende que essa política de ensino de graduação permitirá ao graduado a elaboração de uma concepção de mundo e de atividades de trabalho perpassados pela diversidade, devido à dinâmica dos contextos que se organizam e reorganizam, a todo o momento, e exigem novas ações profissionais que incorporem o geral e o específico.

O Projeto Pedagógico Institucional constante no PDI concede ainda um lugar de destaque ao entendimento acerca da especificidade da interiorização do ensino superior no que concerne ao perfil de um alunado historicamente alijado da educação universitária. Tal condição exige da Universidade um novo modo de ação que promova a vinculação com a sociedade e a realidade social, de modo a tornar-se referência para o trabalho acadêmico promovendo interação entre os diversos saberes e o saber científico. Isso remete a necessidade de aprimorar ações que promovam o aprender na universidade, o que significa desenvolver intervenções pedagógicas que permitam a familiarização dos estudantes com o campo semântico de um determinado domínio e uma linguagem científica, disciplinar; trabalhar a partir de textos e dados para conhecer conceitos e teorias, autores e trabalhos de pesquisa focalizar um tema específico e tirar informações; identificar, selecionar, sintetizar, estabelecer relações e problematizar; dominar os métodos e as formas de comunicação científica, desenvolver trabalhos acadêmicos com rigor, metodologia, elaboração de conceitos, análise e crítica; reconhecer que o espaço da universidade é um lugar de confrontação de idéias e de debates contraditórios; assimilar o pensamento crítico e praticá-lo.

O PDI-UFRB define ainda que a organização curricular deve ser pautada na oferta de três modalidades de componentes curriculares:

- **Componentes de formação geral** com finalidade de capacitar o graduando a identificar e a analisar diferentes aspectos constitutivos da realidade, como também identificar, compreender e analisar diferentes saberes, processos de comunicação e especificidades culturais.

- **Componentes de formação básica** com vistas a habilitar o estudante a se apropriar dos conhecimentos nucleares da área de conhecimento, na qual o seu curso está inserido, e utilizá-los em novas construções de atividades profissionais.
- **Componentes de formação específica** aqueles que buscam habilitar o estudante a se apropriar do conhecimento teórico, prático e tecnológico relativo a um determinado campo de atuação profissional e empregá-lo de modo inovador.

A organização curricular deste Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural observa as diretrizes elencadas no PDI, concebendo componentes curriculares que objetivem a formação profissional dos discentes relacionada com a dimensão da interdisciplinaridade e permitam a construção de uma trajetória acadêmica autônoma. A presente graduação tecnológica incorpora as experiências de formação geral de alguns componentes curriculares do BICULT, incluindo componentes sob a tutela do Núcleo de Estudos Interdisciplinares e Formação Geral (NUVEM) e outros componentes de formação geral, cuja intenção é possibilitar ao discente uma percepção ampliada do seu contexto social e, por consequência, desenvolver as capacidades de análise crítica e de posicionamento/comunicação sobre a realidade.

A preocupação em conceber um curso inovador que ofereça as novas tecnologias da área para analisar e gerir a atividade cultural e, ao mesmo tempo, aproxime-se do contexto cultural dos municípios do Recôncavo da Bahia, sem perder de vista sua inserção no mundo globalizado, é especialmente refletida na composição dos componentes curriculares relacionados aos eixos de Gestão da Cultura e das Artes (GCA) e Laboratório de Política e Gestão Cultural (LPGC). Os componentes vinculados a esses eixos, em conjunto com os demais, possibilitarão ao discente um importante contato com a prática profissional de diversos setores do campo da cultura, municiando o estudante de elementos para concepção, análise e gestão de políticas nesses diversos campos.

Importante ressaltar que, apesar de a inserção regional ser considerada parte fundamental da política institucional da UFRB, o PDI não prescinde da importância do processo de internacionalização da Universidade. A celebração de acordos de cooperação entre a UFRB e Universidades em Portugal, México, Espanha, Alemanha, França, Cuba, Angola, Moçambique, Bélgica, Áustria e Dinamarca abre a perspectiva de intercâmbio acadêmico internacional, possibilitando tanto ao corpo discente como docente o acesso a novas tecnologias em diferentes culturas. A formação profissional desejada requer o desenvolvimento de competências que habilitem o estudante tanto para a prática profissional

implicada e engajada nas questões regionais como também para sua atuação em qualquer realidade diversa socioculturalmente. É com essa perspectiva que o presente projeto pedagógico é elaborado, considerando, a partir desse espaço geográfico, a necessidade de pensar as questões do Recôncavo inseridas no mundo globalizado.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Formulário
Nº 10

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural foi elaborada com o objetivo de propiciar ao discente uma formação teórica, metodológica, reflexiva e técnica que propicie a atuação na área da organização das artes e da cultura nos âmbitos local, estadual, nacional e internacional, em iniciativas do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada. Os componentes foram elaborados e articulados priorizando a interdisciplinaridade, a interdependência entre os saberes, e o estímulo ao desenvolvimento da autonomia e da cidadania, de modo a habilitar os egressos para atuarem na formulação, análise e execução de políticas culturais, bem como no desenvolvimento de tecnologias e processos inovadores na gestão de instituições, de grupos e de projetos culturais.

A matriz curricular é formada por seis grandes eixos interdependentes e interdisciplinares que articulam conhecimentos gerais, básicos e específicos. O eixo **Formação Geral** oferece conhecimentos gerais da realidade local e global, ancorados em arcabouços teóricos e metodológicos da Sociologia e da Antropologia, que contribuem para a formação humanística do discente. O segundo eixo, **Cultura e Desenvolvimento**, agrega conhecimentos básicos e específicos da relação entre cultura, política e desenvolvimento que são considerados nucleares para as áreas da Política e da Gestão Cultural.

Por sua vez, o eixo **Laboratório de Política e Gestão Cultural** promove o exercício prático interdisciplinar para viabilizar o acúmulo de conhecimentos específicos da área de Política e Gestão Cultural. A sequência dos componentes, embora não-obrigatória, visa a capacitação continuada para a atuação profissional nas dimensões social, política, econômica e tecnológica da gestão cultural de forma dinâmica e em consonância com o contexto contemporâneo do campo da cultura. Os componentes do eixo **Gestão das Artes e da Cultura** terão como princípio a observação empírica de setores específicos das artes e da cultura (Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Audiovisual, Música, Artes Visuais, Artes dos Espetáculos). Objetiva-se com estes componentes possibilitar ao discente o conhecimento

teórico e prático sobre organização profissional destes setores incluindo as formas de produção, circulação e consumos de bem e serviços culturais.

Além destes quatro eixos obrigatórios, os discentes terão no eixo **Componentes Optativos** a possibilidade de escolher os três componentes a serem cursados, dentro de uma lista de assuntos e temáticas abordadas pelos diversos cursos do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas ou de outros centros da UFRB. Tal eixo está baseado no princípio da autonomia do estudante na conformação do seu percurso formativo. Tal poder de decisão também será praticado no sexto e último eixo - **Orientação e Execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. O eixo é formado por três componentes. No primeiro, o discente recebe orientações gerais sobre os formatos de TCC aceitos pelo CTS em Política e Gestão Cultural e é encorajado a eleger o tema e planejar o TCC e a Residência Cultural, a serem executados no semestre seguinte. Por fim, no sexto semestre, o discente estará dedicado ao Trabalho de Conclusão de Curso e à Residência Cultural, período de vivência prática intensiva que poderá ser realizado em instituições culturais públicas, privadas e sociais, locais, estaduais, nacionais ou internacionais, conforme será detalhado posteriormente (Formulário 12B).

Os seis eixos somam um total de **1.870 horas** de formação teórica, metodológica e prática no campo da política e da gestão da cultura. Adicionalmente, o discente deverá cumprir uma carga horária de **120 horas** de Atividades Complementares de Curso (ACC), perfazendo o total de **1.990 horas** do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural. As Atividades Complementares integram o currículo tendo em vista a necessidade de promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, estimulando a participação da comunidade acadêmica em iniciativas como projetos e eventos culturais, artísticos, científicos ou de outra natureza. Desta forma, a estrutura curricular apresentada nas próximas páginas espera contribuir para a formação de cidadãos éticos e críticos, cientes da responsabilidade de atuar no complexo campo da cultura.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR -Quadro Horário Geral do Curso
Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural

Formulário
Nº 10A

Semestre I	Semestre II	Semestre III	Semestre IV	Semestre V	Semestre VI
CD - Experiências e Teorias da Cultura I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural (85h)	CD – Políticas Culturais (68h)	GCA - Artes dos Espetáculos (51h)	FG - Experiências e Teorias da Cultura IV: Cultura Brasileira e Baiana (68h)	CD - Comunicação, Diversidade e Difusão Cultural (68h)	TCC - Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (68h)
FG - Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos (68h – 34EAD)	FG - Experiências e Teorias da Cultura II: Sócio-Antropologia (68h)	CD – Direitos Culturais (68h)	CD - Legislação e Direitos Autorais (51h)	GCA- Audiovisual (51h)	TCC - Trabalho de Conclusão de Curso - Residência Cultural (102h)
CD - Administração e Gestão Pública (68h)	CD - Cultura e Desenvolvimento (51h)	CD - Experiências e Teorias da Cultura V: Economia da Cultura e Empreendedorismo (51h)	CD - Mercado Cultural, Público e Consumo (68h)	CD – Participação e Sociedade Civil (51h)	
FG - Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais (68h – 17 EAD)	GCA-Patrimônio Cultural/Expressões Culturais Tradicionais e Populares (51h)	GCA - Música (51h)	GCA - Artes Visuais (51h)	CD – Orçamento e Financiamento da Cultura (51h)	
LPGC I - Produção Cultural (51h)	LPGC II - Elaboração de Projetos (51h)	LPGC III- Gestão de Instituições e Espaços Culturais (51h)	LPGC IV- Avaliação, Monitoramento e Indicadores Culturais (51h)	CD – Relações Internacionais e Cooperação Cultural (51h)	
	Optativa I (51h)	Optativa II (68h)	Optativa III (51h)	TCC - Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (68h)	
340h	340h	340h	340h	340h	170h

Eixos Formativos

Componentes Curriculares Obrigatórios: 1.700h	FG - Formação Geral
	CD - Cultura e Desenvolvimento
	LPGC - Laboratório de Política e Gestão Cultural
	CGA - Gestão da Cultura e das Artes
	TCC - Orientação e Execução de Trabalho de Conclusão de Curso

Componentes Curriculares Optativos: 170h

Optativas

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Representação Gráfica do Perfil de Formação



Eixos Formativos		Carga Horária
Componentes Curriculares Obrigatórios: 1.700h	FG - Formação Geral	272h
	CD - Cultura e Desenvolvimento	731h
	LPGC - Laboratório de Política e Gestão Cultural	204h
	CGA - Gestão da Cultura e das Artes	255h
	TCC - Orientação e Execução de Trabalho de Conclusão de Curso	238h
Componentes Curriculares Optativos: 170h		170h
Atividades Complementares: 120h		120h
Carga Horária Total		1990h

10.C Apresentação dos Eixos Formativos:

Eixos	Natureza dos Eixos	Carga Horária
Formação Geral	<p>A oferta do eixo na matriz curricular de Política e Gestão Cultural tem como objetivo oferecer conhecimentos gerais da realidade local e global, ancorados em arcabouços teóricos e metodológicos da Sociologia e da Antropologia, abordados na formação do primeiro ciclo. Os discentes egressos do BICULT serão dispensados de cursar os quatro componentes deste eixo em vistas de já os terem cursado no primeiro ciclo de formação.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos (68h – 34 EAD) ● Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais (68h – 17 EAD) ● Experiências e Teorias da Cultura II: Sócio-Antropologia (68h) ● Experiências e Teorias da Cultura IV: Cultura Brasileira e Baiana (68h) 	272h
Cultura e Desenvolvimento	<p>Composto por 12 componentes, o eixo Cultura e Desenvolvimento agrega conhecimentos básicos e específicos que são nucleares para a formação profissional em política e gestão cultural por abordarem aspectos fundamentais da relação entre cultura, política e desenvolvimento. A maior parte dos componentes (10) estão presentes na matriz curricular do BICULT como componentes obrigatórios ou no Itinerário Formativo de Política e Gestão Cultural, o que permitirá a dispensa dos egressos do Bicult que tenham cursado e sido aprovados em tais componentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Experiências e Teorias da Cultura I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural (85h) ● Administração e Gestão Pública (68h) ● Políticas Culturais (68h) ● Legislação e Direitos Autorais (51h) ● Participação e Sociedade Civil (51h) ● Orçamento e Financiamento da Cultura (51h) ● Relações Internacionais e Cooperação Cultural (51h) ● Direitos Culturais (68h) ● Comunicação, Diversidade e Difusão Cultural (68h) ● Experiências e Teorias da Cultura V: Economia da Cultura e Empreendedorismo (51h) ● Cultura e Desenvolvimento (51h) ● Mercado Cultural, Público e Consumo (68h) 	731h
LPGC - Laboratório de Política e Gestão Cultural	<p>Formado por quatro componentes, o eixo tem por objetivo oferecer conhecimentos específicos da área de Política e Gestão Cultural. O formato de laboratório prevê que os conteúdos sejam ofertados a partir da observação empírica da realidade e de exercícios práticos interdisciplinares, propondo uma formação mais dinâmica e em consonância com o contexto contemporâneo do campo da cultura. A sequência dos componentes, embora não-obrigatória, visa a capacitação continuada para a atuação profissional nas dimensões social, política, econômica e tecnológica da gestão cultural. Ademais, deve preparar o discente para a escolha e realização da Residência Cultural prevista como Trabalho de Conclusão de Curso. Os componentes do eixo são obrigatórios para todos os discentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Laboratório de Política e Gestão Cultural I - Produção Cultural (51h) ● Laboratório de Política e Gestão Cultural II - Elaboração de Projetos (51h) ● Laboratório de Política e Gestão Cultural III - Gestão de Instituições e Espaços Culturais (51h) ● Laboratório de Política e Gestão Cultural IV - Avaliação, Monitoramento e Indicadores Culturais (51h) 	204h

GCA - Gestão da Cultura e das Artes	<p>Os componentes desse eixo articulam conhecimentos teóricos e práticos de setores específicos da cultura e das artes com a observação empírica da gestão dos segmentos culturais nas dimensões social, política, econômica e tecnológica. O eixo é constituído por cinco componentes de formação específica que são obrigatórios para todos os discentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Gestão da Cultura e das Artes - Patrimônio Cultural/Expressões Culturais Tradicionais e Populares (51h) ● Gestão da Cultura e das Artes - Artes dos Espetáculos (51h) ● Gestão da Cultura e das Artes - Música (51h) ● Gestão da Cultura e das Artes - Artes Visuais (51h) ● Gestão da Cultura e das Artes - Audiovisual (51h) 	255h
Optativas	<p>Eixo composto por três componentes optativos a serem cursados entre o segundo e o quarto semestre à livre escolha dos discentes conforme oferta semestral e carga horária prevista.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Optativa I (51h) ● Optativa II (68h) ● Optativa III (51h) 	170h
Orientação e Execução de Trabalho de Conclusão de Curso	<p>O eixo é integrado por três componentes de orientação para a elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso e o componente Residência Cultural no qual os discentes deverão participar de uma imersão em um contexto sócio-prático relacionado com o campo da gestão cultural e do desenvolvimento de políticas culturais, de acordo com o tema específico de estudo escolhido pelo discente, de forma a promover um tipo especial de aprendizagem a partir da observação das práticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (68h) ● Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (68h) ● Trabalho de Conclusão de Curso - Residência Cultural (102h) 	238h
Carga Horária dos Componentes		1.870 horas

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Componentes Curriculares Obrigatórios

Formulário

Nº 11

Código	Nome	Função	Semestre	Carga Horária				Total/ semana	Pré- Requisitos
				T	P	EAD	Total		
CECULT 009	Experiências e Teorias da Cultura I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural	Básica	1	68h	17h		85h	5h	
CECULT 008	Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Geral	1	34h		34h	68h	4h	
	Administração e Gestão Pública	Básica	1	68h			68h	4h	
CECULT001	Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais	Geral	1	51h		17h	68h	4h	
	Laboratório de Política e Gestão Cultural I - Produção Cultural	Específica	1		51h		51h	3h	
	Políticas Culturais	Específica	2	68h			68h	4h	
	Experiências e Teorias da Cultura II: Sócio-Antropologia	Geral	2	51h	17h		68h	4h	
	Cultura e Desenvolvimento	Básica	2	51h			51h	3h	
	Gestão da Cultura e das Artes – Patrimônio Cultural/Expressões Culturais Tradicionais e Populares	Específica	2	51h			51h	3h	
	Laboratório de Política e Gestão Cultural II - Elaboração de Projetos	Específica	2		51h		51h	3h	
	Gestão da Cultura e das Artes - Artes dos Espetáculos	Específica	3	51h			51h	3h	
	Direitos Culturais	Básica	3	68h			68h	4h	
	Experiências e Teorias da Cultura V: Economia da Cultura e Empreendedorismo	Específica	3	51h			51h	3h	
	Gestão da Cultura e das Artes - Música	Específica	3	51h			51h	3h	
	Laboratório de Política e Gestão Cultural III - Gestão de Instituições e Espaços Culturais	Específica	3		51h		51h	3h	
	Experiências e Teorias da Cultura IV: Cultura Brasileira e Baiana	Geral	4	68h			68h	4h	
	Legislação e Direitos Autorais	Específica	4	51h			51h	3h	
	Mercado Cultural, Público e Consumo	Específica	4	68h			68h	4h	
	Gestão da Cultura e das Artes - Artes Visuais	Específica	4	51h			51h	3h	
	Laboratório de Política e Gestão Cultural IV - Avaliação, Monitoramento e Indicadores Culturais	Específica	4		51h		51h	3h	
	Comunicação, Diversidade e Difusão Cultural	Básica	5	68h			68h	4h	
	Gestão da Cultura e das Artes - Audiovisual	Específica	5	51h			51h	3h	
	Participação e Sociedade Civil	Básica	5	51h			51h	3h	
	Orçamento e Financiamento da Cultura	Específica	5	51h			51h	3h	
	Relações Internacionais e Cooperação Cultural	Básica	5	51h			51h	3h	
	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	Específica	5		68h		68h	4h	
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	Específica	6	68h			68h	4h	Projeto de TCC
	Trabalho de Conclusão de Curso - Residência Cultural	Específica	6	17h	85h		102h		Projeto de

	ANTROPOLOGIA AFRO-AMERICANA	Específica		68h			68h	4h	
	ANTROPOLOGIA VISUAL	Específica		68h			68h	4h	
	ARTE INDÍGENA	Específica		68h			68h	4h	
	ANTROPOLOGIA DAS FORMAS EXPRESSIVAS	Específica		68h			68h	4h	
	VOZ, PALAVRA E EXPRESSÃO	Específica		68h			68h	4h	
	TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS CULTURAIS	Específica		68h			68h	4h	
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA DA CULTURA	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS I	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS II	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS III	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS IV SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS V	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS VI	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS VII	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS VIII	Específica		68h			68h	4h	
	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS IX	Específica		68h			68h	4h	

	SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS X	Específica		68h			68h	4h
	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS	Específica		68h			68h	4h
	HISTÓRIA, MEMÓRIA E ORALIDADE	Específica		68h			68h	4h
	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE	Específica		68h			68h	4h
	DJ	Específica		17h	51h		68h	4h
	INTRODUÇÃO À ETNOMUSICOLOGIA	Específica		68h			68h	4h
	LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	Específica		68h			68h	4h
	GESTÃO E EMPREENDEDORISMO CULTURAL	Específica		51h			51h	3h
	GESTÃO TÉCNICA DE ESPETÁCULOS	Específica		51h			51h	3h
	ARTE E COMUNICAÇÃO VISUAL	Específica		51h			51h	3h
	COMUNICAÇÃO, MÚSICA E TECNOLOGIA	Específica		51h			51h	3h

T- Teórica

P- Prática

EAD- Ensino a Distância

ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Integralização por semestre

**Formulário
Nº 11B**

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	Horas/ Semana	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
1º SEMESTRE				
Experiências e Teorias da Cultura I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural	85h	5h	Obrigatória	
Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	68h	4h	Obrigatória	
Administração e Gestão Pública	68h	4h	Obrigatória	
Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais	68h	4h	Obrigatória	
Laboratório de Política e Gestão Cultural I - Produção Cultural	51h	3h	Obrigatória	
Total	340h			
2º SEMESTRE				
Políticas Culturais	68h	4h	Obrigatória	
Experiências e Teorias da Cultura II: Sócio-Antropologia	68h	4h	Obrigatória	
Cultura e Desenvolvimento	51h	3h	Obrigatória	
Gestão da Cultura e das Artes – Patrimônio Cultural/Expressões Culturais Tradicionais e Populares	51h	3h	Obrigatória	
Laboratório de Política e Gestão Cultural II - Elaboração de Projetos	51h	3h	Obrigatória	
Optativa I	51h	3h	Optativa	
Total	340h			

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	Horas/ Semana	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
3º SEMESTRE				
Gestão da Cultura e das Artes - Artes dos Espetáculos	51h	3h	Obrigatória	
Direitos Culturais	68h	4h	Obrigatória	
Experiências e Teorias da Cultura V: Economia da Cultura e Empreendedorismo	51h	3h	Obrigatória	
Gestão da Cultura e das Artes - Música	51h	3h	Obrigatória	
Laboratório de Política e Gestão Cultural III - Gestão de Instituições e Espaços Culturais	51h	3h	Obrigatória	
Optativa II	68h	4h	Optativa	
Total	340h			
4º SEMESTRE				
Experiências e Teorias da Cultura IV: Cultura Brasileira e Baiana	68h	4h	Obrigatória	

Legislação e Direitos Autorais	51h	3h	Obrigatória	
Mercado Cultural, Público e Consumo	51h	3h	Obrigatória	
Gestão da Cultura e das Artes - Artes Visuais	51h	3h	Obrigatória	
Laboratório de Política e Gestão Cultural IV - Avaliação, Monitoramento e Indicadores Culturais	51h	3h	Obrigatória	
Optativa III	51h	3h	Optativa	
Total	340h			

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	Horas/Semana	NATUREZA	PRÉ-REQUISITO
5º SEMESTRE				
Comunicação, Diversidade e Difusão Cultural	68h	4h	Obrigatória	
Gestão da Cultura e das Artes - Audiovisual	51h	3h	Obrigatória	
Participação e Sociedade Civil	51h	3h	Obrigatória	
Orçamento e Financiamento da Cultura	51h	3h	Obrigatória	
Relações Internacionais e Cooperação Cultural	51h	3h	Obrigatória	
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso	68h	4h	Obrigatória	
Total	340h			
6º SEMESTRE				
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	68h		Obrigatória	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Trabalho de Conclusão de Curso - Residência Cultural	102h		Obrigatória	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Total	170h			

CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES: 1.870 horas

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

**Formulário
Nº 12**

O Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, através do funcionamento dos órgãos colegiados deliberativos, constituídos dos segmentos em consonância com as políticas institucionais, terá como princípio a gestão democrática.

O Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural assegurará a autonomia didático-científica da Universidade, fomentando a produção científica, a extensão universitária e o intercâmbio sociocultural.

O curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural tem tempo de integralização esperado de três anos (seis semestres), com tempo máximo de seis anos (doze semestres). Estudantes do BICULT, cursando o segundo ciclo, poderão concluir o curso em um ano e meio, caso tenham cursado carga horária suficiente de componentes do Itinerário Formativo em Políticas e Gestão da Cultura. O currículo está organizado em torno dos seguintes núcleos formativos:

- **Formação Geral** (componentes obrigatórios)
- **Formação Básica** (componentes obrigatórios e optativos)
- **Formação Específica** - Gestão da Cultura e das Artes (GCA), Laboratório de Política e Gestão Cultural (LPGC) e Orientação e Execução de TCC (componentes obrigatórios).

Visando a integração e a compatibilidade com a matriz curricular do BICULT, a matriz curricular do CST em Política e Gestão Cultural integrará os seguintes componentes do BICULT:

Formação Geral:

- Laboratório de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos – 68 h
- Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais – 68 h
- Experiências e Teorias da Cultura II: Sócio-Antropologia – 68 h
- Experiências e Teorias da Cultura IV: Cultura Brasileira e Baiana – 68 h

Formação Básica:

- Experiências e Teorias da Cultura I: Teorias da Cultura, Estado e Política Cultural – 85h
- Experiências e Teorias da Cultura V: Economia da Cultura e Empreendedorismo – 51 h

Itinerário Formativo da área de Política e Gestão Cultural:

- Administração e Gestão Pública – 68h
- Políticas Culturais – 68h
- Participação e Sociedade Civil – 51 h
- Orçamento e Financiamento da Cultura – 51 h
- Relações Internacionais e Cooperação Cultural – 51 h
- Cultura e Desenvolvimento – 51 h
- Mercado Cultural, Público e Consumo- 68 h

Itinerário Formativo da área Produção Musical

- Legislação e Direitos Autorais – 51h

As Optativas I, II e III previstas, cujo total é de 170 horas, podem ser escolhidas pelos discentes entre os componentes optativos ofertados pelas diferentes Áreas de Conhecimento do BICULT.

Dessa forma, o CST em Política e Gestão Cultural será composto por 1.037 horas de componentes curriculares que integram o BICULT, o que corresponde a 55% da carga horária da matriz curricular do CST em Política e Gestão Cultural, condição essa que fomenta a estreita integração e compatibilidade entre os cursos.

O **Colegiado** do Curso será organizado com as representações dos núcleos Geral e Básico, bem como dos três eixos específicos GCA, LPGC e Orientação e Execução de TCC, eleitos de acordo com os critérios apresentados na Resolução CONAC 08/2009. O **Núcleo Docente Estruturante** será composto pelo Coordenador/a do curso e quatro outros docentes, eleitos de acordo com os critérios apresentados na Resolução CONAES 01/2010.

O Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural será integralizado com carga horária de 1.870 (mil oitocentos e setenta) horas, além de 120h (cento e vinte) de Atividades Complementares, ao longo de 06 (seis) semestres, em média. Cada semestre terá duração entre 17 e 20 dias letivos presenciais, com aulas no turno noturno. Os cinco primeiros semestres terão carga horária de 340h; o sexto, de 170h, divididos entre a Residência Cultural (102h) e a Elaboração do TCC (68h).

Atividades Complementares do Curso (ACC) - Ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, os discentes devem cumprir uma carga horária de 120 horas de atividades complementares (ACC), conforme detalhado no Formulário 12 deste documento.

O **Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)**, de caráter obrigatório, acontecerá no último semestre e deverá seguir as orientações expostas na Resolução CONAC 16/2008. O TCC será realizado de forma interdependente e articulada com o componente Residência Cultural, de forma a promover a conexão entre as dimensões teórica e prática (o detalhamento está descrito no formulário 12B deste documento).

Após a constituição do Colegiado do curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural serão elaboradas as normas para ACC e TCC.

São requisitos para conclusão do curso, além dos componentes curriculares teóricos e práticos, obrigatórios e optativos, a integralização de carga horária de ACC, da Residência Cultural e a elaboração do TCC.

Para o **acesso** ao Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural são adotados o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a avaliação de solicitações de ingresso por parte de portadores de diploma, bem como a avaliação de pedidos de transferências internas e externas. Das 40 vagas ofertadas, 25 serão destinadas aos alunos ingressantes via SISU e 15 serão destinadas aos egressos do BICULT e demais forma de ingresso (portador de diploma, transferência externa e transferência interna).

Os procedimentos de rematrícula, transferência e similares serão realizados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CONAC 004/2012. Os candidatos às **transferências externas** (ingresso de discente oriundo de outras Instituições de Ensino Superior para o mesmo curso ou cursos afins) serão submetidos a processo seletivo conduzido pelo Colegiado do Curso, que designará uma Comissão, constituída de 3 (três) professores para avaliação e realização do processo. O processo seletivo será definido pelo Colegiado, devendo o candidato obter sete (7,0) como a nota mínima para aprovação. O relatório sobre o processo de seleção deverá ser encaminhado à Câmara de Graduação, com cópia para a PROGRAD até 15 (quinze) dias após o encerramento do mesmo.

Os pedidos de **transferências internas** (mudança de curso, dentro da própria UFRB, após processo seletivo interno) só poderão acontecer se atendidas às seguintes condições:

- I. ter ingressado por processo seletivo da UFRB, no curso que está vinculado;
- II. ter cursado integralmente os componentes curriculares do primeiro semestre, comprovação de, no mínimo, três componentes.

Os pedidos serão submetidos a processo seletivo conduzido pelo Colegiado do Curso, e constará de redação sobre tema de conhecimentos gerais e entrevista, devendo o

candidato obter sete (7,0) como a nota mínima para aprovação. O relatório sobre o processo de seleção deverá ser encaminhado à Câmara de Graduação, com cópia para a PROGRAD até 15 (quinze) dias após seu encerramento.

O discente que não realizar inscrição em componentes curriculares por até dois semestres, consecutivos ou não, poderá ser **rematriculado** na UFRB por meio de abertura de processo específico em período previsto no calendário acadêmico. O retorno do discente deverá ocorrer através de requerimento dirigido ao Colegiado do Curso, que analisará o pleito à luz das condições temporais de integralização curricular e da existência de vaga.

A entrada de portadores de diploma para ocupação de vagas específicas será concedida mediante realização de processo seletivo próprio. O solicitante deverá, no período determinado pelo Calendário Acadêmico, apresentar requerimento ao NUAAC do CECULT. O processo seletivo é de responsabilidade do Colegiado do Curso, que designará uma Comissão para avaliação e realização do processo, além do requisito de existência de vaga no curso pretendido. O relatório sobre o processo de seleção deverá ser encaminhado à Câmara de Graduação, com cópia para a PROGRAD até 15 (quinze) dias após seu encerramento.

Os procedimentos para aproveitamento de estudos serão regidos conform e a resolução CONAC N^o 004/2012. Para os discentes oriundos do BICULT será solicitado apenas o Histórico Escolar, para ser avaliado pelo colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural que irá verificar quais componentes do Itinerário Formativo que fazem parte do CST foram cursados no BICULT, e se houve aprovação nos mesmos, concedendo aproveitamento no prazo de 30 dias. Uma vez que o discente oriundo do BICULT obrigatoriamente terá feito os componentes da Formação Geral que fazem parte e da matriz curricular do curso em questão, este aproveitamento será feito automaticamente.

Os estudos realizados por discente em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, em cursos de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, poderão ser aproveitados pela UFRB, de acordo com os critérios definidos através da Resolução CONAC 004/2012. O requerimento do interessado deverá ser apresentado ao Núcleo de Apoio Acadêmico do CECULT, que o enviará ao Colegiado do Curso para avaliação, em, no máximo, 48 horas após o encerramento do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico. Após estudo de equivalência de componentes curriculares/atividades a Coordenação do Colegiado terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para emitir parecer e devolvê-lo ao NUAAC.

O trancamento parcial em componentes curriculares deverá ser solicitado

presencialmente ou por procuração ao Núcleo de Apoio Acadêmico do CECULT e encaminhado ao Colegiado do Curso, que procederá de acordo com os critérios definidos pela Resolução CONAC 004/2012. O trancamento total de matrícula é a suspensão oficial das atividades acadêmicas do discente no semestre solicitado, garantindo a manutenção do vínculo ao curso de graduação. O limite máximo para trancamento total é de 03 (três) períodos letivos regulares, consecutivos ou não. O trancamento parcial significa a desvinculação voluntária do discente da turma referente ao componente curricular em que se encontra matriculado.

Não será permitido trancamento de matrícula em um mesmo componente por mais de 01 (uma) vez, em períodos seletivos consecutivos ou não. O trancamento parcial fica limitado em até vinte por cento (20%) da carga horária total do curso, ao longo de todo o curso e será permitido desde que o discente mantenha 8 (oito) horas semanais de atividades curriculares.

O trancamento total ou parcial de matrícula será concedido ao discente regular da UFRB sob as seguintes condições:

- I. sem necessidade de justificativa, quando requerido dentro do período estabelecido no calendário acadêmico.
- II. devidamente comprovado se relacionado a motivo de saúde atestado pelo serviço da rede pública de saúde ou a direito assegurado por legislação específica, quando fora do prazo estabelecido no calendário acadêmico.

Os exercícios domiciliares podem ser concedidos, mediante solicitação do discente ao NUAAC, desde que a situação seja devidamente comprovada por atestado e/ou relatório médico, nos seguintes casos previstos pela Resolução CONAC 004/2012:

- I. aluna, em estado de gravidez;
- II. aluna, enquanto amamentar, e; d
- III. discente em condições de merecer tratamento excepcional.

Ficam excluídos do regime de exercícios domiciliares os componentes curriculares de natureza prática, como os Laboratórios de Política e Gestão Cultural e o TCC, passíveis de trancamento.

A matrícula decorrente de mobilidade entre a UFRB e outras instituições nacionais e internacionais de ensino superior, será regida pelas normas definidas pela Resolução CONAC

Nº004/2012. Uma comissão de três docentes, definida pelo Colegiado a cada semestre, avaliará os pedidos e dará um parecer.

Obedecem também à Resolução CONAC N º 004/2012 o número mínimo e máximo de carga horária de atividades acadêmicas curriculares em que o aluno poderá matricular-se.

ESTÁGIO CURRICULAR

**Formulário
Nº 12A**

Não se aplica.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Formulário
Nº 12B**

O trabalho de conclusão de curso (TCC) possui caráter obrigatório e será realizado de forma interdependente e articulada com o componente Residência Cultural. A Residência é um dos diferenciais do curso, possibilitando uma imersão e uma vivência prática-reflexiva dos estudantes em atividades ligadas ao campo profissional da política e da gestão cultural.

Desde o início do seu ingresso, o aluno será estimulado e informado sobre os procedimentos para realização da residência, cuja busca e escolha do local será de sua inteira responsabilidade, com apoio institucional do curso.

O TCC consistirá na elaboração de um produto final que resultará das experiências vivenciadas e das atividades realizadas durante a residência, podendo ser apresentado a partir dos seguintes formatos, em comum acordo com a orientador:

a)Artigo: resultante de pesquisa teórico-empírica, considerando aspectos vivenciados durante a residência, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

b)Projetos artístico-culturais: planejar e realizar projetos artístico-culturais;

c)Produtos no âmbito da política e da gestão cultural: projetos de consultoria, assessoria ou capacitação na área; elaboração de planos (marketing cultural, mobilização de recursos para instituições ou grupos culturais, dentre outras finalidades); sistematização de metodologias de formação que possam ser aplicadas na área da política ou da gestão cultural; criação de produtos midiáticos com finalidade cultural, elaborados a partir de diferentes suportes (sonoro, visual, escrito, audiovisual) com o intuito de lidar com temáticas, problemas

e soluções na área de política e gestão cultural; propostas de projetos de lei para construção ou alteração de alguma questão específica que possa contribuir para a melhoria da gestão pública cultural.

No penúltimo semestre, durante o componente Projeto de TCC, o aluno receberá orientação sobre a definição do Trabalho de Conclusão de Curso e a residência. No último semestre, haverá o componente Elaboração de TCC, para concretização dos projetos iniciados no semestre anterior.

Os trabalhos de conclusão curso deverão ser apresentados e avaliados através de sessão pública.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO

**Formulário
Nº 12C**

Ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural, os discentes devem cumprir uma carga horária de 120 horas de atividades complementares (ACC), mediante participação em estágios não obrigatórios, ações de extensão, pesquisa, monitoria, tutoria, eventos culturais, artísticos, científicos ou de outra natureza que contribuam para a formação do discente e sejam devidamente previstas no Regimento de ACC do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural.

Em conformidade com a Resolução CONAC 007/2009, que regulamenta as atividades complementares dos cursos de graduação da UFRB, será elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural o Regimento de ACC, prevendo a apresentação de certificados ou de outros documentos comprobatórios da participação por parte dos discentes, bem como trazendo a tabela de equivalência das cargas horárias das atividades. Tal tabela deverá compreender as especificidades do CST em Política e Gestão Cultural, ao tempo em que não poderá entrar em conflito com a Resolução supracitada.

O estágio não obrigatório é previsto no CST em Política e Gestão Cultural e é considerado como Atividade Complementar, conforme a Resolução CONAC 38/2011, desde que respeitados os trâmites previstos na referida resolução. O Regimento de ACC do curso, a ser elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante, deverá observar também o disposto na Lei Federal 11.788/2008, que trata do estágio de estudantes.

Tendo em vista se tratar de um Curso Superior de Tecnologia, a concessão de

aproveitamento por dispensa de atividades acadêmicas curriculares será facultado ao aluno, considerando também o Art 9 da Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002 que estabelece as seguintes orientações:

“Art 9. É facultado ao aluno o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas, para fins de prosseguimento de estudo sem cursos superiores de tecnologia.

§1o As competências profissionais adquiridas em cursos regulares serão reconhecidas mediante análise detalhada dos programas desenvolvidos, à luz do perfil profissional de conclusão do curso. [L] [SEP]

§ 2o As competências profissionais adquiridas no trabalho serão reconhecidas através da avaliação individual do aluno”.

As condições de aproveitamento de atividade profissional serão regulamentadas pelo Regimento de ACC específica do curso.

Até que a Resolução de ACC do Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural seja criada e aprovada, o curso será regido pela Resolução CONAC 007/2009, que baliza as atividades complementares dos cursos de graduação da UFRB

METODOLOGIA

**Formulário
Nº 13**

Segundo o artigo 1º da Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, os referidos cursos objetivam garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Em seu artigo 2º, a referida resolução prevê que os cursos de educação de nível tecnológico deverão:

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular”.

Alicerçado nesses princípios, o Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural está estruturado de maneira a possibilitar ao aluno um percurso formativo que traz como orientação central articular teoria e prática, aproximando o debate acadêmico da vida laboral dos discentes. O objetivo é criar condições teórico-metodológicas para que os discentes problematizem sua realidade e reelaborem suas práticas de intervenção profissional, social e política a partir das leituras teóricas, fazendo a releitura do teórico a partir da vida e da prática profissional e cotidiana.

Nesse sentido, a estrutura curricular do curso contempla uma formação interdisciplinar que engloba componentes curriculares de formação de caráter teórico ancorado nas humanidades bem como componentes de caráter teórico-prático. Alicerçado em seis grandes eixos formativos (Formação Geral, Cultura e Desenvolvimento, Laboratórios de Política e Gestão Cultural, Gestão das Artes e da Cultura, Optativas e Trabalho de Conclusão de Curso), a arquitetura curricular poderá garantir a formação de um sujeito ético e crítico, com sólido arcabouço teórico, científico e tecnológico, possibilitando-lhe o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas inovadoras para a gestão, a criação de processos e a produção de bens e serviços culturais.

O Eixo “Formação Geral” oferece um conjunto de conhecimento que possibilita ao estudante identificar e analisar diferentes aspectos constitutivos da realidade (com ênfases em aspectos sócio-culturais, ancorados em arcabouços teórico-metodológico da Sociologia e da Antropologia), como também compreender e analisar diferentes saberes, processos de

comunicação e especificidades culturais, com ênfase para as dinâmicas culturais da Bahia e especialmente do Recôncavo baiano.

Já o Eixo “Cultura e Desenvolvimento” oferta um conjunto de componentes curriculares considerados nucleares para a formação profissional em política e gestão cultural, uma vez que agrega um arcabouço de conhecimentos que englobam os principais aspectos que conformam o multifacetado campo da política e gestão cultural na atualidade, com especial ênfase na relação entre cultura, política e desenvolvimento e seus desdobramentos sobre o papel do Estado na organização da cultura e a conformação de mercados culturais contemporâneos, suas inovações e tecnologias profissionais.

O eixo Laboratório de Política e Gestão Cultural é conformado por componentes curriculares de natureza teórico-prático cuja finalidade é propiciar ao aluno a experiência prática no campo das políticas e da gestão da cultura de modo a viabilizar desenvolvimento das competências do futuro profissional. Como resultado final da aprendizagem destes componentes serão gerados produtos e tecnologias aplicadas (projetos culturais, planos de ações para instituições culturais, diagnósticos de instituições, relatório avaliativos de políticas ou instituições culturais, entre outros) que reflitam o aprendizado do discente ao longo do curso.

Já os componentes do eixo Gestão das Artes e da Cultura terão também como princípio aliar conhecimentos teórico-práticos sobre setores específicos do campo da produção cultural (Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Audiovisual, Música, Artes Visuais, Artes dos Espetáculos). Objetiva-se com estes componentes possibilitar ao discente o conhecimento teórico e prático sobre organização profissional destes setores incluindo as formas de produção, circulação e consumos de bem e serviços culturais produzidos pelos distintos setores, mediante aulas expositivas, mas também através de seminários e oficinas com profissionais da área, pesquisas de campo, visitas a instituições culturais, apreciação e vivência das manifestações artísticas e culturais.

O eixo das optativas será composto por três componentes de livre escolha do estudante, orientado pelo princípio da flexibilidade curricular e da autonomia do estudantes na conformação do seu percursos formativos. Poderão ser computados como optativas, o elenco dos componentes optativos do BICULT, do Itinerário formativo de Política e Gestão Cultural não-obrigatórios na matriz curricular do CST em Política e Gestão Cultural ou ainda componentes de outros cursos do CECULT e mesmo de outros centros da UFRB.

Conformado por três componentes, Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso e Residência Cultural, o eixo Orientação e Execução de Trabalho de Conclusão de Curso foi idealizado com o objetivo de propiciar ao estudante articular diferentes saberes desenvolvidos ao longo do curso, com os seus próprios saberes em uma vivência prática intensiva. O componente Residência Cultural - inspirado na Residência Social criada pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da UFBA - propõe a imersão do estudante em contextos sócio-práticos relacionados com o campo da gestão cultural e do desenvolvimento de políticas culturais, bem como seu tema específico de estudo, de forma a promover um tipo especial de aprendizagem a partir da observação das práticas, de modo a propiciar ao aluno uma experiência de atividade curricular de aprendizagem prático-reflexiva. O objetivo é proporcionar um espaço prático para formação dos alunos do curso como gestores culturais. Tal imersão poderá ser realizada em instituições culturais do país e do exterior e o resultado desta experiência será o Trabalho de Conclusão de Curso do estudante, que por sua vez, poderá ser realizado mediante uma diversidade de produtos científico-tecnológicos, tais como artigo científico, planos de intervenção, tecnologias de ensino, intervenções artístico-culturais e projetos de lei (ver formulário 12 B deste documento). Dessa forma, os componentes Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso terão como objetivo orientar o aluno a realizar o seu trabalho final, levando-se em consideração as especificidades e inovações requeridas pelo curso.

No que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o CST de Política e Gestão Cultural contará desde sua implantação com o Motriz- Laboratório de Política e Gestão Cultural, vinculado à área de Política e Gestão Cultural do BICULT. O Laboratório tem por função desenvolver projetos e iniciativas inscritas na área de políticas e gestão cultural de modo a criar um ambiente de referência que possibilite contribuir com a área e fortalecer as relações do Cecult com a comunidade, especialmente na região do Recôncavo baiano.

Criado em 2014, o Motriz integra professores, estudantes e parceiros, atuando nas áreas de formação (cursos de capacitação e atualização profissional), pesquisa (estudos, levantamentos e análises em âmbito local, regional e internacional), extensão (ações culturais voltadas especialmente para a comunidade de Santo Amaro e do Recôncavo baiano) e prestação de serviços (assessoramento à agentes e instituições culturais em temáticas ligadas à política e à gestão cultural).

No que se refere à atividade de pesquisa, o Motriz está também registrado no Diretório do Grupo de Pesquisas do CNPq. É composto pelos professores da área de política gestão cultural, além de discentes que participam dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes. Abriga três linhas de pesquisa: a) Economia criativa, Inovação e Empreendedorismo; b) Políticas e gestão da cultura; c) Produção, consumo e práticas culturais.

O Laboratório pretende ser um espaço privilegiado onde se exercitará a estreita articulação entre ensino, pesquisa e extensão mediante a realização de ações e projetos na área de política e gestão cultural. Os estudantes, por sua vez, terão a oportunidade de vivenciar na prática os conteúdos trabalhados em aula, preparando-os também para o mundo do trabalho. Acredita-se que o desenvolvimento do Motriz se apresentará como espaço fundamental para experimentação e para o pensar, resultando em práticas e ideias inovadoras; para a formação de redes; para a criação de um ambiente de referência que possa contribuir com os agentes culturais da região (artistas, gestores públicos e privados, produtores, etc.) e para apoiar o desenvolvimento de políticas e iniciativas de gestão no campo da cultura.

Ainda no campo da metodologia de ensino e aprendizagem, se espera que o docente busque seguir a ética e ao mesmo tempo romper com as formas cristalizadas de ensino, pesquisa e avaliação, com vistas à inovação. No que tange aos saberes, recomenda-se a superação das dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática, dentre outras. São bem-vindas as propostas de novos procedimentos teórico-metodológicos que promovam a “renovação da sensibilidade ao alicerçar-se na dimensão estética, no novo, no criativo, na inventividade”⁹.

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE DO CURSO

**Formulário
Nº 14**

A UFRB acredita que o desenvolvimento das potencialidades dos alunos é inerente à sua inserção cidadã nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade, realizada a partir de princípios ético-políticos institucionais a fim de permitir, além do desenvolvimento pessoal e sucesso acadêmico, um impacto regional positivo. A instituição mantém-se consciente que essa inserção só é possível a partir de políticas afirmativas que garantam a filiação, a

⁹VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Docência Universitária na Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2130.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

permanência, o desenvolvimento das habilidades e a inclusão propositiva do egresso na vida acadêmica.

Assumindo o posicionamento político de contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil e com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social, a UFRB se tornou pioneira na implantação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (Propaae) cuja atribuição é a de promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A Propaae se tece em prol do acesso, permanência e pós-permanência, com destaque para os alunos oriundos das escolhas públicas, afrodescendentes e indígenas, por meio de práticas institucionais de promoção da igualdade racial e de inclusão social e, motivada por esta intenção, esta pró-reitoria tem construído meios de responder às implicações históricas, sociais, culturais, identitárias locais e regionais, sem perder de vista suas interdependências e complementaridades globais.

Algumas experiências no âmbito da UFRB valem ser destacadas:

1. Audiências universitárias: evento anual com a participação da comunidade acadêmica (estudantes, servidores, técnicos administrativos e docentes) para a definição de políticas e práticas de ações afirmativas, acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior, somados às reflexões sobre desenvolvimento local e regional;
2. Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo: ação que visa promover a data de 20 de novembro como Dia de Debates e Ações sobre Inclusão Étnico-Racial e Social no âmbito da UFRB e suas interfaces no Recôncavo;
3. Programa de Permanência da UFRB: projeto institucional que assegura apoio financeiro para estudantes integrantes do programa de permanência qualificada, através de sua vinculação a projetos acadêmicos, de pesquisa e de extensão, sob supervisão de professor.

Além dessas ações, pertencentes à Propaae, há, ainda, o Programa de Tutoria do BICULT que é uma ação pedagógica que visa a contribuir com a vida acadêmica dos discentes, sua afiliação, permanência e construção do êxito acadêmico, sob a regulação da Pró Reitoria de Graduação (Prograd) e opera a partir do acompanhamento regular de um aluno por um professor-tutor.

Este programa trata-se de uma prática processual, contínua, desenvolvida pelos docentes do curso e que visa acompanhar os discentes desde o ingresso até a conclusão do curso de graduação. A Coordenação do Programa de Tutoria integra as ações da Coordenação do Colegiado a fim de promover as ações de acolhimento, de permanência e de pós permanência, que vão desde a orientação sobre matrícula, realização de atividades complementares (ACC), ações de extensão, pesquisa, monitoria, participação em eventos culturais e científicos, assim como os procedimentos regulares da universidade (trancamentos, transferências, afastamentos, e vinculação a programas e projetos de políticas afirmativas).

O Programa de Tutoria do Cecult responde ao Colegiado do Curso e tem se estabelecido por meio de ação pedagógica que visa a contribuir com a vida acadêmica dos discentes, sua afiliação, permanência e construção do êxito acadêmico. É uma prática processual, contínua, desenvolvida pelos docentes do referido Centro, desde o ingresso dos discentes, acompanhando-os, no caso do bacharelado Interdisciplinar em seus percursos formativos, até a conclusão do curso de graduação.

Para os alunos que ingressam no CST em Política e Gestão Cultural, a tutoria integrará as ações de acolhimento, de permanência e de pós-permanência, promovendo adesão à vida institucional: seus protocolos, linguagens e cotidiano, por meio das rotinas curriculares de formação acadêmica: orientação sobre matrícula, realização de atividades complementares (ACC), ações de extensão, pesquisa, monitoria, participação em eventos culturais e científicos. Para os alunos egressos do BICULT, as ações da Tutoria serão uma sequência do que foi vivido no primeiro ciclo, tendo como enfoque as ações de pós-permanência e do acompanhamento ao primeiro momento da vida profissional do aluno.

Sugere-se, portanto, a realização de encontros mensais, com o fim de monitoramento e acompanhamento da vida acadêmica de cada discente, buscando meios para assegurar a afiliação do estudante, sua permanência efetiva, e fornecimento de informações que possibilitem maior adequação dos estudantes à vida universitária, e a atuação institucional. Para isso, recomenda-se a seguinte organização:

1. Cada docente terá um conjunto máximo composto por cinco discentes para seu acompanhamento e supervisão;
2. O/a estudante poderá solicitar a mudança do grupo de tutoria apenas após ter concluído um semestre efetivo de tutoria, por solicitação justificada à Coordenação do Programa de Tutoria, e com os pareceres do/a atual Tutor/a, e

- do futuro tutor/a pretendido/a. A mudança será limitada ao máximo de duas solicitações, desconsiderado o grupo inicial do sorteio;
3. No primeiro semestre, a definição dos grupos de tutoria far-se-á através de sorteio;
 4. O/a docente tutor/a deverá reunir-se com seu grupo, regularmente, podendo registrar em seu plano de trabalho (PIT), o total máximo de quatro horas mensais de tutoria, na condição de orientação acadêmica, para cada modalidade de acompanhamento (acolhimentomensal, permanência e a pós-permanência- bimestral). A carga horária relativa às atividades desenvolvidas deverá ser comprovada pelos registros de atividades;
 5. A dinâmica das reuniões dos grupos de tutoria ficará a critério do/a docente-tutor/a, sob a orientação da Coordenação do Programa de Tutoria;
 6. No encerramento do grupo de tutoria, vinculado à turma/ano de ingresso, será elaborado pelo/a tutor/a, o relatório final de tutoria, a ser arquivado pela Coordenação do Programa de Tutoria

EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

**Formulário
Nº 15**

FORMAÇÃO GERAL

Nome e código do componente curricular: DIVERSIDADES, CULTURA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS		Centro: CECULT	Carga horária: 68h (17 EaD)
Modalidade Disciplina	Função: Geral	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa: Formação da nação brasileira. Importância da Bahia e seus territórios na constituição da nação, cultura e povo: econômica, política, artística e linguística. Debates contemporâneos: desenvolvimento da Bahia e do Recôncavo. Teorias, políticas e práticas culturais, das diversidades. Relações étnico-raciais. Tradições históricas e culturais do Recôncavo no diálogo entre as experiências das comunidades locais. Territorialidade e identidade.</p>			
<p>Bibliografia Básica: ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: 2006</p> <p>Bibliografia Complementar: BASTIDE, R. O candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. NASCIMENTO, Claudio O. C.; JESUS, Rita de C. D. P de. Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais. Curitiba: Progressiva, 2010. PACHECO, João de O.; FREIRE, Carlos A. da R. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, s/d. RIBEIRO, João Ubaldo. Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2008.</p>			

Bibliografia Adicional:

- ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar A. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro : FGV/Pallas, 2007
- CARVALHO, Marcos J. M. de. **Liberdade; rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- CASTRO, Armando. **Irmãos de fé: tradição e turismo no Recôncavo Baiano**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel a “Redentora” dos escravos; uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru: EDUSC, 2004.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- FONSECA, Maria N. S. (org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2008.
- KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX**.
- LOPES, Nei. **Bantos, Males e Identidade Negra**. Editora Autêntica, 2007
- LOPES, Nei. **Partido Alto. Samba de Bambas**. Editora Pallas, 2005.
- MATTOS, Hebe M. de C. **Das cores do silêncio (Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MEDINA, João & HENRIQUES, Isabel C. **A rota dos escravos; Angola e a rede do comércio negreiro**. Lisboa: CEGIA, 1996.
- MOURA, Milton. (Org.). **A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/ Rio de Janeiro: OR Editor Produtor Editor, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Inês C. de. **O liberto: o seu mundo e os outros; Salvador, 1790/1890**. Salvador: Corrupio/CNPq, 1988
- PAIVA, Eduardo F. **Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
- PAIVA, Eduardo F. **Escravos e libertos nas Minas Gerais dos século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.
- PAIVA, Eduardo F. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autrêntica, 2002.
- PAMPLONA, Marco A. (org). **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.
- PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi; mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PEREIRA, Amauri M. **O tráfico de escravos – para repensar aspectos da identidade afro-brasileira**. Rio de Janeiro, 1997.
- RAMOS, A. **A aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1942.
- REIS, João José. **A morte é uma festa; ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. 2. ed. RJ: Versal, 2004.
- RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. 1935. SANTOS, J. E. dos. **Os nagô e a morte**. Petrópolis: Vozes, 2008. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SILVA, Vagner G. da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- SOARES, Mariza de C. **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2007.

Nome e código do componente curricular: LABORATÓRIO DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS		Centro: CECULT	Carga horária: 68 h (34 EAD)
Modalidade Disciplina	Função: Geral	Natureza: Obrigatória	

	Módulo de alunos: 20
<p>Ementa:</p> <p>Ementa: Conceitos de leitura e de texto. Modalidades e estratégias de leituras de textos acadêmicos. Gêneros e tipologias textuais. Fatores e Propriedades de textualidade. Produção de textos escritos coerentes, coesos e funcionais. Estratégias e problemas de argumentação. Textos acadêmicos: resenha, mapa conceitual, resumo, ensaio, artigo, pôster, memorial. Apresentação oral de textos acadêmicos: Seminário, Comunicação Oral. Normas técnicas para produção de textos acadêmicos e Normas da ABNT.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>CLAVER, R. Escrever sem doer: oficinas de redação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.</p> <p>SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.</p> <p>CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. 11. ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>FIORIN, J.L.; SAVIOLI, F.P. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>FARACO, C.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitário. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.</p> <p>FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. Como facilitar a leitura. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>Bibliografia Adicional:</p> <p>CARRASCOZA, J.A Redação Publicitária: estudos sobre a retórica do consumo. Rio de Janeiro: Futura, 2003.</p> <p>GUIMARÃES, E. A Articulação do texto. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>KATO, M.A. No Mundo da escrita. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>ORLANDI, E.P. Discurso e leitura. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>KLEIMAN, A. Leitura: ensino e pesquisa. Rio de Janeiro: Pontes, 2008.</p> <p>VANOYE, F. Usos da linguagem: problemas e técnicas da produção oral e escrita. Rio de Janeiro: Martins Editora, 2007.</p> <p>GARCIA, Othon. Comunicação em prosa Moderna: aprenda a escrever, a aprendendo a pensar. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.</p> <p>CARVALHO, M.C.M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. São Paulo: Papirus, 2010.</p> <p>BOAVENTURA, E.M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>HAVELOCK, Eric A. A Musa aprende a escrever: Reflexões sobre oralidade e literacia da Antiguidade ao presente. Lisboa: Gradiva, 1996.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	

Nome e código do componente curricular: EXPERIÊNCIAS E TEORIAS DA CULTURA – ENFOQUE II: SÓCIO-ANTROPOLOGIA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Geral	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>A Noção de Cultura em Antropologia; Etnocentrismo e Relativismo; Etnografia e Trabalho de Campo; Desenvolvimento Histórico da Antropologia; Identidade e Diferença; Antropologia Simbólica; Antropologia Política; Tradição e Modernidade; Cultura Popular; Multiculturalismo e Diversidade Cultural; Antropologia e Estudos Culturais; Antropologia no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia M. (org). Um enigma chamado Brasil. 29 Intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac&Naif, 2013</p> <p>KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>			

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
 LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
 MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
 PEIXOTO, Fernanda A; PONTES, Heloísa; SCHWARCZ., Lilia M. (org.). **Antropologia, histórias e experiências**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
 RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70. 1989.

Bibliografia Adicional:

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo. Companhia das Letras. 1994.
 CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia no Brasil: Mito, História, Etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP. 1986.
 ERIBON, Didier; LEVI-STRAUSS, Claude. **De perto e de longe**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
 EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
 EVANS-PRITCHARD, E. E. **Ensaio de Antropologia Social**. Madrid: Siglo XXI, 1990.
 GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989
 FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos Brancos**, Rio de Janeiro: Global editora, 2007
 FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**. V.1. Rio de Janeiro: Global editora, 2008
 LARAIA, Roque de B. **Cultura. Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2009.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares de Parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **Olhar, escutar e ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editora Presença, 2000.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Editora Papirus, 2005.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural 1**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural 2**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
 LEACH, Edmund. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1974.
 MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
 MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
 MAUSS, Marcel; HUMBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
 OLIVEIRA, Roberto C. de. **Os caminhos da identidade. Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
 RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 SAHLINS, Marshal. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2003.
 SAHLINS, Marshal. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2004.
 SAHLINS, Marshal. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2008.
 SILVA, Vagner G. da. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Edusp, 2006.
 WILCKEN, Patrick. **Claude Lévi-Strauss, o poeta no laboratório**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.
 WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naif, 2012.

Nome e código do componente curricular: EXPERIÊNCIAS E TEORIAS DA CULTURA – ENFOQUE IV: CULTURA BRASILEIRA E BAIANA	Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Geral	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Sem Pré-requisito	Módulo de alunos: 50	
Ementa: Significados de uma noção de cultura brasileira. A questão da mestiçagem: debates histórico-sociais e a invenção do Brasil. Significados de uma noção de cultura baiana. Formação da cultura baiana: matrizes histórico-antropológicas e estéticas. Cultura baiana e cultura na Bahia. Os sentidos do texto identitário da baianidade. Situação atual, perspectivas e desafios da cultura baiana.		
Bibliografia Básica: DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro . Rio de Janeiro: Guanabara, 1990. ORTIZ, Renato. Cultura Popular e Identidade Nacional . São Paulo: Brasiliense, 1985. RISÉRIO, Antonio. Uma história da cidade da Bahia . Rio de Janeiro: Versal, 2003.		

Bibliografia Complementar:

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

PINHO, Osmundo. **O mundo negro:** hermenêutica, crítica da reafricanização em Salvador. Curitiba: Progressiva, 2010.

QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil.** Salvador: Eduneb, 2010.

SCHWARTCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia Adicional:

ABIB, P. R. J. **Capoeira Angola:** cultura popular e o jogo dos saberes na roda. Campinas: CMU/Unicamp /EDUFBA, 2005.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. **A invenção do nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez Editora, 2009.

AMADO, Jorge. **Tenda dos milagres.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

Anderson, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia – Rito Nagô.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia M. (org). **Um enigma chamado Brasil.** 29 Intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO, Armando. **Irmãos de fé:** tradição e turismo no Recôncavo Baiano. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

CONCONE, M. H. V. B. **Umbanda:** uma religião brasileira. São Paulo: FFLCH, USP, CED, 1985.

CUMINO, A. **História da Umbanda:** uma religião brasileira. São Paulo: Madras, 2011

COSTA LIMA, Vivaldo. **Família de Santo no candombles Jeje-Nagôs da Bahia.** Um estudo de relações intragrupo. Salvador: Corrupio, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucamos.** Rio de Janeiro: Global editora, 2003.

FREYRE, Gilberto. Açúcar. **Uma sociologia do doce.** Rio de Janeiro: Global editora, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Global editora, 2013.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política.** Rio de Janeiro, 7 Letras, 2006.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade.** São Paulo: Editora Annablume, 2009.

MOREIRA LEITE, Dante. **O caráter nacional brasileiro:** História de uma ideologia. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

OLIVEIRA, D. E. de. **Filosofia da ancestralidade:** corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro:** umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ORTIZ, R. **Cultura e modernidade.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

RUBIM, Antonio A. C. (Org.). **Cultura e Atualidade.** Salvador: Edufba, 2005.

SCHWARTCZ, Lilia M. **Nicolas-Antoine Taunay no Brasil.** Uma leitura dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VERGER, Pierre F. **Caribé & Verger:** gente da Bahia. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2008.

VERGER, Pierre F. **Orixás:** deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Corrupio, 2009.

VERGER, Pierre F. **Nota sobre o culto aos Orixás e Voduns.** São Paulo: Edusp, 2000.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2008.

FORMAÇÃO BÁSICA

Nome e código do componente curricular: EXPERIÊNCIAS E TEORIAS DA CULTURA – ENFOQUE I: TEORIAS DA CULTURA, ESTADO E POLÍTICA CULTURAL		Centro: CECULT	Carga horária: 85h (68 h Teóricas e 17h práticas)
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	

<p>Ementa:</p> <p>Gênese sócio-histórica da palavra cultura. O campo da cultura e as intervenções do Estado. Definições de políticas culturais. Políticas e atores culturais contemporâneos. O financiamento da cultura: entre o Estado e o mercado. Os destinatários das políticas culturais. Instrumentos de políticas culturais. Planejamento estratégico das políticas culturais nos âmbitos internacional, nacional, estadual e municipal: tipologias e experiências.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural, cultura e imaginário. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2012.</p> <p>RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007 (Coleção CULT).</p> <p>WARNIER, Jean-Pierre. A Mundialização da cultura. Bauru - SP: EDUSC, 2003.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>EAGLETON, Terry. A ideia de Cultura. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.</p> <p>NUSSBAUMER, Gisele M. (org.) Teorias e políticas da cultura. Salvador, Edufba, 2007.</p> <p>RUBIM, Antonio Albino Canelas e BAYARDO, Rubens (Orgs.). Políticas culturais na Ibero-América. Salvador, EDUFBA, 2008.</p> <p>RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cultura e Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2011.</p>
<p>Bibliografia Adicional:</p> <p>BARBALHO, Alexandre. Relações entre o Estado e a Cultura no Brasil. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1998.</p> <p>BORDIEU, P. O poder simbólico. 2.ed.São Paulo:Bertrand Brasil, 1998.</p> <p>BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, p.73-83, abr./jun. 2001.</p> <p>BRANT, Leonardo (Org.). Políticas Culturais. São Paulo: Manole, 2003.</p> <p>CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2002.</p> <p>FOUCAULT, M. Microfísica do poder. São Paulo: Graal,2012.</p> <p>KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC, 2002.</p> <p>MAAR, W.L. O que é política (Coleção Primeiros Passos) . São Paulo: Brasiliense , 1994.</p> <p>MATELLART, Armand. Diversidade cultural e mundialização. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.</p>

Nome e código do componente curricular: ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Principais modelos de administração: patrimonialista, burocrático, nova gestão pública e papéis do Estado. Evolução e características da administração pública no Brasil; as singularidades brasileiras; novos cenários e novos desafios. As tendências internacionais de mudança da gestão pública. Instrumentos gerenciais contemporâneos no cenário de mudanças mundiais. Globalização; desenvolvimento tecnológico, desigualdades e seu impacto sobre o Estado e a sociedade. O sistema político brasileiro e suas consequências sobre o Estado e a gestão. Participação cidadã e sua influência na Gestão Pública e no controle social das ações governamentais.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2010.</p> <p>FIEL FILHO Alcício; KANAANE, Roberto; FERREIRA, Maria das Graças (Orgs.). Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2012.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BERGUE, Sandro Trescastro. Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 2011.</p>			

CARNEIRO, Margareth Fabiola dos Santos. **Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.
 KUNSCH, Margarida M.K.(Org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul-SP: Difusão editora, 2009.
 TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia Adicional:

ABRUCIO, F. L. **O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública**: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP n. 10, 1996.
 BORGES, A. **Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa**: contradições da resposta conservadora à crise de caráter do Estado. DADOS- Revista de Ciências Sociais, vol 43, n.1, p. 119-151.
 BRESSER-PEREIRA, L C.; SPINK, P: **A reforma do Estado e a Administração Pública Gerencial**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
 DINIZ, E. AZEVEDO, S. **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília-ENAP, 1997.
 FARAH, Maria. F. S. E BARBOZA, Helio B. **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2000.
 FOUCHER, D. **Guia de Gerenciamento no Setor Público**. Brasília: ENAP, 2001.

Nome e código do componente curricular: CULTURA E DESENVOLVIMENTO	Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Sem Pré-requisito	Módulo de alunos: 50	
Ementa: A ampliação do conceito de desenvolvimento. A cultura como vetor para o desenvolvimento no mundo contemporâneo. A relação entre cultura e desenvolvimento na agenda das organizações nacionais e internacionais. Diversidade Cultural e novas práticas.		
Bibliografia Básica: HERMET, Guy. Cultura e desenvolvimento . Rio de Janeiro: Vozes, 2002. LOPES, Carlos. Cooperação e desenvolvimento humano : agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Unesp, 2005. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Cia das Letras, 2010.		
Bibliografia Complementar: CUÉLLAR, Javier Pérez. Nossa diversidade criadora . Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas-SP: Papyrus, Brasília: UNESCO, 1997. FURTADO, Celso. Cultura e Desenvolvimento em época de crise . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LOIOLA, Elizabeth, MIGUEZ, Paulo. Sobre cultura e desenvolvimento. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. Anais... .Salvador: CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Facom –UFBA), 2007. CD-Rom. YÚDICE, George. A conveniência da cultura – usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.		
Bibliografia Adicional: ALMEIDA, Paulo Henrique de. A cultura e a economia . Setorial de Cultura PT Bahia, 14 ago. 2008. Disponível em: < http://culturaptbahia.blogspot.com/ >. Acesso em: 18 ago. 2008. ALMEIDA, Paulo Henrique de. Cultura e desenvolvimento local . Salvador, Secretaria de Cultura da Bahia, 07 maio. 2007. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura, recurso para o desenvolvimento . Disponível em: < http://www.democratizacaocultural.com.br/Conhecimento/Artigos/Paginas/081023_heloisa_hollanda.aspx > Acesso em: 24.10.08. REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável . São Paulo: Manole, 2007. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. Organizações & Sociedade , Salvador, v.12, n.33, p.151-165, abr./jun. 2005.		

Nome e código do componente curricular: Direitos Culturais		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: A evolução da cultura como direito. Promoção da democracia, reconhecimento e proteção dos direitos culturais no Brasil. Sistemas e arquiteturas internacionais de proteção aos direitos culturais. Proteção legal do patrimônio material e imaterial no Brasil. Direito Administrativo e a gestão de bens culturais. Cultura, pacto federativo e orçamento no Brasil. Direitos autorais e propriedade intelectual.			
Bibliografia Básica: SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. MATTLART, Armand. Diversidade cultural e mundialização. Parábola: São Paulo, 2005. FILHO, Francisco Humberto Cunha. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.			
Bibliografia Complementar: ALVES, Elder Patrick Maia. Patrimônio cultural material e cultura popular: a UNESCO e a construção de um universalismo global. Revista Sociedade e Estado, v.25, n.3, set-dez., 2010. BARROS, J. M. de B. (org.), Diversidade cultural: da proteção à promoção. Brasília: Autêntica/ Observatório da Diversidade Cultural. CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, 2008. PIOVESAN, F. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 20-47, 2004. SOARES, Inês Virginia Prado (org.); CUREAU, Sandra (org.). Bens culturais e direitos humanos. São Paulo: Editora SESC-SP, 2016.			
Bibliografia adicional: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. _____. Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a organização do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. _____. Decreto nº3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF.. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.			

Nome e código do componente curricular: Comunicação, Diversidade e Difusão Cultural		Centro: Cecult	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Comunicação para a cidadania: histórico e conceitos. Produção, difusão e consumo cultural. Legislação brasileira, direitos civis e democratização dos meios de comunicação: debates e perspectivas. Comunicação, cultura e comunidade: o debate internacional. Estudo de casos: práticas sociais e estratégias inovadoras de comunicação e difusão da cultura.			
Bibliografia Básica:			

BARBERO, Jesus Martín. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
 CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

Bibliografia Complementar:

ALBORNOZ, Luis (Org.). **Poder, Médios, Cultura: uma mirada crítica desde la Economía Política de la Comunicación**. Buenos Aires: Paidós, 2011.
 BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel. (Org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.
 BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A Busca de Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
 PERUZZO, Cicilia Maria K. A dimensão pública da TV comunitária. In: **Dimensão Pública e Participação Cidadã na Mídia Local**. Rio de Janeiro, Mauad X, P.109-148, 2007.
 UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2005 (2006 em português). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>>. Acesso em: 16 nov 2012.

Nome e código do componente curricular: PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa: Democracia e instrumentos de participação social. A emergência de novos espaços de poder na sociedade civil organizada. A Constituição Federal de 1988 como balizador das políticas culturais. Direitos culturais, governança democrática, participação e controle social da cultura. Conselhos de cultura no Brasil: histórico, tipologia, desafios e possibilidades. Marcos regulatórios da participação social na cultura. O Sistema Nacional de Cultura. A Lei Orgânica da Cultura da Bahia. Redes de cultura como novos espaços de participação e controle.</p>			
<p>Bibliografia Básica: BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. NOBRE, Marcos. e COELHO, V. (Orgs.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004. RUBIM, Albino; TAIANE, Fernandes e RUBIM, Iuri (Orgs.) Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. Salvador: EDUFBA, 2010.</p>			
<p>Bibliografia complementar: BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013. FOUCAULT, M. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2012. ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p>			
<p>Bibliografia Adicional: BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, Direitos Fundamentais e Controle das Políticas Públicas. In: NOVELINO, Marcelo. (Org.). Leituras Complementares de Direito Constitucional. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. 3ª ed. Salvador: Editora JusPodium, 2008. CALABRE, Lia. O conselho Federal de Cultura, 1971-1974. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006, p.81-98. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article /viewArticle/2254>. Acesso em: 13 jul. de 2013. CALABRE, Lia. (Org.). Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. 1 ed. São Paulo: Itaú Cultural, 2010, p. 80-93. CALABRE, Lia. A ação federal na cultura: o caso dos conselhos. In: CALABRE, Lia. Políticas Culturais no</p>			

Brasil: história e contemporaneidade. Fortaleza: BNB, 2010.

CALABRE, Lia. CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento.** 1ed. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural.O Direito à Cultura.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: Congresso Nacional do Conselho nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, XIV **Anais**, Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://conpedi.org.br/anais_fortaleza2005.html>. Acesso em: 12 jul. de 2013

INFORMATIVO CEPAM. **Conselhos municipais das áreas sociais.** 2ed. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas, vol. 1, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Informativo_Cepam-conselhos_Municipais_das_Areas_Sociais.pdf>. Acesso em: 13 jul. de 2013.

Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: MinC, 2011.

Ministério da EDUCAÇÃO E Cultura. **Legislação do Conselho Federal de Cultura.** Brasília: MEC, 1968.

PÓLIS/INESC. **Relatório final da pesquisa: Governança Democrática no Brasil contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas. Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios.** Disponível em <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/relatorio-arquitetura-da-participacao-social-no-brasil>>. Acesso em: 11 jul. de 2013

PONTE, Elisabeth. **Por uma cultura pública: organizações sociais, OSCIPs e a gestão pública não estatal na área da cultura.** São Paulo : Itaú Cultural : Iluminuras, 2012. 208 p.

SOUTO, Anna; PAZ, Rosangela (Orgs.) **Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios.** São Paulo: Instituto Polis, 2012.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, SOUZA Clóvis Henrique Leite de, LIMA, Paula Pompeu Fiuza de. **Conselhos e Conferências Nacionais: o que são, quantos existem e para que servem.** Disponível em<<http://www.reformapolitica.org.br/artigos-e-colunas/44-artigos/672-conselhos-e-conferencias-nacionais-o-que-sao-quantos-existem-e-para-que-servem.html>>. Acesso em: 13 jul. de 2013.

Nome e código do componente curricular: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO CULTURAL		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: A arena política internacional: atores, espaços e instituições. A conformação do espaço latino-americano: histórico e processos políticos. Política cultural como política pública entre o global e o local. Cooperação cultural. Políticas culturais nacionais e regionais na América Latina.			
Bibliografia básica: MARTINS, Estevão Rezende. Cultura e Poder. São Paulo: Saraiva, 2007. RUBIM, Albino; BAYARDO, Rubens. Políticas culturais na Ibero-America. Salvador: Edufba, 2008. SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
Bibliografia complementar: CANCLINI, Néstor García. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.			
Bibliografia Adicional: APPADURAI, Arjun. Dimensões culturais da Globalização - a modernidade sem peias. Tradução Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 2004. BAYARDO, Rubens. Regionalización e integración cultural en el Mercosur. Disponível em: < http://www.naya.org.ar/articulos/global02.htm >. Acesso em: 20 out. 2010. CANAL, Carlos Yánez. La identidad del gestor cultural en América Latina. Un camino en construcción. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013. CANCLINI, Néstor García. Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento. São Paulo: Moderna, 2003.			

CARTA CULTURAL IBEROAMERICANA. IX Conferencia Iberoamericana de Cultura, Montevideo, 13 e 14 de jul. de 2006.

DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

HARVEY, Edwin. **Legislación Cultural de los países americanos: bases para um relevamiento continental**. Buenos Aires: Depalma, 1980.

HARVEY, Edwin. **Relaciones Culturales internacionales em Iberoamérica y el mundo**. Buenos Aires: Tecnos, 1991.

JIMÉNEZ, Raul de Móra. **Cooperación e integración audiovisual en Iberoamérica**. 2009. 623 f. Tese (Doutorado Comunicação Audiovisual e Publicidade) - Facultad de Ciencias de la información, Universidad Complutense de Madrid, 2009.

MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MATO, Daniel. Las políticas públicas de cultura frente a los desafíos políticos y enseñanzas comunicacionales de las redes transnacionales de producción de sentido común (neo) liberal. **Revista Rio de Janeiro**, nº 15, pp. 9-29, jan-abr 2005.

MATO, Daniel. **Políticas Culturales en América Latina**. México: Editora Grijalbo, 1987.

MILANI, Carlos. Discursos y Mitos de La Participación Social em La Cooperación Internacional para el Desarrollo: uma mirada a partir de Brasil. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, Nº 22. Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, Universidad Complutense de Madrid. Madrid: 2008.

MONETA, J. Carlos (Ed.). **El jardín de los senderos que se encuentran: Políticas públicas y diversidad cultural en el MERCOSUR**. Montevideo: Oficina de Representación de la UNESCO, 2006

MONETA, J. Carlos. Identidad y políticas culturales en procesos de globalización e integración regional. In: LÓPEZ SEGRERA, Francisco; FILMUS, Daniel (coord.). **América Latina 2020: escenarios, alternativas, estrategias**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2000.

NOGUEIRA, João Pontes; MISSARI, Nizar. **Teorias das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

RUBIM, Albino; VIEIRA, Mariella; RUBIM, Iuri. Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Iberoamericano . In: **Convênio Andrés Bello. Siete Cátedras para la Integración**. Bogotá, CAB, 2005, p. 129-170.

RUBIM, Linda.; Nadja Miranda (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: Edufba, 2008.

ESPECÍFICAS

Nome e código do componente curricular: Laboratório de Política e Gestão Cultural I - Produção Cultural		Centro: Cecult	Carga horária: 51h (Práticas)
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: A cadeia produtiva da cultura. A produção, o mercado e o produtor cultural: conceitos e tipologias. Panorama da produção cultural no Brasil e no mundo. Planejamento: as etapas de pré-produção, produção e pós-produção. A gestão de recursos na produção cultural. Logística e infraestrutura. Comunicação e marketing. Metodologias de avaliação e tecnologias de gestão de eventos e ações culturais. Especificidades da produção cultural nos diferentes segmentos culturais. Execução de um evento cultural.			
Bibliografia Básica: AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural . Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. O mercado da cultura em tempos (pós) modernos . Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000. ZANELLA, Luis Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			

Bibliografia Complementar:

GADELHA, Raquel. **Produção Cultural - Conformações, Configurações e Paradoxos. Fortaleza:** Armazém da Cultura, 2015.

GIACAGLIA, MariaCecília. **Eventos: como criar, estruturar e captar recursos.** São Paulo:Pioneira Thomson, 2005.

MELONETO, Francisco de Paula. **CriatividadeemEventos.** 4ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

NATALE, Edson.(org.). **GuiaBrasileiro de Produção Cultural 2013/2014.** São Paulo: SESC, 2013.

RUBIM, Linda (org). **Organização e Produção da Cultura.** Salvador: EDUFBA, 2005.

Nome e código do componente curricular: POLÍTICAS CULTURAIS		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Definições de políticas culturais. Políticas culturais públicas e privadas. Atores e momentos do sistema cultural. Instrumentos de políticas culturais. Planejamento estratégico das políticas culturais. Análises históricas das políticas culturais nos âmbitos internacional, nacional, estadual e municipal: tipologias e experiências. Políticas culturais no Brasil e na Bahia: organização, estruturas, projetos e ações.			
Bibliografia Básica: CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. 2 ed .São Paulo: Editora Iluminuras, 2012. RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). Políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2012.			
Bibliografia Complementar: BARROS, José Márcio; KAUARK, Guiliana. Diversidade cultural e desigualdade de trocas – participação, comércio e comunicação. São Paulo: Observatório da Diversidade Cultural, Ed PUC Minas, 2011. CALABRE, Lia. (Org) Políticas culturais: reflexões e ações. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2009. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.) Teorias e políticas da cultura. Salvador, EDUFBA, 2007. RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). As políticas culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.			
Bibliografia Adicional: BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. Revistas São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15,n.2, 2001. Disponível em : http://www.scielo.br . BOTELHO, Isaura. Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2001. BRANT, Leonardo (org). Políticas Culturais. Vol. 1. Barueri: Manole, 2003. CANEDO, Daniele. Cultura, Democracia e Participação Social: um estudo da II Conferência de Cultura da Bahia. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) 190f. - Faculdade de comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. DORIA, Carlos Alberto. Os Federais da Cultura. São Paulo: Biruta, 2003. FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir. de (orgs.). Experiências de gestão cultural democrática. São Paulo, Pólis,1993. FÉLIX, Paula. Políticas Culturais do Governo Lula: Análise do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) 140f. - Faculdade de comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. FERNANDES, Taiane Fernandes. Políticas Culturais: A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) 242f. - Faculdade de comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. LAMOUNIER, Bolivar; FIGUEIREDO, Rubens. (orgs.) A Era FHC: um balanço. São Paulo, Cultura, 2002.			

MACHADO, Mario Brockmann. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, Difel, 1984.
MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro / Brasília: Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria Alice. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro, Funarte, 1985.
MOISÉS, José Álvaro; BOTELHO, Isaura. (orgs.). **Modelos de financiamento da cultura**. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.
PONTES, Ipojuca. **Cultura e modernidade**. Brasília, Secretaria de Cultura, 1991.
SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. In: JELÍN, Elizabeth e outros. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27-44.
VIEIRA, Mariella Pitombo. **Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) 240f. - Faculdade de comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

Gestão da Cultura e das Artes: Patrimônio Cultural/ Expressões Culturais Tradicionais e Populares		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: ...	
<p>Ementa:</p> <p>As diferentes expressões culturais nos universos tradicionais e populares do Brasil. Políticas públicas e patrimônio: gestão compartilhada e diversidade cultural. Patrimônio imaterial e a salvaguarda da cultura dos conhecimentos populares tradicionais. Territórios tradicionais e expressões artísticas. Estudos de caso de manifestações culturais organizadas por comunidades.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CARVALHO José Jorge. Por que e como apoiar as Culturas Populares. Em : Hamilton Faria & Ricardo Lima (Orgs.). Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares, 12-28. São Paulo/Brasília: Instituto Polis/Ministério da Cultura, 2006. CAVALCANTI, Maria Laura V. De C. Reconhecimentos. Antropologia, folclore e cultura popular. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2012. CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão. Antologia para um debate. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011 FONSECA, Maria Cecília. O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.</p>			
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>AYALA, Marcos & AYALA, Maria Ignez Novais. Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Ática, 1987. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Saber, O cantar e O viver do povo. São José dos Campos: Centro de Estudos da Cultura Popular. Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Cadernos de Folclore. 2009B. CASCUDO, Luis da C. Rede de dormir. Uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global Editora, 2005 FUNARI, Pedro P. A. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2006. UNESCO. Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008b. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf</p>			
<p>Bibliografia Adicional:</p> <p>ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. A invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez Editora, 2009. ARANTES, Antonio Augusto. O que é Cultura Popular. São Paulo: Brasiliense, 1990. BAKTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Media e no Renascimento. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2010. BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: Edusp, 1998. CASCUDO, Luis da. Antologia do Folclore Brasileiro. V. 1 e 2. Rio de Janeiro: Global editora, 2012. NOGUEIRA, Antonio G. R. Por um inventário dos sentidos. Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec Editora, 2005. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985. POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros</p>			

desafios... Universidade Federal de Goiás: Revista Sociedade e Cultura., V. 08. N. 02, 2002
 TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
 TONI, Flavio C. **Missão de Pesquisas Folclóricas. Cadernetas de Campo**. Curitiba: Editora TAMASO, Izabela
 expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... Universidade Federal de Goiás: Rev
 Sociedade e Cultura., V. 08. N. 02, 2002

Nome e código do componente curricular: LABORATÓRIO DE POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL II - ELABORAÇÃO DE PROJETOS		Centro: CECULT	Carga horária: 51h (Práticas)
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Capacitar o aluno para elaborar e gerenciar projetos culturais. Apresentar conceitos, técnicas e ferramentas ligados à elaboração e ao gerenciamento de projetos culturais. Analisar e discutir a elaboração e o gerenciamento de projetos segundo às demandas, os gargalos e os diferentes atores do setor cultural. Possibilitar a prática da elaboração de um projeto cultural.</p>			
<p>Bibliografia Básica: BRANT, Leonardo. Mercado cultural: panorama crítico e guia prático para a gestão e a captação de recursos. São Paulo: Instituto Pensarte, 2004. MALAGODI, Maria Eugênia; CESNIK, Fábio. Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais e busca de patrocínio. São Paulo: Escrituras, 2004. REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática. São Paulo. Pioneira, 2003. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Projetos culturais: técnicas de modelagem. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar: AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008. CESCA, CLEUZA G. GIMENES. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. 9ª Ed SP: Summus, 2008. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. 12ª Ed. São Paulo: Pearson, 2006. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org). O mercado da cultura em tempos (pós) modernos. Santa Maria: UFSM, 2000. RUBIM, Linda (org.) Organização e produção da cultura. Salvador, EDUFBA, 2005. OLIVIERI, CRISTIANE; NATALE, EDSON (org.). Guia brasileiro de produção cultural 2013 – 2014. São Paulo: Edições Sesc SP, 2013. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. São Paulo: Atlas, 2011. 151 p.</p>			

Nome e código do componente curricular: Gestão da	Centro:	Carga horária:
---	---------	----------------

Cultura e das Artes: ARTES DOS ESPETÁCULOS		Cecult	51h
Modalidade: Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa: Breve panorama da história e diversidade de gêneros dentro das artes cênicas - circo, dança, teatro, performance etc. Importância no campo das artes e Economia da Cultura. Produção de espetáculos: especificidades e desafios. Circulação de obras e espetáculos: o papel dos festivais. Curadoria em festivais. Práticas de consumo nas artes cênicas. Produção de montagens, circulação de obras, festivais. O produtor de artes cênicas e as potencialidades do mercado. Políticas culturais para as artes cênicas no Brasil e na Bahia. Mercado das artes cênicas na Bahia - principais agentes e mecanismos de incentivo.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>NEWBIGIN, John. A Economia criativa – Um guia introdutório. London : British Council, 2010. 76 p.</p> <p>AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.</p> <p>NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. O mercado da cultura em tempos (pós) modernos. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.</p> <p>ZANELLA, Luis Carlos Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PAVIS, Patrice. Dicionário de teatro. São Paulo: Perspectiva, 2011</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BONES, Marcelo. Teatro: dilemas e possibilidades da circulação internacional. Observatório dos Festivais, nov. 2013. Disponível em: . Acesso em: 07 jul. 2014.</p> <p>BONET, Lluís; SCHARGORODSKY, H. (Ed.). La gestión de festivales escénicos: conceptos, miradas y debates. Barcelona: Gescènic, 2011. p. 41-87:</p> <p>CASTILLO, Nirlyn Karina Seijas. Curadoria: história e função. 2010. 39 f. Monografia (Especialização em Estudos Contemporâneos de Dança)-Programa de Pós-Graduação em Dança, Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.</p> <p>COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural. 2 ed .São Paulo: Editora Iluminuras, 2012.</p> <p>GADELHA, Raquel. Produção Cultural - Conformações, Configurações e Paradoxos. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.</p> <p>GIACAGLIA, Maria Cecília. Eventos: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo:Pioneira Thomson, 2005.</p> <p>MELONETO, Francisco de Paula. Criatividade em Eventos. 4ª ed. São Paulo, SP:Contexto, 2005.</p> <p>NATALE, Edson.(org.). Guia Brasileiro de Produção Cultural 2013/2014. São Paulo: SESC, 2013.</p> <p>RUBIM, Linda (org). Organização e Produção da Cultura. Salvador: EDUFBA, 2005.</p>			

Nome e código do componente curricular: EXPERIÊNCIAS E TEORIAS DA CULTURA –	Centro: CECULT	Carga horária: 51h
--	-------------------	-----------------------

ENFOQUE V: ECONOMIA DA CULTURA E EMPREENDEDORISMO		
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50
<p>Ementa:</p> <p>Economia da cultura e desenvolvimento. Indústrias culturais, economia da cultura e economia criativa: histórico e conceitos. Globalização, diversidade cultural e economia da cultura. Propriedade intelectual. Políticas culturais. Impacto das novas tecnologias nas artes e na cultura. Gestão e empreendedorismo no campo da cultura. Empreendedorismo cultural no Brasil e no mundo.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BENHAMOU, Françoise. A economia da cultura. São Paulo: Atelie Editorial, 2007. 200p.</p> <p>KIRSCHBAUM, Charles et al. (Coord.). Indústrias criativas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>STARLING, Mônica Barros de Lima et al. (Org.). Economia criativa: um conceito em discussão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2012.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BERTINI, Alfredo. Economia da cultura. Porto Alegre: Saraiva, 2008.</p> <p>BOLAÑO, César; GOLIN, Cida; BRITTO, Valério (orgs.). Economia da arte e da cultura. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, 2010.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p> <p>FLEW, Terry. Global Creative Industries. Cambridge: Polity Press, 2013.</p> <p>TOLILA, Paul. Cultura e economia: problemas, hipóteses e pistas. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007.</p>		
<p>Bibliografia Adicional:</p> <p>BOURDIEU, Pierre. El sentido social del gusto: elementos para una sociología de la cultura. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 2010.</p> <p>BRANT, Leonardo (Org.). Diversidade cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras Editoras; Instituto Pensarte, 2005.</p> <p>CHIN-TAO WU. Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. São Paulo: Boitempo Editorial; SESC-SP, 2006.</p> <p>EARP, Fábio Sá. Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002. 208p.</p> <p>HARTLEY, John; POTTS, Jason; CUNNINGHAM, Stuart; FLEW, Terry; KEANE, Michael; BANKS, John. Key Concepts in Creative Industries. Londres: Sage, 2013.</p> <p>McCRACKEN, G. Cultura e consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.</p> <p>MIGUEZ, Paulo. A Economia da Cultura. Jornal das letras. Belo Horizonte/MG. Ano VI, nº 45, janeiro de 2011. P 6 e 7.</p> <p>MIGUEZ, Paulo. Repertório de fontes sobre economia criativa. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA, 2007, 86p. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/repertorio_economia_criativa.pdf>. Acesso em 30 dez. 2012.</p> <p>MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações - 2011 a 2014. 2ª Ed. Brasília: MINC, 2011.</p> <p>NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões Multidisciplinares. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>SILVA, Frederico A. Barbosa da. Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308p. Cadernos de Políticas Culturais.</p>		

Nome e código do componente curricular: GESTÃO DA CULTURA E DAS ARTES: MÚSICA		Centro: Cecult	Carga horária: 51h
Modalidade: Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa:			

Breve história da música e sua importância no campo das artes e Economia da Cultura. Panorama da música brasileira. As relações entre gêneros musicais e desenvolvimento do mercado da música no Brasil. O profissional da música e as potencialidades do mercado. Criatividade, estética e inserção mercadológica da música. Mercado da música na Bahia.

Bibliografia Básica:

COSTA, Nelson B. **Música popular, linguagem e sociedade**, Curitiba : Appris, 2011. 362 p.
 NAVES, Santuza Cambraia. **A canção Brasileira**. Rio de Janeiro : Zahar, 2015. 202 p.
 NEWBIGIN, John. **A Economia criativa – Um guia introdutório**. London : British Council, 2010. 76 p.
 TINHORÃO, José Ramos. **Pequena História da Música Popular**. São Paulo : Art editora, 1991.294 p.

Bibliografia Complementar:

CYNTRÃO, Sylvia H. (organizadora). **A forma da festa – Tropicalismo: explosão e estilhaços**. Brasília : Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do estado, 2000. 236 p.
 GUERREIRO, Goli. **A Trama dos tambores**. São Paulo : Editora 34, 2000. 320 p.
 PAIXÃO, Lucas F. **A indústria fonográfica como mediadora entre música e sociedade**. Dissertação de Mestrado, 2013, 104 p. Universidade Federal do Paraná.

Nome e código do componente curricular: LABORATÓRIO DE POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL III - GESTÃO DE INSTITUIÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS		Centro: CECULT	Carga horária: 51h (Páticas)
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos e fundamentos do processo de planejamento e da gestão, aplicados ao campo cultural. Organizações, espaços e equipamentos culturais: tipologias. Os espaços culturais e sua relação com a cidade. Curadoria. Mediação cultural. As instituições culturais e seu público. Acessibilidade. Sustentabilidade de instituições culturais.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BETHLEM, A. Estratégia Empresarial: conceitos, processo e administração estratégica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009 CALABRE, Lia. (Org.). Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itau Cultural, 2010. CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de museus, um desafio contemporâneo - diagnóstico museológico e planejamento. Medianiz: 2013. KOTLER, P. Administração de marketing : A Bíblia do Marketing , 14a Ed. São Paulo Pearson Prentice Hall , 2012.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. Revista Espaço e Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003. CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Manole, 2014. DAFT, Richard L. Administração. São Paulo: Thomson, 2005. EIDELMAN, Jacqueline; ROUSTON, Mélanie; Goldsteins, Bernadette. O lugar do público: sobre usos de estudos e pesquisas pelos museus. 1.ed. São Paul: Iluminuras/Itau Cultural, 2014. ESPAÇOS CULTURAIS – Anais do 2. Seminário Internacional de Gestão Cultural, Belo Horizonte 2010. http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/179d78fb211617b7c542c396517a6e6a.pdf MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura em números : anuário de estatísticas culturais . 2a ed. Brasília: MinC, 2010 NUSSBAUMER, Gisele; RATTES, Plínio. Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados. Trabalho apresentado no V ENLEPICC. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 2005. OLIVEIRA, Djalma P. R. Planejamento Estratégico. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2007. REAL, Mauro Corte. Gestão Empresarial. Canoas: ULBRA. 2005.</p>			

--

Nome e código do componente curricular: LEGISLAÇÃO E DIREITOS AUTORAIS		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Legislação de Direitos Autorais no Brasil. Conceitos fundamentais de propriedade intelectual, relações com ramos do direito privado e com a propriedade industrial. Princípios e modalidades contratuais no direito do autor. Registro de obras. Direitos Morais e Direitos Patrimoniais. Domínio público e limitações ao direito de autor. Utilização de obras para fins de estudos. Criações intelectuais nos meios universitários. Disponibilização de vídeos e áudios na internet. Conteúdos digitais comprados pela internet. Copyleft e Creative Commons Organization. O direito de autor no âmbito internacional.			
Bibliografia Básica: GANDELMAN, Henrique. De Gutenberg à Internet : direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 1997. GANDELMAN, Marisa. Poder e conhecimento na economia global . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. VILLARES, Fábio. (Org.). Propriedade intelectual : tensões entre o capital e a sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007.			
Bibliografia Complementar: BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento : de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. CABRAL, P. A nova lei de direitos autorais na era digital . Rio de Janeiro: Record, 1997. FREIRE FILHO, João; JANOTTI JÚNIOR, Jeder. Comunicação & Música Popular Massiva . Salvador: Edufba, 2006. LUCCA, Newton DE e SIMÃO FILHO, Adalberto. Direito & Internet : Aspectos Jurídicos Relevantes. São Paulo: EDIPRO, 2000. SANTINI, R. M. Admirável chip novo : a música na era da internet. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.			
Bibliografia Adicional: BRASIL. Lei no. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília [online], 20 fev. 1998. MORELLI, R. C. L. Arrogantes, anônimos, subversivos : interpretando o acordo e a discórdia na tradição autoral brasileira. São Paulo: Mercado de Letras, 2000. TENÓRIO, I.S. Direito e Cibernética . Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975. YÚDICE, George. A conveniência da cultura : usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.			

Nome e código do componente curricular: MERCADO CULTURAL, PÚBLICO E CONSUMO		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Os mercados culturais e a produção cultural. Os públicos da cultura. Consumo cultural. Estratégias de mercado para produtos e ações culturais. Instrumentos de análise de público. Formação de público. Práticas alternativas de produção e consumo cultural.			

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
 MACHADO NETO, Manoel Marcondes. **Marketing cultural: das práticas à teoria**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005.
 NUSSBAUMER, Gisela Marchiori. **O mercado da cultura em tempos (pós) modernos**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

Bibliografia Complementar:

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
 CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.
 GOMES, Rui Telmo. In: SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (org). **Públicos da cultura**. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 2003.
 MOREIRA, Elena. **Gestão cultural: herramienta para la democratización de los consumos culturales**. Buenos Aires: Longseller, 2003.

Bibliografia Adicional:

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.
 BOTELHO; Isaura; FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa. **Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP**. Abril de 2005.
 CARVALHO, Márcia M. Perfil dos Visitantes do Museu Nacional de Belas Artes. Estatística Aplicada. **Relatório de final de curso**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. Rio de Janeiro. 1994.
 NUSSBAUMER, Gisele; RATTES, Plínio. **Equipamentos Culturais de Salvador: Públicos, Políticas e Mercados**. Trabalho apresentado no V ENLEPICC. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 11 de novembro de 2005 (cd-rom).
 SILVA, Maria Cristina de Souza e. **Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitação: fundamentos e metodologia**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
 SOBREIRA, Sérgio. Públicos e Mercados Culturais para o Teatro Baiano. In: **Revista da Bahia**. Salvador, 32(37):74-81, primeiro semestre de 2003.
 TATSCH, Flavia Galli. **Gestores e mediadores: profissionais da cultura, agentes de transformação**. Dissertação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.

Nome e código do componente curricular: GESTÃO DA CULTURA E DAS ARTES– ARTES VISUAIS		Centro: Cecult	Carga horária: 51h
Modalidade: Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Histórico das Artes Visuais no mundo e no Brasil. Aspectos técnicos e estéticos das diferentes modalidades das Artes Visuais. Curadoria. Expografia. O mercado das artes visuais no Brasil e no mundo. Políticas para as artes visuais no Brasil. Práticas de consumo nas artes visuais. Relação entre arte e espaços de exibição. Gestão de projetos em artes visuais.			
Bibliografia Básica: ARNHEIN, R. Arte e percepção visual . São Paulo: Pioneira, 1998. . BASBAUM, Ricardo. Além da pureza visual . Porto Alegre, Zouk, 2007. BELLOUR, Raymond. Entre –Imagens . São Paulo: Papyrus, 1997. BOURDIEU, Pierre. & DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público . São Paulo: EDUSP, 2003. PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais . 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. TRIGO, Luciano. A grande feira . uma reacao ao vale-tudo na arte contemporanea. Rio de Janeiro: Record, 2009..			
Bibliografia Complementar: CURY, M. X. Exposição: concepção, montagem e avaliação . São Paulo, Annablume, 2005. EIDELMAN, Jacqueline; ROUSTON, Mélanie; Goldsteins, Bernadette. O lugar do público: sobre usos de estudos e			

pesquisas pelos museus. 1.ed. São Paul: Iluminuras/Itau Cultural, 2014.
 FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir. de (orgs.). **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo, Pólis, 1993.
 MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
 OBRIST, Hans Ulrich. **Uma breve história da curadoria**. São Paulo: BEI Comunicação, 2010.
 PARENTE, André. (org). **Imagem-máquina**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
 SMIERS, Joost. **Artes sob pressão – promovendo a diversidade**. São Paulo: Escrituras, 2006.
 WERNECK, Ana et al. **Planejamento e Gestão de Exposições em Museus: Caderno 03**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010

Nome e código do componente curricular: LABORATÓRIO DE POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL IV - AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E INDICADORES CULTURAIS		Centro: Cecult	Carga horária: 51h (Páticas)
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Informações e indicadores culturais: histórico, conceitos e tipologia. Experiências nacionais e internacionais de produção, monitoramento e avaliação de informações e indicadores culturais. Indicadores Culturais e Políticas Públicas. O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Conta Satélite da Cultura. Estatística aplicada ao setor cultural. Prática de levantamento de informações culturais, construção de banco de dados, elaboração e análise de indicadores culturais.			
Bibliografia Básica: IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise . Brasília, n. 17, 2009. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública . Brasília, DF: MP, 2012. SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (org). Indicador de desenvolvimento da economia da cultura . Brasília/DF: Ipea, 2010.			
Bibliografia Complementar: BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública, espaço e debates . Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, n. 43/44, [s.d.]. FUNDAÇÃO João Pinheiro. Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Música em Belo Horizonte . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de estudos de políticas públicas, 2010. FUKUDA-PARR, S. En busca de indicadores de cultura y desarrollo: avances y propuestas. In: Informe mundial sobre la cultura 2000 . São Paulo: Moderna; Paris: Unesco, 2004. LEIVA, João. Hábitos Culturais dos Paulistas . São Paulo: Tuvo Editora, 2014. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). The 2009 Unesco Framework For Cultural Statistics . 1st ed. Draft, Dec. 2007.			

Nome e código do componente curricular: ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA CULTURA		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade: Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa:			

Finanças e orçamento público. Fontes de financiamento da cultura: Estado, iniciativa privada, mercado. O orçamento público para cultura. As leis de incentivo à cultura. Programas federais, estaduais e municipais de fomento à cultura. Mecenato, marketing cultural e investimento cultural privado. Modelos internacionais de financiamento à cultura: estudos comparativos.

Bibliografia Básica:

CESNIK, Fábio de Sá. **Guia do Incentivo à cultura**. 2ª. ed (revisada e ampliada). São Paulo: Manole, 2007.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Os federais da cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.

MACHADO NETO, Manoel Marcondes. **Marketing cultural - das práticas à teoria**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

Bibliografia Adicional:

ALMEIDA, José Mendes de. **A arte é capital**: visão aplicada do marketing cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

BOTELHO, Isaura, MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Modelos de financiamento da cultura**: os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

BRANT, Leonardo. **Mercado cultural**: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos. São Paulo: Escrituras/Instituto Pensarte, 2004.

FRANCESCHI, Antonio de et alli. **Marketing cultural**: um investimento com qualidade. São Paulo: Informações Culturais, 1998.

MUYLAERT, Roberto. **Marketing cultural e comunicação dirigida**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2000

OLIVIERI, Cristiane. **Cultura Neoliberal**: leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras/Instituto Pensarte, 2004.

REIS, Ana Carla F. **Marketing cultural e financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

REIS, Ana Carla Fonseca. **O financiamento da cultura**: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Thomson, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marketing Cultural. In: RUBIM, Linda. (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2005, p. 53-77.

Nome e código do componente curricular: GESTÃO DA CULTURA E DAS ARTES – AUDIOVISUAL		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: O multidimensional setor audiovisual: cultura, política, economia e tecnologia. Mercado audiovisual e as cadeias produtivas da televisão, do cinema, do vídeo e dos jogos eletrônicos. Políticas públicas de fomento e regulação do audiovisual. Tecnologia, redes digitais e convergência - os novos modelos de negócio. Fluxos audiovisuais locais, regionais e internacionais. A exportação do cinema brasileiro - desempenho em mercados externos.			
Bibliografia Básica: BERTINI, Alfredo. Economia da Cultura – a indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil . São Paulo. Editora Saraiva, 2008. DE VANY, Arthur. Hollywood economics. How extreme uncertainty shapes the film industry . London/New York: Routledge, 2004. IKEDA, Marcelo. Cinema brasileiro a partir da retomada: Aspectos econômicos e políticos . São Paulo: Summus Editorial, 2015.			
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, Paulo Sérgio e BUTCHER, Pedro. Cinema, desenvolvimento e mercado . Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2007. CANEDO, Daniele Pereira. Todos contra Hollywood? Políticas, Redes e Fluxos do Espaço Cinematográfico do Mercosul e a Cooperação com a União Europeia . Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, 451f. INFOCULTURA Nº 5. Economia do audiovisual na Bahia e no Brasil: estudos e reflexões . Salvador: Secretaria			

de Cultura do Estado da Bahia, n 5, nov. 2010.

MELEIRO, Alessandra (Org.). **Indústria Cinematográfica Brasileira**. Vols. I, II e III. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

MELEIRO, Alessandra (Org.). **Cinema no Mundo: Indústria, Política e Mercado**. Vols. I, II, III, IV e V. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

SILVA, HadijaChalupe da. **O filme nas telas - a distribuição do cinema nacional**. São Paulo: Ecofalante, 2010.

Nome e código do componente curricular: Projeto de TCC - Trabalho de Conclusão de Curso		Centro: Cecult	Carga horária: 68h (Páticas)
Modalidade: Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Estruturação de trabalho final a partir das abordagens teóricas e práticas tratadas ao longo do curso. Possibilidades de TCC: projeto de elaboração de produto acadêmico, técnico ou artístico.			
Bibliografia Básica: KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. MAGALHÃES, Gildo. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia . São Paulo: Ática, 2005. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.			
Bibliografia Complementar: LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade . Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.			

Nome e código do componente curricular: Elaboração de TCC - Trabalho de Conclusão do Curso		Centro: Cecult	Carga horária: 68h
Modalidade: Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Execução e realização do projeto de TCC, transformando-o em atividade de intervenção, reflexão e prática, e produtos técnicos e artísticos oriundos da experiência da Residência Cultural.			
Bibliografia Básica: KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. MAGALHÃES, Gildo. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia . São Paulo: Ática, 2005. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.			
Bibliografia Complementar: LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MARCONI, Marina A. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade . Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.			

Nome e código do componente curricular: RESIDÊNCIA CULTURAL		Centro: CECULT	Carga horária: 102h (17 h teóricas e 85h práticas)
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Experiência de atividade curricular de aprendizagem prático-reflexiva. Imersão do estudante em contextos sócio-práticos relacionados com o campo da gestão cultural e do desenvolvimento de políticas culturais. Aprendizagem a partir da observação das práticas, de modo a propiciar ao aluno uma experiência de atividade curricular de aprendizagem prático-reflexiva a ser aproveitada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Explorar um espaço prático para a formação como gestores culturais, articulando diferentes saberes desenvolvidos ao longo do curso, com os seus próprios saberes em uma vivência prática intensiva. Articulação entre a experiência da Residência Cultural e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, de modo a que este possa refletir o enriquecimento do aluno com a sua reflexão sobre as práticas.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.</p> <p>CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural - Profissão em Formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.</p> <p>KIRSCHBAUM, Charles et al. (Coord.). Indústrias criativas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>NEWBIGIN, John. A Economia criativa – Um guia. London : British Council, 2010. 76 p.</p> <p>REIS, Ana Carla Fonseca. Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática. São Paulo. Pioneira, 2003.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades sobre os empreendedores de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>MOREIRA, Elena. Gestión cultural: herramienta para la democratización de los consumos culturales. Buenos Aires: Longseller, 2003.</p>			

OPTATIVAS

Nome e código do componente curricular: INTRODUÇÃO À GESTÃO PÚBLICA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Os fundamentos das políticas públicas no Estado Moderno e sua gestão. Burocracia. As políticas públicas no estudo do desenvolvimento. Novos conceitos de gestão pública e desenvolvimento. O lugar da cultura na gestão pública. Políticas culturais, gestão cultural e produção cultural: aproximações e distanciamentos. Estruturação institucional da gestão pública da cultura nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FURTADO, Celso. Cultura e desenvolvimento em época de crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 128p.</p> <p>MARTINS, Paulo E.M.; PIERANTI, Octavio P. (org.) Estado e Gestão pública: visões de um Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>SANTOS, Clezio S. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a Cidadania. São Paulo: Editora 34, 1998.</p> <p>CUNHA, Maria Helena. Gestão cultural: profissão em formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.</p>			

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociais de las economías pos-industriales**. Barcelona, Ariel, 2000.
 LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia da Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.
 RUBIM, Linda (Org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005.

Bibliografia Adicional:

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Teoria e prática da gestão cultural. Fortaleza: UNIFOR, 2002.
 DURAND, José Carlos. Política e gestão cultural: Brasil, EUA, Europa. São Paulo, Núcleo de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo/FGV. Relatório de Pesquisa n.13, 2000.
 FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.
 LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
 MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
 TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Nome e código do componente curricular: TEORIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Estado, sociedade e políticas públicas. Processos de formulação e desenvolvimento de políticas públicas. Teorias e modelos de análise de políticas públicas. Debates sobre políticas públicas no Brasil contemporâneo: direitos, governança democrática, participação social, equilíbrio federativo. Política cultural como política pública. Monitoramento e avaliação de políticas públicas de cultura. A construção de indicadores e informações culturais.			
Bibliografia Básica: BORDIEU, Pierre. O poder simbólico . 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. DELGADO, M.; PORTO, L. (Org.). O Estado de Bem-Estar Social no século XX . São Paulo: LTR, 2007. HOCHMAN, G; FARIA, C. (Orgs.) Federalismo e Políticas Públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.			
Bibliografia complementar: BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2013. FOUCAULT, M. Microfísica do poder . São Paulo: Graal, 2012.			
Bibliografia Adicional: BARCELOS, Marcio. A formação da área de análise de políticas públicas: do modelo “racional compreensivo” às abordagens “sintéticas” do processo da política pública. Revista Sociais e Humanas , Santa Maria, v. 26, n. 01, jan/abr 2013, p. 145-162. BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas, vol. I: Magia e técnica, arte e política . São Paulo: Brasiliense, 2012. CUNHA FILHO, F. H. Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro . Brasília: Brasília Jurídica, 2000. FARIA, C. A. Pimenta. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003. FORNAZARI, Fábio Kobol. Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav, RAP , Rio de Janeiro, n. 40, p. 647-77, jul. /ago. 2006. FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática das políticas públicas no Brasil. IPEA. Planejamento e políticas públicas - PPP , n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: < http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158 >. POLANYI, K. A grande transformação . As origens da nossa época. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980. RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria (Orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados . Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: < http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF >. Acesso em: 20 out. 2013. SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Políticas Culturais no Brasil . Salvador: Edufba, 2007, p. 133-155. SISTEMA de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010., Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 1179 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 31). Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sistema_de_Informacoes_e_Indicadores_Culturais/2010/indic_culturais_2007_2010.pdf >. Acesso em: 15 nov. 2013. SOUZA, C.. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo: v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.			

SOUZA, Celina. Dossiê: Políticas Públicas. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco Brasil, 2003.

Nome e código do componente curricular: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa: A problemática do desenvolvimento. O processo histórico de acumulação do capital e o desenvolvimento econômico. Características do subdesenvolvimento. A experiência histórica de desenvolvimento. Diferenças entre crescimento de desenvolvimento econômico. Reconstrução do pós-guerra e desenvolvimento. A natureza do desenvolvimento capitalista e as experiências socialistas de desenvolvimento. A questão do desenvolvimento no mundo pós queda do Muro de Berlim. Os países emergentes, o surgimento dos BRICS e novas perspectivas de desenvolvimento fora dos países centrais capitalistas.</p> <p>Bibliografia Básica: DE MASI, Domenico. O Futuro Chegou. Trad. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. HOBSBAUN, Eric. A Era dos Extremos. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.</p> <p>Bibliografia Complementar: CANCLINI, Néstor García. A globalização imaginada. Trad. Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003. COUTINHO M. C. Lições de Economia Política Clássica. São Paulo: Hucitec, 1998. MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Campinas-SP: Bomtempo Editorial / Editora da UNICAMP, 2002. SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed Atlas, 1993.</p> <p>Bibliografia Adicional: LUXEMBURGO, R. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas, 1982.</p>			

Nome e código do componente curricular: ESTADO E SOCIEDADE		Centro: Cecult	Carga horária: 68h
Modalidade: Disciplina	Função: Básica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa: Conceito e evolução histórica da idéia de Estado, poder e democracia. O Estado na concepção liberal, desenvolvimentista e socialista. O neo-institucionalismo, concepção de Estado e a relação entre ação e estrutura.</p> <p>Bibliografia Básica: CARNOY, M. Estado e teoria política. Campinas: Papyrus, 1986. HALL, P. A.; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, n 58, 203, PP 193-224. OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. SENNET, Richard. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar: BENTHAM, J. O Panóptico. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 2000. LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno, São Paulo, Ed. Ática, 1980. GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.</p>			

OSBORNE, D. & GAEBLER, T. **Reinventando o governo**. Brasília: Editora Comunicação, 1994.
PRZEWORSKI, A.. Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1995.
 BENTHAM, J. **O Panóptico**. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
 SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec Ed., 1996.
Bibliografia adicional:
 BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política. A filosofia política e a lição dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2000.
 BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Volumes 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 2007.
 MATO, Daniel (Coord.). **Estudioslatinoamericanos sobre cultura y transformacionessocialesentiempos deglobalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
 SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo De Cultura, 1961.

Nome e código do componente curricular: TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Globalização e mundialização. Dimensões da globalização. Globalização e risco. Globalização e desigualdades. As consequências humanas da globalização e da mundialização. Desglobalização da globalização. Globalização e mídia. Globalização e jornalismo.			
Bibliografia Básica: HARVEY, D. Condição pós-moderna . São Paulo: Loyola, 1993. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2000. SENNET, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo . Rio de Janeiro: Record, 1999.			
Bibliografia Complementar: BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguais e desconectados . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. HARVEY, D. O enigma do capital . São Paulo: Boitempo, 2011. GIDDENS, Anthony. O mundo na era da globalização . Lisboa, Ed. Presença, 2000. ORTIZ, Renato. Globalização: notas sobre um debate . In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan./abr. 1999.			
Bibliografia Adicional: AUGE, Marc. Não lugares . São Paulo: Papyrus, 2004. BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas . São Paulo: EdUSP, 2000. _____. Culturas populares en el capitalismo . Nova York: Random House, 2002. _____. A globalização imaginada . São Paulo: Iluminuras, 2003. _____. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização . Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005. SANTOS, Milton. Território e sociedade . São Paulo: Perseu Abramo, 2000. _____. Brasil. Território e sociedade no início do século XXI . Rio de Janeiro: Record, 2001. _____. O país distorcido . São Paulo: PubliFolha, 2002. _____. O espaço dividido . São Paulo: EdUSP, 2004. _____. Por uma outra globalização . Rio de Janeiro: Record, 2004. _____. Pensando o espaço do homem . São Paulo: EdUSP, 2004. _____. Da totalidade ao lugar . São Paulo: EdUSP, 2005. FORRESTER, Viviane. O horror econômico . São Paulo: editora da UNESP, 1997. SENNET, Richard. Together. The rituals, pleasures and politics of cooperation . London: Penguin Books, 2013. WARNIER, Jean-Pierre. Mundialização da Cultura . Edusc, 2000.			

Nome e código do componente curricular: EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Conceito e contexto da Educação e espaços alternativos de aprendizagem. A educação não formal no quadro da legislação brasileira. Os caminhos da educação popular. Espaços alternativos e outras modalidades de educação. A educação formal e informal como espaço político de luta pela hegemonia. Relação entre educação e desigualdade social. Os processos de ensino aprendizagem nas modalidades da educação informal.</p>			
<p>Bibliografia Básica: ALENCAR, C e GENTILLI, P. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis: Vozes, 2003. BRZEZINSKI, I. (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2002. BONETI, L. W. (org.) Educação, exclusão e cidadania. Ijuí: Unijuí, 2000.</p> <p>Bibliografia Complementar: BRANDÃO, C. R. (1986). A educação como cultura. São Paulo: Brasiliense. FREIRE, P. (1993). Política e educação. São Paulo: Cortez, 1993. FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1986. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. _____. Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2011. TORRES, C. A. A política da educação não formal na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.</p> <p>Bibliografia Adicional: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1995. BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>. Acesso em 24 set.2011. FLEURI, R. M. A Questão do Conhecimento na Educação Popular. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação. _____. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. – Coleção questões da nossa época; v.1. SAVIANI, D. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas – SP: Autores associados, 2008. _____. Escola e democracia. São Paulo: Mercado de Letras, 1994. VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1998.</p>			

Nome e código do componente curricular: MUSEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Introdução aos conceitos de Patrimônio - compreendendo sua dimensão cultural e natural – e de Memória aplicados à Museologia e à compreensão do museu e de seus objetos/coleções.			
<p>Bibliografia Básica: ABREU, Regina e CHAGAS, Márcia. Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da UFF, 2008. CHOAY, Françoise. A Alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.</p> <p>Bibliografia Complementar: ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexão sobre a origem e difusão dos nacionalismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ARANTES, Antonio Augusto (org.). Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, 1996, p. 68-75. FENTRESS, J., & WICKHAM, C. Memória social. Lisboa, Portugal: Teorema, 1994. FONSECA, Maria C. L. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005. SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memória. São Paulo: UNESP, 2000.</p> <p>Bibliografia Adicional: ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégia da consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996. BARATA, Mario. Origens dos museus de história e de arte no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 147 (350): 22-30, jan. Mar-1986. DAMATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1984. ELIAS, Norbert. A Sociedade de indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. FALCÃO, Andréa. Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares. Série Encontros e Estudos. Vol. 6. Rio de Janeiro: CNFCP/Iphan, 2005. FIGUEIREDO, Betania G.; VIDAL, Diana G. Museus. Do gabinete de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. FONSECA, Maria Cecília Londres et al. Celebrações e Saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Série Encontros e Estudos. Vol. 5. Rio de Janeiro: CNFCP/Funarte/Iphan, 2004. GRUNBERG, Evelina; HORTA, M. de L. P.; MONTEIRO, Adriane Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Museu Imperial/Iphan, 1999. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Ed. Moraes, 1991. NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Vol.10, Dez.1993 p.7-28. MENEZES, Ulpiano de. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992 SEQUERA, Armando J. Cultura y patrimonio. Venezuela: Biblioteca Básica Temática Ministério de Educación, Cultura y Depor, 2004. SILVA, Zélia L. da. Arquivos, patrimônio e memória. São Paulo: UNESP, 2000. BATISTA, Marta Rosseti. (org.). Mário de Andrade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 30, 2002, p. 90-109. ELIAS, Norbert. A Sociedade de indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.</p>			

Nome e código do componente curricular: SOCIOLOGIA DA CULTURA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: A cultura como objeto de estudo sociológico. Principais teóricos da sociologia da cultura. O mercado dos bens simbólicos. Cultura e identidade. Globalização e cultura. Cultura, cotidiano e indústria cultural.			
<p>Bibliografia Básica: BHABHA, Hommi. O local das culturas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. MANNHEIM, Karl. Sociologia da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001.</p> <p>Bibliografia Complementar: ADORNO, Theodor. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002. BARCELLOS, Carine. A questão da moral na cultura contemporânea. In: <i>Comunicações</i>, 4, Piracicaba – UNIMEP, p. 70-90, nov. 2000. BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001. HABERMAS, J. O Discurso filosófico da modernidade. Trad. Ana Maria Bernardo e outros. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. HORKHEIMER, M., e ADORNO, T. W. Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.</p> <p>Bibliografia Adicional: BAUMAN, Zigmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. São Paulo: Zahar, 2012. BAIRON, Sérgio. Psicanálise e história da cultura. São Paulo: Mackenzie, 2000. BURKE, Peter. Hibridismo cultural. Porto Alegre: Unisinos, 2003. CEVASCO, Maria Eliza. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003. COELHO NETO, José Teixeira. O que é indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1996. CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003. SIMMEL, George. O conflito da cultura moderna e outros ensaios. São Paulo: SENAC, 2013. SANTOS, Jocélio. O poder da cultura e a cultura no poder. Salvador: EDUFBA, 2009 (epub) SODRÉ, Muniz. Reinventando a cultura. Petrópolis: Vozes, 2001. ZAUOAL, Hassan. Globalização e diversidade cultural. São Paulo: Cortez, 2003.</p>			

Nome e código do componente curricular: ESTUDOS DE RELIGIÃO NA BAHIA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Análise de estudos historiográficos relacionados ao catolicismo e suas relações com os cultos afro-brasileiros e com as igrejas protestantes na Bahia, do período colonial à segunda metade do século XX.			

Bibliografia Básica:

- ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Papyrus, São Paulo, 2006.
DELUMEAU, Jean. São Paulo: Loyola, 2000.
DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa**. Paulus Editora, São Paulo, 1989.

Bibliografia Complementar:

- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia – Rito Nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Presença, 1999.
CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Forense Universitari, Rio de Janeiro, 2008.
CHANTELLIER, Louis. **A religião dos pobres**. Estampa, Lisboa, 1995.
ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2008.
SILVA, Wagner Gonçalves. **Orixás da metrópole**. Vozes, São Paulo, 1995.

Bibliografia Adicional:

- ALMEIDA, Ronaldo. **A igreja Universal e seus demônios – um estudo etnográfico**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
BANDEIRA, Marina. **A igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Vozes/Educam, 2000.
BARROS, J. F. P. de; NAPOLEÃO, E. **Ewé órisá: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jeje-nagô**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1985.
_____. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
BERKENBROCK, V. J. **A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
BIRMAN, Patrícia. **Religião e espaço público**. Rio de Janeiro: Attar, 2013.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
BRAGA, Julio. **Na gamela do feitiço: repressão e resistências nos Candomblés**. Salvador: EDUFBA, 1995.
CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de (Org.). **As senhoras do pássaro da noite: escritos sobre a religião dos Orixás V**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Axis Mundi, 1994
NEGRÃO, L. N. **Entre a crua e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo**. São Paulo: Ed. PRANDI, R. **Herdeiras do axé**. São Paulo: Hucitec, 1996.
_____. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_____. **Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. Salvador: Eduneb, 2010.
RAMOS, A. **A aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1942.
_____. **As culturas negras no novo mundo**. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1946.

Nome e código do componente curricular: ÉTICA E LEGISLAÇÃO		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Conhecimento, Ciência, Política, Moral, Lógica, Objetividade dos Valores. Conceituação de Ética. A Ética e Liberdade. Componentes Éticos da profissão. A Ética da vida sócio econômica. Análise ética nas organizações modernas. Ética e propaganda. Código de ética, direitos e deveres. A Ética e o direito na perspectiva tradicional e na civilização tecnológica. Direitos fundamentais na sociedade atual, análise da legislação brasileira. O Conselho Nacional de Direitos Autorais e o seu funcionamento e perspectivas.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Direito autoral. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. V. 1. (Cadernos de políticas culturais)</p> <p>SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>PELLEGRINI, Luiz F. G. Direito autoral do artista plástico. São Paulo: Letras Jurídicas, 2011.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CHAUI, M. Ética, Violência e Nihilismo. Revista de Filosofia SEAF. Ano III, nº3 set. 2003.</p> <p>BRASIL. Código de defesa do consumidor: Lei n. 8.078, de 11-09-1990. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>FRAGOSO, João Henrique da R. Direito autoral: da antiguidade à Internet. São Paulo: Quartier Latin, 2009.</p> <p>NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 9. ed. São Paulo: RT, 2012.</p> <p>OLIVER, Paulo. Direito autoral fotografia imagens. São Paulo: Letras & Letras, 1991.</p> <p>VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros passos; 177).</p> <p>VASQUES, Adolfo S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>Bibliografia Adicional:</p> <p>ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>NOVAES, Adalberto. Ética. São Paulo: Cia das letras, 2002.</p> <p>RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron books, 1995.</p> <p>SINGER, Peter. Ética prática. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p>			

Nome e código do componente curricular: COOPERATIVISMO E CAPITAL SOCIAL		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Conceito e história do Cooperativismo. Funcionamento e objetivos de empresas cooperativas. Legislação aplicada. Tipos de cooperativas. Estatutos sociais. Capital social.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.</p> <p>SOUZA SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Editora Cortez, 2010.</p> <p>RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>AGUIAR, Neuma. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.</p> <p>SINGER, Paul. Uma utopia militante. Repensando o socialismo. Petrópolis: editora Vozes, 1998.</p> <p>SOUZA SANTOS, Boaventura (org). Produzir para viver. Os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.</p>			

Bibliografia Adicional

GODBOUD, J.T. **Introdução à dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, no.38, p.39-51,1998.
 MAUSS, M. **Sociologia e antropologia com uma introdução à obra de Marcel Mauss e de Claude Lévi- Strauss**. São Paulo: E.P., 1974.
 RIOS, Givanildo S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Editora brasiliense, 2007.
 SENNET, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
 YUNUS, Muhammed. **Banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora ática, 2000.

Nome e código do componente curricular: TÓPICOS ESPECIAIS EM ARTE E PATRIMÔNIO		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Conteúdo de cunho artístico/patrimonial ou abordagem variada no campo das artes e do patrimônio a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			
Bibliografia Básica: CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão . Antologia para um debate. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011. DE CERTAU, Michel. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer . Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000. FUNARI, Pedro P. A. Patrimônio histórico e cultural . Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2006.			
Bibliografia Complementar: ABREU, Regina. Memória e Patrimônio – Ensaios contemporâneos . Rio de Janeiro: Lamparina, 2009 DE CERTAU, Michel. A invenção do cotidiano. 2. Morar e Cozinhar . Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002. FERNANDES, Florestan. O folclore em questão . São Paulo: Martins Fontes, 2003. GONCALVES, Jose R. A alma das coisas. Patrimônios, materialidade e ressonância . Rio de Janeiro: Editora Ma 2013. NOGUEIRA, Antonio G. R. Patrimônio Cultural. Políticas e perspectivas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Ma 2012.			
Bibliografia Adicional AGIER, Michel. Antropologia da cidade. Lugares, situações, movimentos . São Paulo: Terceiro Nome, 2013. CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis . São Paulo: Companhia das Letras, 2003. FIGUEIREDO, Betania G.; VIDAL, Diana G. Museus. Do gabinete de curiosidades à museologia moderna . I Horizonte: Argumentum, 2010. POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no ocidente . São Paulo: Estação Liberdade, 2009. MELLO E SOUZA, Marina. Paraty: a cidade e as festas . Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 1994. NOGUEIRA, Antonio G. R. Por um inventário dos sentidos. Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário . São Paulo: Hucitec Editora, 2005. SILVA, Fernando F. Cidades Brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade . São Paulo: Editora Peirópolis, 2012.			

Nome e código do componente curricular: HISTÓRIA E CULTURA POPULAR		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Estudo de um conjunto de temas relativos às sociedades e suas expressões culturais no Brasil. Estudos sobre o Samba. Estudos sobre a Capoeira. Estudos sobre o Maculelê. Estudos sobre festas religiosas. Estudos sobre o futebol. Estudos sobre o carnaval.			
Bibliografia Básica: BAKTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2010. DAMATA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: editora Rocco, 1997. MAGNANI, José Guilherme. Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 2003.			
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Mário. Aspectos da música brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. CAVALCANTI, Maria Laura V. De C. Reconhecimentos. Antropologia, folclore e cultura popular. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2012. GONÇALVES, José Reginaldo S. As festas e os dias. Ritos e sociabilidades festivas. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2009.			
Bibliografia Adicional: BOTELHO, Andre. O olho em Mário de Andrade. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012. CASCUDO, Luis da C; ANDRADE, Mário de. Cartas- 1924-1944. Rio de Janeiro: Global editora, 2009. CASCUDO, Luis da C. b. Rio de Janeiro: Global editora, 2005. _____. Dicionário do folclore brasileiro. Rio de Janeiro: Global editora, 2012. _____. Antologia do Folclore Brasileiro. V. 1. Rio de Janeiro: Global editora, 2012. _____. Antologia do Folclore Brasileiro. V. 2. Rio de Janeiro: Global editora, 2012. CAVALCANTI, Maria Laura V. De C. Carnaval em múltiplos planos. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2009. _____. Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile. Rio de Janeiro: editora da UFRJ: 2006. DOZENA, Alessandro. A geografia do samba na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Polisaber, 2011. QUINTAO, Antonia A. Lá vem meu parente: irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (sec. XVIII). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. SANTANA, Sandro. Música e ancestralidade na Quixabeira. Salvador: EDUFBA, 2012. SILVA, Adriana de O. Caminhos do Divino. Festa e cultura popular em São Luis do Paraitinga e Lagoinha. São Paulo: Melhoramentos, 2013. TONI, Flavio C. Missão de Pesquisas Folclóricas. Cadernetas de Campo. Curitiba: Editora Lua, 2011. VALENTINI, Luísa. Um laboratório de antropologia. São Paulo: Editora Alameda, 2013.			

Nome e código do componente curricular: ANTROPOLOGIA AFRO-AMERICANA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Africanistas vs. americanistas: 'campos' tradicionais da antropologia. Apresentação do 'campo' afro-americano: constantes e divergências. A diáspora africana nas Américas. Conceito de Atlântico Negro. Religião, língua e música: produção de identidades e etnicidade. Movimentos de reafricanização. Problemática do afrocentrismo. Questão das reparações e das ações afirmativas: abordagem comparativa.			

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwane A. Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto editora: 2007.
 MINTZ, Sidney. O poder amargo do açúcar. Recife: Editora da UFPE, 2010.
 SWEET, James H. Recriar a África. Lisboa: edições 70, 2007.

Bibliografia Complementar:

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. São Paulo: Editora 34, 2001.
 ARAUJO, Emanuel. Textos de negros sobre negros. São Paulo: Museu AfroBrasil, 2011.
 SAID, Edward. Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de bolso, 2007.
 SILVA, Alberto da C. e. A enxada e a lança. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

Bibliografia Adicional:

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexão sobre a origem e difusão dos nacionalismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
 BARROS, Denise D. Itinerários da loucura em territórios Dogon. São Paulo/Rio de Janeiro: Casa das Áfricas/Editora Fiocruz, 2004.
 CONDURU, Roberto. Arte afrobrasileira. São Paulo: editora ComArte, 2007.
 FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
 SILVA, Vagner G. O antropólogo e sua magia. São Paulo: Edusp, 2006.
 SCHWARTZ, Lilia M. Racismo no Brasil. São Paulo: Publifolha editora, 2001.

Nome e código do componente curricular: ANTROPOLOGIA VISUAL		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	

Ementa:

Apresentação dos aportes da antropologia visual dentro dos métodos e técnicas da antropologia social. Abordagem transdisciplinar dos vários conhecimentos e instrumentos técnicos requeridos aos antropólogos nesse campo. Consolidação de uma reflexão teórica diferenciada dentro da antropologia. Análise e discussão de textos e artigos. Discussão das diferentes tradições de antropologia visual, tanto no Brasil como no exterior. O emprego dos recursos visuais e audiovisuais (audio, fotografia, filmes e vídeos) postos ao serviço da antropologia.

Bibliografia Básica:

MARTINS, José de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
 SAMAIN, Etienne (org). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
 SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar B. da. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
 DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**. Rio de Janeiro: Contraponto editora, 2013.
 PEIXOTO, Clarice E. **Antropologia e imagem**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
 PEIXOTO, Clarice E. **Antropologia e imagem**. V. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2011

Bibliografia Adicional:

BACHELARD, Gastón. **A intuição do instante**. Campinas: Verus Editora, 2007.
 BACHELARD, Gastón. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 BACHELARD, Gastón. **A poética do devaneiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
 BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar B. da; HIKIJI, Rose Satiko (org). **Imagem-conhecimento. Antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas: Papyrus, 2009.
 DEBOIS, Phillipe. **O ato fotográfico**. Campinas: Editora Papyrus, 2004.
 HOCKINGS, Paul. **Principles of visual anthropology**. Berlin: Walter de Gruyter, 2003.
 MEAD, Margareth. **Study of visual culture**. New York: Berghahn Books, 2008.
 MENDOLA, Ana S. D.; ARAUJO, Denize C. (org) **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: editora Sulina, 2007.
 HIKIJI, Rose Satiko. **Imagem-violência. Etnografia de um cinema provocador**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
 SOUTY, Jerome. Pierre Fatumbi Verger. **Do olhar livre ao conhecimento iniciático**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

Nome e código do componente curricular: ARTE INDÍGENA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Significados de arte para os povos indígenas. Noção de Cultura Material e Imaterial. Referentes sociais e cosmológicos dos grafismos, cestarias, cerâmicas e artes plumárias.			
<p>Bibliografia Básica: LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil. São Paulo: C/Arte, 2009. MULLER, R. A. P. Ritual da Imagem, Arte Asuriní do Xingu. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009. VIDAL, Lux B. V. (Org.). Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: EDUSP/Livraria Nobel, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar: FERREIRA, Francirossy C.B. (Org.) ; MULLER, Regina A. P. (Org.) . Performance, arte e antropologia. São Paulo: Hucitec, 2010. GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006. LANGDON, E.J.. (Org.). Xamanismo no Brasil. Novas Perspectivas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. CAIUBY NOAVES, Sylvia. (Org.). Habitações Indígenas: São Paulo: Nobel. 1983.</p> <p>Bibliografia Adicional: BARCELOS NETO, Aristóteles. Apapaatai. Rituais de máscaras no alto Xingu. São Paulo: Edusp, 2008. CAIUBY NOAVES, Sylvia. Jogo de espelhos. São Paulo: EDUSP, 2006. LAGROU, Els. A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre). Rio de Janeiro, TopBooks, 2007. RIBEIRO, Berta G. Dicionário do artesanato indígena. Belo Horizonte: Itatiaia editora, 1988. RIBEIRO, Berta G. Arte indígena, linguagem visual. Belo Horizonte: Itatiaia editora, 1989. RIBEIRO, Berta G. O índio na história do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2009. SEVERI, Carlo; LAGROU, Els. Quimeras em diálogo: grafismo e figuração na arte indígena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, 2104 (ebook)</p>			

Nome e código do componente curricular: ANTROPOLOGIA DAS FORMAS EXPRESSIVAS		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Perspectivas antropológicas sobre as formas expressivas e as experiências estéticas. Performance, drama e vida social. Arte, estética e ritual. Narrativas, linguagens e expressões artísticas. Cultura material, práticas e objetos.			
<p>Bibliografia Básica: GINSBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. LEVI-STRAUSS, Claude. Olhar, escutar e ler. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. MARTINS, José de S.; ECKERT, Cornelia; CAIUBY NOVAES, Silvia. O imaginário e o poético nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2005</p> <p>Bibliografia Complementar: BENJAMIN, Walter; BUCK-MORSS, Susan; HANSEN, Mirian; SCHOTTKER, Detlev. Benjamin e a obra de arte. Técnica, imagem e percepção. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012. BOURDIEU, Pierre. As regras da arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas cidades/Ouro sobre azul, 2004. GEERTZ, Clifford. O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa. São Paulo: editora Vozes, 2007 MILLER, Daniel. Trecos, trocos e coisas. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar</p>			

editora, 2013.

Bibliografia Adicional:

- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói: Editora da UFF, 2008.
- ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BASTIDE, R. **O sagrado selvagem e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BORGES, Adelia. Design + Artesanato. São Paulo: editora Terceiro Nome, 2011.
- BATESON, Gregory. **Naven.** São Paulo: EDUSP, 2008.
- BOURCIEU, Paul. **História da dança no Ocidente.** São Paulo: Martins Editora, 2001
- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre o teatro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- CASCUDO, Luis da C. **Rede de dormir. Uma pesquisa etnográfica.** São Paulo: Global Editora, 2005.
- CARVALHO, Vania C. de. **Gênero e artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.
- CLARK, T. J. **A pintura da vida moderna.** Paris na arte de Manet e de seus seguidores. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DAWSEY, John C. **De que riem os bóia-frias? Diários de antropologia e teatro.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos e o que nos olha.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.
- _____. **A pintura encarnada.** São Paulo: Editora Escuta, 2012.
- FERNANDES, Ciane. **Pina Baush e o Wuppertal dança. Teatro, repetição e transformação.** São Paulo: AnnaBlume, 2007.
- GOMBRICH, Ernest H. **A história da arte.** Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- HERZFELD, Michel. **A antropologia do outro lado do espelho. Etnografia crítica nas margens da Europa.** Lisboa: Difel, 2001.
- LEIRIS, Michel. **Espelho da tauromaquia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles.; ROUX, Elyette. **O luxo eterno. Da idade do sagrado ao tempo das marcas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MELO E SOUZA, Gilda. **O espírito das roupas. A moda no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- TURNER, Victor. **O processo ritual.** São Paulo: editora Vozes, 2013.
- VALERY, Paul. **Degas, dança, desenho.** São Paulo: Cosac portátil, 2012.
- WARBURG, Aby. **A renovação da antiguidade pagã.** Rio de Janeiro: Contraponto editora, 2013.

Nome e código do componente curricular: VOZ, PALAVRA E EXPRESSÃO		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
Ementa: Conscientização das possibilidades e treinamento da voz: projeção, ressonância e articulação. A importância da voz nos diversos contextos profissionais. Princípios de saúde vocal. Introdução à fisiologia da voz. Voz e respiração. Aquecimento e relaxamento vocal. Leitura e expressão: as muitas interpretações dos textos.			
Bibliografia básica: PACHECO, Cláudia e BAÊ, Tutti. Canto: equilíbrio entre corpo e som. Princípios de fisiologia vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006. QUINTEIRO, Eudisia Acuña. Estética da voz: uma voz para o ator. São Paulo: Plexus Editora, 2007. BEUTTENMULLER, Maria da Glorinha e LAPORT, Nelly. Expressão vocal e expressão corporal. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974. MARSOLA, Mônica & BAÊ, Tutti. Canto, uma expressão. Princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000. PONTES, Paulo & BEHLAU, Mara. Higiene vocal: Cuidando da Voz. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.			

Nome e código do componente curricular: TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS CULTURAIS		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>As políticas culturais e o campo das políticas públicas: conceitos e tipologias. Análises históricas das políticas culturais no Brasil (e na Bahia): organização, estruturas, projetos e ações. Políticas e atores culturais contemporâneos. Políticas culturais, sociedade, estado e mercado. Políticas culturais e financiamento da cultura. Políticas culturais e patrimônio material e imaterial. As políticas culturais e os enlaces entre cultura e comunicação, cultura e educação, cultura e turismo.</p> <p>Bibliografia Básica: CALABRE L. Políticas Culturais no Brasil. Dos anos 1930 ao século XXI. Série Sociedade e Cultura – FGV Bolso 6. Rio de Janeiro 2009. CANCLINI G. N. Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 1998. RUBIM A. A. C e ROCHA R. (ORG) Políticas Culturais. Salvador: EDUFBA, 2011.</p> <p>Bibliografia Complementar: ALVARES Sonia, DAGNINO Evelina, ESCOBAR Arturo (org). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. Humanitas. Ed. UFMG. 2000. CHAUÍ M. Cidadania Cultural: O direito a cultura. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2006. OLIVIERI Cristiane Garcia. Cultura Neoliberal – Leis de Incentivo como política pública de cultura. Instituto Pensarte. Ed. Escrituras. São Paulo. 2004. ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo. Brasiliense. 2006. 5 Edição. ZAOUAL, H. Globalização e Diversidade Cultural. São Paulo: Cortez, 2003</p>			

Nome e código do componente curricular: TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA DA CULTURA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Campo da economia da cultura: artes, patrimônio cultural, indústrias culturais e indústrias criativas. Impacto das novas tecnologias nas artes e na cultura. Globalização, diversidade cultural e economia da cultura. Economia da cultura e propriedade intelectual. Economia da cultura e desenvolvimento. Políticas culturais e economia da cultura. Financiamento da cultura.</p> <p>Bibliografia Básica: BOLAÑO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério (orgs.). Economia da arte e da cultura. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, 2010. KIRSCHBAUM, Charles et al. (Coord.). Indústrias criativas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2009. HARTLEY, John; POTTS, Jason; CUNNINGHAM, Stuart; FLEW, Terry; KEANE, Michael; BANKS, John. Key Concepts in Creative Industries. Londres: Sage, 2013.</p> <p>Bibliografia Complementar: BARBALHO, Alexandre [et al.], organizadores. Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: Edufba, 2011. EARP, Fábio Sá. Pão e circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002. 208p. HERMET, Guy. Cultura e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. HERSCOVICI, Alain. Economia da cultura e da comunicação; elementos para uma análise sócio-econômica da cultura no “capitalismo avançado”. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida; UFES, 1995. 322p. REIS, Ana Carla F. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura. São Paulo: Manole, 2007.</p>			

Nome e código do componente curricular: INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE BANDA E ORQUESTRA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
<p>Ementa:</p> <p>Desenvolver conhecimentos teóricos em conjunto com a prática musical, relacionando a notação musical e a produção sonora aos respectivos instrumentos musicais de banda e orquestra. Aquisição de teoria geral da música e treinamento auditivo: leitura, escrita e percepção da linguagem musical por meio de solfejos, ditados musicais e práticas da escrita. Apreciação e execução de obras musicais de vários estilos, períodos, cultura e técnicas, principalmente aquelas oriundas do Brasil.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ADOLFO, Antonio. Arranjo: um enfoque atual. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1997.</p> <p>GUEST, Ian. Arranjo: método prático. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.</p> <p>HOWARD, John. Aprendendo a compor. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ADOLFO, Antonio. Composição: uma discussão sobre o processo criativo brasileiro. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1997.</p> <p>BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.</p> <p>BENNETT, Roy. Forma e estrutura na música. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>BENNETT, Roy. Instrumentos da orquestra. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.</p> <p>CURIA, Wilson. Harmonia Moderna e Improvisação. São Paulo: Fermata, 1990.</p>			

Nome e código do componente curricular: FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM MÚSICA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Introdução aos estudos de Música. Conhecimento e reflexão sobre os processos de formação profissional nos campos da música. Os campos de atuação do profissional de música. Ética e legislação.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>SCHAFER, R. Murray. A afinação do mundo: uma exploração pioneira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.</p> <p>LIMA, Sônia Albano de (org.). Performance e interpretação musical: uma prática interdisciplinar. São Paulo: Musa, 2006.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ADOLFO, Antônio. O livro do músico. Harmonia e improvisação para piano, teclados e outros instrumentos. Rio de Janeiro: Lumiar editora, 1989.</p> <p>DIAS, Márcia Tosta. Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura. São Paulo: Boitempo, 2000.</p> <p>GAUTHIER, Clermont et al. (Org.). Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.</p> <p>HERSCHMANN, Micael. Lapa, cidade da música. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.</p> <p>ZAMBONI, S. A Pesquisa em Arte: Um Paralelo entre Arte e Ciência. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2006.</p>			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS I		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS II		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS III		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS IV		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema			

proposto pelo professor ministrante.

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS V		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS VI		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS VII		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS VIII		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
--	--	-------------------	-----------------------

Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.		

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS IX		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: SEMINÁRIOS ESPECIAIS EM CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS X		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
Ementa: Conteúdo de cunho teórico ou prático no campo da cultura, das linguagens e/ou das tecnologias a depender do tema proposto pelo professor ministrante.			

Nome e código do componente curricular: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: O estudo da formação do mundo Atlântico e das conexões entre a África e o Brasil. A abordagem da ancestralidade africana na identidade brasileira a partir de estudos e reflexões acerca da história, da cultura e do pensamento africanos divulgado pela diáspora.			

Bibliografia Básica:

BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
 MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
 RISÉRIO, A. Uma história da cidade da Bahia. 2. ed. RJ: Versal, 2004.

Bibliografia Complementar:

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar A. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro : FGV/Pallas, 2007
 CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
 SANTOS, J. E. dos. **Os nagô e a morte**. Petrópolis: Vozes, 2008
 SILVA, V. G. da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2005
 RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. 1935.

Bibliografia Adicional:

CARVALHO, Marcos J. M. de. **Liberdade; rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850**. Ed. Universitária da UFPE, 2001.
 DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel a “Redentora” dos escravos; uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru: EDUSC, 2004.
 PAMPLONA, Marco A. (org). **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.
 SOARES, Mariza de C. **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2007.
 FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
 FONSECA, Maria N. S. (org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
 GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo. Trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2008.
 KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
 LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista; Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
 LOPES, Nei. **Bantos, Males e Identidade Negra**. Editora Autêntica, 2007
 _____. **Partido Alto. Samba de Bambas**. Editora Pallas, 2005.
 MATTOS, Hebe M. de C. **Das cores do silêncio (Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
 MEDINA, João & HENRIQUES, Isabel C. **A rota dos escravos; Angola e a rede do comércio negro**. Lisboa: CEGIA, 1996.
 NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo. Documentos de uma militância pan-africanista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/ Rio de Janeiro: OR Editor Produtor Editor, 2002.
 RAMOS, A. **A aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1942.
 OLIVEIRA, Maria Inês C. de. **O liberto: o seu mundo e os outros; Salvador, 1790/1890**. Salvador: Corrupio/CNPq, 1988
 PAIVA, Eduardo F. **Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
 _____. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
 _____. **Escravos e libertos nas Minas Gerais dos século XVIII; estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.
 PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi; mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.
 PEREIRA, Amauri M. **O tráfico de escravos – para repensar aspectos da identidade afro-brasileira**. Rio de Janeiro, 1997.
 REIS, João José. **A morte é uma festa; ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Nome e código do componente curricular: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ORALIDADE		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	

Ementa:
Estudo das relações História e Memória. Abordagens e Usos da História Oral. História Oral e construção de identidades. A pesquisa em história oral: teoria, metodologia e prática.

Bibliografia Básica:

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
LE Bibliografia GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
THOMPSON, E. P. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia Complementar:

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 2005
LOMBARDI, J. C; CASIMIRO, A. P. B & MAGALHÃES, L. D. R (Orgs.). **História, memória e educação**. Campinas: Alínea, 2011.
MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2010.
SÁ, C. Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
Sá, C. Pereira de. **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2005.

Bibliografia Adicional:

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
GOODY, Jack & WATT, Ian. **As conseqüências do letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.
FENTRESS, J., & WICKHAM, C. **Memória social**. Lisboa, Portugal: Teorema, 1994.
MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005
NORA, P. (1997). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.
SÁ, C. P., & CASTRO, P. **Memórias do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2005.
SÁ, C. P. **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2005.
SÁ, C. P. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Vol. 20. N. 2. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
RICEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
YATES, Frances. **A arte da memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Nome e código do componente curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MEIO AMBIENTE		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa: Meio ambiente no Brasil. Abordagens da questão ambiental. Justiça e compensação ambiental. A formulação de programas governamentais e não governamentais na área do meio ambiente. Ética ambiental e a ação do capitalismo atualmente.			

Bibliografia básica:

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.R.; OLIVEIRA, J. A. P. **Meio Ambiente Brasil, Avanços e Obstáculos pós-Rio-92**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e Meio Ambiente: Debates e Desafios**. São Paulo: Editora do SENAC, 2000.

Bibliografia Complementar:

MORIN, EDGAR. **O Método: a natureza da Natureza**. Mem Martins: Publicações América LDA, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VINCENT, A. **Ecologismo. Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VIOLA, E. et al. (Org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Cortez/ Ed.UFSC, 1998.

Bibliografia Adicional:

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HARVEY, David. **A condição da pós-modernidade**. São Paulo: Loyola, 1992.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Nome e código do componente curricular: DJ		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
Ementa: Música e tecnologias. Origens do djing. O DJ e sua cultura. O remix e a mixagem como técnicas criativas. Mercado e dj. O vjing e o djing – o audiovisual. Estilos musicais e djing. Técnicas de Mixagens.			
Bibliografia Básica: ASSEF, C. Todo DJ Já Sambou – a história do disc jôquei no Brasil. Editora Corad. São Paulo, 2003. BACAL, Tatiana. Música, Máquina e Humanos – Os Djs no Cenário da Música Eletrônica. Rio de Janeiro: Apicuri Editora, 2012. PALOMINO, E. Babado Forte . Mandarim: São Paulo, 1999.			
Bibliografia Complementar: CHIAVERINE, Tomás. Festa infinita : o entorpecente mundo das raves. São Paulo: Ediouro, 2009. HERSCHMAN, M. org. Abalando os anos 90 - funk e hip hop, globalização violência e estilo cultural. Rio de Janeiro, Artemidia Rocco, 1997. SOUZA, C.M.D. A cibermúsica, djing, tribos e cibercultura . IN: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos. (Org.). Janela do Ciberespaço - Comunicação e Cibercultura . 1 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.			
Bibliografia Adicional: BARA, G. La Techno . Libro Musique: Paris, 1999. BEVERAGE, E. 200 Beats Per Minute . Paperback/Published: UK, 1998 BREWSTER, B. Last Night a DJ Saved My Life: The History of the Disc Jockey . Quartet Books: UK, 2000. BROUGHTON, F.; BREWSTER, B. Manual del Dj : el arte y la ciência de pinchar discos Argentina: MA NON TROPPO, 2006 COLLIN, M. Altered State - the story of ecstasy culture and acid house. Serpent's Tail, London Englad, 1997. FRITH, Simon. The cultural study of popular music , IN <i>Cultura Studies</i> . Routledge. Londres-New York 1991. FRITSCH, Eloy F. Música Eletrônica - Uma Introdução Ilustrada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. REYNOLDS, S. Energy Flash: A Journey Through Rave Music and Dance Culture . Londres: Picador, 1998. SAUNDERS, N. Ecstasy e a Cultura Dance . Publisher Brazil: Sao Paulo, 1996.			

Nome e código do componente curricular: INTRODUÇÃO À ETNOMUSICOLOGIA		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Origens, usos e funções da música na história das sociedades humanas. A música, uma linguagem universal? Conceitos básicos de etnomusicologia. Etnografia das práticas musicais. Trabalho de campo e de laboratório. A música nas sociedades tradicionais. O conceito de 'música tradicional'. Música, rito e religião. Antropologia da música vs. etnomusicologia. etnicidade, identidade e música. World Music. Músicas urbanas. Músicas em diáspora. A etnomusicologia no Brasil. Etnomusicologia aplicada e pesquisa participativa.</p> <p>Bibliografia Básica: KAZADI, wa Mukuna. Contribuição bantu na música popular brasileira: perspectivas etnomusicológicas. São Paulo: Terceira Margem, 2000. SANDRONI, C. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-33. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. ARAUJO JUNIOR, Samuel; PAZ, G. L. & CAMBRIA, Vincenzo (Orgs.). Música em debate: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.</p> <p>Bibliografia Complementar: GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. A música e o risco. Etnografia da performance de crianças e jovens. São Paulo, EDUSP, 2006 MENEZES BASTOS, Rafael José de. Musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no Alto-Xingu. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. TRAVASSOS, Elizabeth. Modernismo e música brasileira. RJ: Jorge Zahar, 2000. Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Brasília, DF: IPHAN, 2006.</p>			

Nome e código do componente curricular: LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais		Centro: CECULT	Carga horária: 68h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 25	
<p>Ementa:</p> <p>Aspectos culturais e históricos da Língua Brasileira de Sinais. Introdução aos aspectos linguísticos na LIBRAS: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais.</p> <p>Bibliografia Básica: BARRETO, Madson. BARRETO, Raquel. Escrita de sinais sem mistérios. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2012</p> <p>BRASIL, Decreto n.º 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Fernando Haddad, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm > (Acesso em 06 de Abr. de 2016.).</p> <p>DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado: pessoa com Surdez. Brasília/DF: SEESP / SEED / MEC, 2007 Disponível em: < ://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf > (Acesso em 06 de Abr. de 2016.).</p>			

Bibliografia Complementar:

BERNARDINO, E. Absurdo ou Lógica? Os Surdos e sua Produção Lingüística. Belo Horizonte, MG: Ed. Profetizando Vida. 2000. 202 p.

FERNANDES, Sueli. Avaliação em Língua Portuguesa para Alunos Surdos: Algumas Considerações. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2007.

GESSER, Andrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, Marcia, A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2 ed. Editora Plexus, São Paulo, 2002. P 27-46.

HONORA, Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

Nome e código do componente curricular: GESTÃO E EMPREENDEDORISMO CULTURAL		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa: Conceitos fundamentais de gestão e empreendedorismo. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão e empreendedorismo no campo da cultura. Formação do gestor cultural e empreendedorismo. Indicadores de mercado. Potencialidades, realidades e desafios ligados à gestão e ao empreendedorismo cultural no Brasil e no mundo. Os aspectos legais da produção, da empresa e do espetáculo. Boas práticas de inovação em gestão e empreendedorismo cultural.</p>			
<p>Bibliografia Básica: AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008. CUNHA, Maria Helena. Gestão Cultural - Profissão em Formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevire, 2014.</p>			
<p>Bibliografia Complementar: BRANT, Leonardo. Mercado cultural: panorama crítico e guia prático para a gestão e a captação de recursos. São Paulo: Instituto Pensarte, 2004. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor. 4ª Ed. São Paulo: Manoel, 2012. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. 12ª Ed. São Paulo: Pearson, 2006. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org). O mercado da cultura em tempos (pós) modernos. Santa Maria: UFSM, 2000.</p>			
<p>Bibliografia Adicional: DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luísa. São Paulo: Cultura, 1999. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades sobre os empreendedores de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevire, 2007. DRUCKER, Peter; Malferrari, Carlos J. (Trad.). Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship): Prática e Princípios. : Thomson, 2003. FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo E Gerenciamento: Processos Distintos, Porém Complementares. RAE light, v. 7, n. 3, pp. 2-7, 2000.</p>			

OLIVIERI, CRISTIANE; NATALE, EDSON (org.). **Guia brasileiro de produção cultural 2013 – 2014**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da gestão e da criação de novos negócios**. São Paulo: Prentice-Hall, 2006.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática**. São Paulo. Pioneira, 2003.

RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EDUFBA, 2005.

Nome e código do componente curricular: GESTÃO TÉCNICA DE ESPETÁCULOS		Centro: CECULT	Carga horária: 51 h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>Apresentar os aspectos legais e administrativos do espetáculo. Os diversos campos que compõem o espaço cênico e sua organização, gestão e recursos técnicos. Planejamento, organização, promoção e gestão de espetáculos. As diversas áreas de atuação de técnicos e profissionais do espetáculo.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ABREU Jonas. Como produzir eventos sem medo. Rio de Janeiro: Publit Comércio de Soluções Editoriais, 2008.</p> <p>AVELAR, Romulo. O avesso da cena. Notas sobre produção e gestão cultural. Rio de Janeiro: Duo Editorial, 2009.</p> <p>LYN, Howard; BACON, John. Cirque Du Soleil. A reinvenção do espetáculo. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CABRAL, Carlos. Manual de técnicas de palco. Lisboa: Inatel, 2004.</p> <p>IONAZZI, Daniel. The stagecraft handbook. Cincinnati: Betterway Books, 1996.</p> <p>IONAZZI, Daniel. The Stage Management Handbook. USA: Betterway Pub, 1992.</p> <p>SILVA, Robson Jorge Gonçalves da. (coord.). 100 termos básicos da cenotécnica: caixa cênica italiana. Rio de Janeiro: Funarte, 1992.</p> <p>SOLMER, Antonino. Manual do teatro. Instituto Português de Artes do Espectáculo. Lisboa: Ed. Cadernos contracena, 1999.</p> <p>Bibliografia Adicional:</p> <p>BOND, Daniel. The stage management, a gentle art. London: A&C Black, 1991.</p> <p>FARIA, João; GUINSSBURG, J.; LIMA, Mariangela (coord.). Dicionário do teatro brasileiro: temas, formas e conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2006.</p> <p>JACQUES e Berta JACQUES. Lisboa: Moraes Editora, 1979.</p> <p>KELLY, Thomas A. The back stage guide to stage management. NY: Back Stage Books, 1991.</p> <p>PARKER, W.; OREN e SMITH, Harvey K. Scene design and stage lighting. USA: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1963.</p> <p>RAOUL, Bill. Stock scenery construction handbook. New York: Broadway Press, 1990.</p> <p>REID, Francis. The staging handbook. London:A&C Black, 1995.</p> <p>SCHENIDER, Doris. The art and craft of Stage Management. Harcourt Brace College: USA, 1996.</p> <p>SERRONI, José Carlos. Oficina arquitetura cênica. Rio de Janeiro: Funarte, 2003.</p> <p>SONREL, Pierre. Traité de scenographie. França: Odette Lieutier, s/d.</p> <p>SOUTHERN, Richard. Manual sobre a montagem teatral para amadores e profissionais. Trad. Mário Jacques e Berta Jacques. Lisboa: Moraes Editores, 1979.</p> <p>STERN, Lawrence. Stage managemet. USA: Allyn and Bacon, 1987.</p> <p>THOMAS, Terry. Create your own stage sets. London: A&C Black, 1985.</p> <p>WINSLOW, Colin. The oberon glossary of theatrical terms. London: Oberon Books, 1991.</p>			

Nome e código do componente curricular: ARTE E COMUNICAÇÃO VISUAL		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem Pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
Ementa:			

As artes visuais e o design. A imagem digital e o sensorio. A resignificação dos códigos e das linguagens imagéticas pelo ambiente digital. A comunicabilidade dos objetos.

Bibliografia Básica:

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: UFBA, EDUSC, 2012.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas:** teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo, Annablume, 2013.

DONDIS, A. **Sintaxe da linguagem visual.** São Paulo: Martins Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

FRIEDBERG, Anne. **The virtual window from Alberti to Microsoft.** Cambridge: MIT Press, 2006.

QUARANTA, Domenico. **Beyond New Media Art.** San Francisco-CA: Link Editions, 2013.

SHANKEN, Edward. **Inventar el futuro:** arte, electricidad y nuevos medios. Barcelona: Departamento de Ficción, 2013.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos.** Buenos Aires: Prometeo, 2008.

TOMAS, David. **Beyond the Image Machine – a history of visual technologies.** Nova Iorque: Continuum, 2004.

Nome e código do componente curricular: COMUNICAÇÃO, MÚSICA E TECNOLOGIA		Centro: CECULT	Carga horária: 51h
Modalidade Disciplina	Função: Específica	Natureza: Optativa	
Pré-requisito: Sem pré-requisito		Módulo de alunos: 50	
<p>Ementa:</p> <p>A música popular no ambiente tecnológico e comunicacional contemporâneos. Discussão das implicações entre gênero cultural, consumo cultural e tecnologias: o gênero e suas relações com a comunicação, a criatividade, a produção (instrumentos e <i>softwares</i>), o consumo cultural, as identidades, os afetos e as valorações no âmbito da música popular. As novas formas de produção e circulação da música em plataformas digitais e suas implicações na política e na economia da música.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BYRNE, David. Como funciona a música. Trad. Otávio Albuquerque. Barueri-SP: Amariyls, 2014.</p> <p>HERSCHMANN, Micael (Org.). Nas bordas e fora do mainstream musical: Novas tendências da música independente no início do século XXI. São Paulo: Estação das Letras e das Cores / FAPERJ, 2011.</p> <p>IAZZETTA, Fernando. Música e Mediação Tecnológica. São Paulo: Editora Perspectiva/FAPESP, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CHION, Michel. Música, Media e Tecnologias. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.</p> <p>COULTER, Leo; JONES, Richard. Como criar suas músicas e colocar na internet. Barueri-SP: Girassol, 2010.</p> <p>HERSCHMANN, Micael. Indústria da música em transição. São Paulo: Estação das Letras e das Cores, 2010.</p> <p>MOREL, Leonardo. Música e tecnologia: um novo tempo, apesar dos perigos. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010.</p> <p>SÁ, Simone Pereira de Sá e JANOTTI JÚNIOR, Jeder (Orgs). Cenas Musicais (Coleções Comunicação e Cultura). São Paulo: Editora Andarco, 2013.</p> <p>Bibliografia Adicional:</p> <p>ANDERSON, Chris. Free: Grátis: o futuro dos preços. Trad. Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>BACAL, Tatiana. Música, máquinas e humanos: os djs no cenário da música eletrônica. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.</p> <p>CALADO, Carlos. A Divina Comédia dos Mutantes. São Paulo: Editora 34, 2006.</p> <p>CASTRO, Igor Garcia de. O lado B: a produção fonográfica independente brasileira. São Paulo: Annablume, 2010.</p> <p>COHN, Sérgio e COELHO, Frederico. Tropicália. V. 1. Rio de Janeiro. Azougue Editorial, 2008.</p> <p>JANOTTI JÚNIOR, Jeder. Aumenta que Isso aí é Rock and Roll. Rio de Janeiro: EPapers, 2003.</p> <p>LEMOS, André. A Comunicação das Coisas: Teoria Ator-Rede e Cibercultura. São Paulo: AnnaBlume, 2013.</p> <p>LEMOS, Ronaldo & CASTRO, Oana. Tecnobrega: o Pará reinventando negócio da música. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2008.</p> <p>LEONI. Manual de sobrevivência no mundo digital. Rio de Janeiro: Editora Sinergia, 2010.</p>			

MARTEL, Frédéric. **Mainstream**: a guerra global das mídias e das culturas. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RIBEIRO, José Carlos; FALCÃO, Thiago; SILVA, Tarcísio (Orgs.). **Mídias sociais**: saberes e representações. Salvador: EDUFBA, 2012.

SÁ, Simone Pereira de (org.). **Rumos da Cultura da Música**: Negócios, estéticas, linguagens e audibilidades. Porto Alegre: Sulina, 2010.

TROTTA, Felipe. **O samba e suas fronteiras**: pagode romântico e samba de raiz nos anos 1990. Editora UFRJ, 2011.

YÚDICE, George. **Nuevas tecnologías, música y experiencia**. Barcelona: Gedisa, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção e leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira; Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e nomadismo**: entrevistas e ensaios. Trad. Jerusa Pires Ferreira. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Hucitec; Educ (PUC-SP), 1997.

RECURSOS HUMANOS

**Formulário
Nº16**

O corpo docente do CECULT é constituído atualmente por 68 docentes, na sua quase totalidade em regime de Dedicção Exclusiva (DE). Desse quadro, 44 possuem doutorado, 19 mestrado e 5 graduados. Desse conjunto, 06 (seis) professores estão vinculados à área de Política e Gestão Cultural do BICULT, todos eles doutores e em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva. Esses professores conformarão o núcleo principal de docentes do futuro Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural.

O trabalho em equipe, contextualizado na formação de redes de conhecimento, permite a atuação do nosso corpo docente aliado a professores de diversas áreas do BICULT e de outros cursos do CECULT, o que possibilita uma panorâmica articulação de competências que abrange atualmente o diversificado e multidisciplinar quadro docente do CECULT., considerando-se que : a) parte da matriz curricular do curso é composta por componentes curriculares que integram o BICULT (4 componentes); b) os componentes optativos oferecidos pelo BICULT como também pelos futuros cursos do CECULT poderão integrar as 170 horas previstas para os componentes curriculares optativos, o Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural englobará potencialmente a totalidade do quadro docente do CECULT.

É necessário convir que futuramente será necessária a ampliação do quadro docente específico de Política e gestão Cultural para vagas que atendam componentes relacionados aos eixos específicos, a saber: “Laboratórios de Política e Gestão Cultural” e Gestão da Cultura e das Artes”. Vale ressaltar que a área de Política e Gestão Cultural contará com mais um professor, aprovado em concurso para a vaga de Direito e Cultura, cuja nomeação será efetivada nos próximos meses.

Em relação ao quadro de servidores técnico-administrativos, O CECULT dispõe de 23 servidores distribuídos entre as distintas áreas administrativas, a saber: Gerência Técnica, Secretaria Administrativa, Núcleo Administrativo, Núcleo Acadêmico, Núcleo Técnico, Biblioteca Setorial, Nuvem e PROPAAE. Esse quadro está destinado a atender as demandas do CECULT como um todo. Desse modo, para implantação do Curso Superior de Tecnologia

em Política e Gestão Cultural será necessário destinar ou contratar ao menos 2 (dois) servidores técnico-administrativos.

Com relação aos cargos comissionados, será necessária a composição de quadros para coordenação do Colegiado, do Núcleo Docente estruturante e de comissões que se fizerem necessárias. Caberá ao corpo docente do Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural a tarefa de articular e eleger docentes para esses trabalhos.

Quadro de professores vinculados diretamente à área de Política e Gestão Cultural:

Nº	Nome	Classe	Carga horária
01	Daniele Pereira Canedo	Adjunto	40 h
02	José Marcelo Dantas	Adjunto	40 h
03	Luciano Simões de Souza	Adjunto	40 h
04	Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner	Adjunto	40 h
05	Mariella Pitombo Vieira	Adjunto	40 h
06	Paula Félix dos Reis	Adjunto	40 h

Abaixo encontra-se a relação dos docentes do CECULT com suas respectivas titulações e regime de trabalho.

Nº	Nome	Classe	Carga horária
01	Adriano Dantas de Oliveira	Adjunto	40 h
02	Ana Maria Freitas Teixeira	Adjunto	40 h
03	Ana Maria de Oliveira Uripia	Adjunto	40 h
04	Anderson Rafael Siqueira Nascimento	Auxiliar	40 h
05	Armando Alexandre Costa de Castro	Adjunto	40 h
06	Augusto Souza de Sá Oliveira	Adjunto	40 h
07	Carlo Ribeiro Celuque	Auxiliar	20 h
08	Carolina de Paula Diniz	Assistente	40 h
09	Caroline Martins da Silva Saba	Assistente	40 h
10	Cláudia Salomão Costa	Auxiliar	20 h
11	Cláudio Manoel Duarte de Souza	Assistente	40 h
12	Cláudio Orlando Costa do Nascimento	Adjunto	40 h
13	Daniel Góis Rabelo Marques	Assistente	40 h
14	Daniele Pereira Canedo	Adjunto	40 h
15	Danilo Silva Barata	Adjunto	40 h
16	Elga Lessa de Almeida	Adjunto	40 h
17	Fábio Leão Figueiredo	Adjunto	40 h
18	Fabrizio Dalla Vecchia	Assistente	40 h
19	Felipe Milanez Pereira	Adjunto	40 h
20	Flavius Almeida dos Anjos	Assistente	40 h
21	Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand	Adjunto	40 h
22	Francisca Helena Marques	Adjunto	40 h
23	Franciane Rocha	Assistente	40 h
24	Guilherme Rafael Soares	Assistente	40 h
25	Iara Regina Demetrio Sydenstricker Cordeiro	Adjunto	40 h

26	João Alberto Lima Sanches	Assistente	40 h
27	Jorge Luiz Ribeiro de Vasconcelos	Adjunto	40 h
28	José Marcelo Dantas dos Reis	Adjunto	40 h
29	Júlia Vasconcelos Gonçalves Matos	Assistente	40 h
30	Juvino Alves dos Santos Filho	Adjunto	40 h
31	Kelly Barros Santos	Assistente	40 h
32	Lia da Rocha Lordelo	Adjunto	40 h
33	Luciano Simões de Souza	Adjunto	40 h
34	Lúcio José de Sá Leitão Agra	Adjunto	40 h
35	Ludmila Moreira Macedo de Carvalho	Adjunto	40 h
36	Luís Henrique Barbosa Leal Maranhão	Assistente	40 h
37	Macello Santos de Medeiros	Adjunto	40 h
38	Maciej Rozalski	Adjunto	40 h
39	Marcelo Alves Brazil	Assistente	40 h
40	Marcello Girotti Callas	Assistente	40 h
41	Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner	Adjunto	40 h
42	Mariana Terra Moreira	Assistente	40 h
43	Mariella Pitombo Vieira	Adjunto	40 h
44	Michael ZenryuIyanaga	Adjunto	40 h
45	NadjaVladii Cardoso Gomes	Adjunto	40 h
46	Paula Alice Baptista Borges	Adjunto	40 h
47	Paula Félix dos Reis	Adjunto	40 h
48	Pedro Amorim de Oliveira Filho	Adjunto	40 h
49	Poliana da Silva Lima	Auxiliar	40 h
50	Raimundo Nonato Ribeiro da Silva	Adjunto	40 h
51	Raquel Rennó Nunes	Adjunto	40 h
52	Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa	Adjunto	40 h
53	Renata Correia Lima Ferreira Gomes	Adjunto	40 h
54	Ricardo José Brugger Cardoso	Adjunto	40 h
55	Rita de Cássia Dias Pereira Alves	Adjunto	40 h
56	Roney Gusmão do Carmo	Adjunto	40 h
57	Rodrigo Heringer Costa	Assistente	40 h
58	Rubens da Cunha	Adjunto	40 h
59	Sarah Roberta de Oliveira Carneiro	Adjunto	40 h
60	Sílvia Michele Lopes Macedo de Sá	Adjunto	40 h
61	Sólon de Albuquerque Mendes	Adjunto	40 h
62	Tatiana Rodrigues Lima	Adjunto	40 h
63	Thaís Fernanda Salves de Brito	Adjunto	40 h
64	Vicente Reis de Souza Farias	Auxiliar	20 h
65	Victor Hugo Soares Valentim	Assistente	40 h
66	Viviane Ramos de Freitas	Assistente	40 h
67	Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins	Adjunto	40 h
68	Walter Emanuel de Carvalho Mariano	Assistente	40 h

INFRAESTRUTURA

**Formulário
Nº17**

O curso irá dispor de toda a infraestrutura do CECULT, que funciona, atualmente, em três espaços provisórios. Por se tratar de um Centro em fase de implantação, a sede definitiva

ainda não está pronta. O projeto, realizado pelo IPHAN, já existe e a edificação foi pensada em uma perspectiva inclusiva, obedecendo aos critérios e parâmetros que garantem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Até o presente momento, o Centro não possui estudantes com deficiência em seu corpo discente, não havendo, até então, uma ação especializada para as necessidades específicas a serem, porventura, demandadas. Entretanto, a forma de estruturação do Curso, que utiliza, em sua matriz curricular diversas formas de linguagem - música, artes de espetáculo, design, etc - e procura desenvolver em cada componente curricular estratégias de aprendizagem que privilegiem a utilização de uma multimodalidade de recursos, como vídeo, leituras, visitas de campo etc. favorecem a inclusão e afiliação desse estudante ao ambiente universitário. Além disso, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares e Formação Geral – NUVEM, vinculado ao CECULT, oferece o componente curricular LIBRAS. Cabe, ainda, salientar que a UFRB tem um núcleo específico com o objetivo de assegurar condições de acessibilidade e atendimento diferenciado às pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, comprometendo-se com a implementação de políticas e com a busca de adequações da infra-estrutura da Instituição. O Núcleo de Políticas de Inclusão, vinculado à Pro-Reitoria de Graduação da UFRB disponibiliza bolsistas dedicados a auxiliar os alunos com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, além de equipamentos para transcrição em braile, computadores de transição, serviço de tradução em libras e tutoria por estagiários do programa de inclusão.

Para viabilizar o pleno funcionamento do curso, os seguintes espaços e equipamentos serão necessários:

05 salas de aula

01 laboratório de informática

04 gabinetes docentes

01 sala para o Laboratório Motriz de Política e Gestão Cultural

01 sala de reuniões

01 sala para coordenação do curso

02 salas para núcleos de apoios administrativos

Equipamentos:

05 Estação iMac Apple para equipar o laboratório de informática

08 computadores

04 impressoras

Softwares de pesquisa qualitativa e quantitativa: Alas Ti, Gephi, Sphinx

01 Câmera de vídeo

01 Câmera fotográfica

05 data-show

Mobiliário

2 Mesas redondas de reunião

08 mesas de escritório

30 Cadeiras

10 Armários

4 Estantes

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

**Formulário
Nº18**

As atividades de auto-avaliação institucional e de avaliação das condições de ensino serão realizadas pelo NDE. Para realizar a avaliação da aprendizagem serão considerados referenciais curriculares, didáticos, metodológicos, epistemológicos e formativos.

O sistema de avaliação se efetiva mediante as orientações da política institucional (PROGRAD, CONAC, CPA-UFRB.) Serão considerados:

- a aprendizagem dos estudantes no que se refere aos conteúdos, procedimentos e atitudes formativas.
- avaliação do ensino-aprendizagem como política e prática do currículo.
- avaliação do ensino-aprendizagem com base em enfoque interdisciplinar.
- avaliação da mediação docente, considerados os aspectos metodológicos e epistemológicos.
- avaliação das práticas de ensino e de aprendizagem que integrem e promovam ações de autoformação, heteroformação, eco-formação e emancipação.

A avaliação refere-se à uma visão que articula o trabalho docente ao desempenho discente, numa reflexão conjunta sobre a ação pedagógica; deve subsidiar o processo de formação, fundamentando novas decisões, direcionando o Curso e, eventualmente, reorientando-o, caso necessário. Os conhecimentos dos estudantes serão estimados procurando aperfeiçoar a

atuação de ensino-aprendizagem. No intuito de avaliar esta relação, ao detectar erros e corrigi-los, serão enfatizadas necessidades contextuais e estimulada a reflexão e participação ativa dos docentes e discentes na formulação de ajustes pedagógicos. A proposta pedagógica do curso prevê, portanto, atividades avaliativas que funcionem como instrumentos na verificação da aprendizagem. Serão contemplados os seguintes aspectos:

- a) procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- b) manutenção de diálogo permanente com o/a estudante;
- c) consenso dos critérios de avaliação;
- e) adoção de procedimentos didático-pedagógicos eficazes;
- f) discussão sobre os resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e bimestres, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A avaliação da aprendizagem considerará aspectos qualitativos e quantitativos, em cumprimento às normas institucionais, resguardada a flexibilidade de métodos e procedimentos para as dinâmicas específicas dos componentes curriculares, dos tempos curriculares, das etapas de formação e das condições objetivas de ensino e aprendizagem, em suas especificidades. De acordo com Regulamento de Ensino de Graduação – UFRB. O sistema de avaliação de aprendizagem será definido a partir das deliberações pedagógicas atinentes ao Curso (instrumentos, objetivos, resultados).

A aprovação está vinculada ao desempenho satisfatório em todas as atividades curriculares, o que significa o alcance de média sete (7,0), em uma escala de zero a 10, e ao cumprimento de 75% de presença em cada atividade curricular por UPP. A aprovação no curso dará por aprovação em todas as UPP, respeitado o prazo máximo de integralização.

É importante ter como referência que a avaliação dos educandos deve estar pautada tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Para acompanhar a aprendizagem no processo, o educador pode lançar mão de atividades e ações que envolvam os educandos ativamente, a exemplo de seminários, relatos de experiências, entrevistas, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros.

Já na avaliação dos produtos, devem-se reunir as provas de verificação da aprendizagem ou comprovações do desenvolvimento das competências. O objetivo dessas provas é fornecer elementos para que o educador elabore os argumentos consistentes acerca do desempenho e da evolução dos educandos. Esses instrumentos de avaliação podem ser questionários, exames escritos com ou sem consulta a materiais bibliográficos, arguições orais, experimentações monitoradas em laboratórios, relatórios e descrições de processos produtivos, visitas, elaboração de pôsteres ou outros materiais para apresentação, fichas de aula, instrumento de auto-avaliação, monografias, além de avaliações integrativas que envolvam os saberes trabalhados por Eixo. Ao pontuar o produto, o docente deve explicitar com clareza os critérios adotados quanto aos objetivos esperados.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem se articula de forma interdependente e complementar com as práticas de avaliação do ensino. Esta inter-relação expressa uma visão complexa das interfaces entre ensino-aprendizagem.

Para realizar a referida avaliação da aprendizagem serão considerados referenciais curriculares, didáticos, metodológicos, epistemológicos e formativos, postos nas políticas e nas práticas de ensino e formação para os discentes.

O sistema de avaliação se efetiva mediante as orientações da política institucional (PROGRAD, CONAC, CPA-UFRB), e os princípios e os referenciais do Projeto CECULT.

Nesse sistema de avaliação serão considerados:

- a aprendizagem dos estudantes no que se refere aos conteúdos, procedimentos e atitudes formativas.
- avaliação do ensino-aprendizagem como política e prática do currículo.
- avaliação do ensino-aprendizagem com base em enfoque interdisciplinar.
- avaliação da mediação docente, considerados os aspectos metodológicos e epistemológicos com base interdisciplinar.
- avaliação das práticas de ensino e de aprendizagem que integrem e promovam ações de autoformação, heteroformação, eco-formação e emancipação.

A avaliação da aprendizagem considerará aspectos qualitativos e quantitativos, em cumprimento às normas institucionais, resguardada a flexibilidade de métodos e procedimentos para as dinâmicas específicas dos componentes curriculares, dos tempos curriculares, das etapas de formação e das condições objetivas de ensino e aprendizagem, em suas especificidades.

A avaliação deve subsidiar todo o processo de formação, e implementação do CST em Política e Gestão Cultural, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o, caso necessário. Dentro da visão de que aprender é construir o conhecimento, a avaliação assume dimensões mais abrangentes, servindo como mecanismo constante de retroalimentação, visando à melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, educadores, educandos e servidores técnico-administrativos.

A avaliação da aprendizagem será realizada processualmente, considerando aspectos qualitativos e também quantitativos, relativos ao desempenho acadêmico do discente. Serão atribuídas notas de acordo com Regulamento de Ensino de Graduação – UFRB. As avaliações terão caráter formativo, poderão incluir pareceres de acompanhamento, em comum acordo com o educando, e indicativos ao educador das UPP subsequentes. O sistema de avaliação de aprendizagem será definido a partir das deliberações pedagógicas atinentes ao Curso (instrumentos, objetivos, resultados).

A aprovação está vinculada ao desempenho satisfatório em todas as atividades curriculares, o que significa o alcance de média sete (7,0), em uma escala de zero a 10, e ao cumprimento de 75% de presença em cada atividade curricular por UPP. A aprovação no curso dará por aprovação em todas as UPP, respeitado o prazo máximo de integralização.

É importante ter como referência que a avaliação dos educandos deve estar pautada tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Na avaliação do processo, tem-se como meta identificar as potencialidades dos educandos, as falhas da aprendizagem, bem como buscar novas estratégias para superar as dificuldades identificadas. Para acompanhar a aprendizagem no processo, o educador pode lançar mão de atividades e ações que envolvam os educandos ativamente, a exemplo de seminários, relatos de experiências, entrevistas, coordenação de debates, produção de textos, práticas de laboratório, elaboração de projetos, relatórios, memoriais, portfólios, dentre outros.

Já na avaliação dos produtos, devem-se reunir as provas de verificação da aprendizagem ou comprovações do desenvolvimento das competências. O objetivo dessas provas é fornecer elementos para que o educador elabore os argumentos consistentes acerca do desempenho e da evolução dos educandos. Esses instrumentos de avaliação podem ser questionários, exames escritos com ou sem consulta a materiais bibliográficos, arguições orais, experimentações monitoradas em laboratórios, relatórios e descrições de processos produtivos, visitas, elaboração de pôsteres ou outros materiais para apresentação, fichas de aula, instrumento de auto-avaliação, monografias, além de avaliações integrativas que envolvam os saberes trabalhados por Eixo. Ao pontuar o produto, o docente deve explicitar com clareza os critérios adotados quanto aos objetivos esperados.

PERFIL DO EDUCANDO

A aprendizagem implica redes de saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelos educandos em suas relações com os diferentes tipos de informações. Nesse sentido, o educando deve ser mobilizado para sair do papel de receptor passivo, mediante o desenvolvimento de pesquisa e mudança de atitude em relação ao consumo da informação, para que, assim, possa se tornar um sujeito da aprendizagem. Para que isso ocorra é fundamental a disseminação de uma cultura investigativa, a possibilidade de estabelecer trocas e o diálogo entre várias áreas do conhecimento e os vários recursos de informação.

Como sujeito ativo do processo de aprendizagem, o educando deve ser acompanhado e motivado a desenvolver a autonomia nas suas escolhas e direcionamentos durante o curso, visto que essa é uma condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a sujeitos que atuarão em uma realidade complexa em permanente transformação, como é o campo da cultura, das linguagens e das tecnologias aplicadas, e que terão de enfrentar as novas situações e problemas que estarão sempre emergindo nas experiências de trabalho. Assim, será possível para o educando se posicionar mediante a escolha de componentes curriculares, dentre uma proporção significativa de conteúdos de natureza optativa durante o curso, possibilitando-lhe definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem, bem como reduzir ao indispensável a exigência de pré-requisitos.

Na relação com colegas, assim como docentes e servidores técnico-administrativos, é fundamental que o discente esteja aberto à interação, ao compartilhar, ao respeito, à diferença, ao desenvolvimento da habilidade de lidar com o outro em sua totalidade, incluindo suas

emoções. Entende-se que a vivência de ser universitário deve ser experienciada em sua plenitude, envolvendo a participação em entidades de categoria, instâncias decisórias, grupos de pesquisa, projetos de extensão, eventos sócio-culturais e artísticos, entre outros fóruns de discussão e diferentes atividades

ATRIBUTOS DO EDUCADOR

Será essencial que a Universidade dedique especial atenção ao processo de seleção, capacitação e avaliação dos docentes. O perfil almejado é de um profissional com boa formação político-pedagógica e visão epidemiológica, consciente de seu papel sócio-cultural. Deve demonstrar experiência e interesse na atuação como docente na graduação, proficiente nas competências humanas e interpessoais, que irão se refletir em suas interações com discentes, colegas docentes, profissionais de outras áreas, bem como no intenso trabalho em equipe que um curso recém-implantado requer. Seu papel será muito mais de facilitador, mentor e referência ética de que transmissor de conteúdos.

Além das competências, habilidades e experiências específicas ao papel docente, é de fundamental importância que sejam educadores que se percebem como aprendizes e estão em permanente processo de aprimoramento pessoal e aprendizado científico, inclusive testando e aperfeiçoando seus métodos de ensino. Sejam pessoas abertas à inovação e à atualização pedagógica.

Nessa perspectiva, o docente deve desenvolver ações de ensino que impliquem os alunos como sujeitos ativos e interativos no processo formativo, orientando-os acerca de diferentes caminhos de busca, comparação, escolha e análise das informações. Essa postura mediadora visa construir uma nova relação com o conteúdo abordado, reconhecendo que o contexto da informação, a proximidade com o cotidiano, a aplicação prática, a valorização do saber do aluno e as conexões entre as diversas disciplinas ampliam as potencialidades da formação superior, em uma perspectiva de construção do conhecimento.

Todo esse processo deve ser baseado no diálogo e no respeito entre educador e educandos, estruturando relações justas, sérias, generosas, em que a autoridade dos educadores e a liberdade dos educandos se assumem eticamente. Nessa perspectiva, o ensino dos conteúdos não deve se dar alheio à formação ético-política, o que implica testemunho ético e posicionamento político do docente, enquanto sujeito de opções.

Diante dessa proposta, faz-se necessário pontuar que, para o adequado desenvolvimento dessas novas atribuições, o educador deve ser inserido em processos formativos, norteados pela valorização da prática cotidiana, privilegiando saberes já construídos e desenvolvendo

possibilidades de refletir sobre a própria prática. Assim, será possível identificar avanços, zonas de dificuldades e nós críticos na relação ensino-aprendizagem, bem como formular caminhos de transformação da docência universitária. Tomar a própria prática como ponto de partida para empreender transformações no cotidiano do ensinar e aprender na Universidade se coloca como eixo estruturante para o processo formativo e de desenvolvimento docente.

O educador deve buscar desenvolver uma prática educativo-crítica, visto que ensinar é criar possibilidades para a produção/construção do conhecimento e não, apenas, transferir conhecimento. Para alcançar tal intento, é importante aguçar a curiosidade do educando, reforçando sua capacidade crítica e estimulando-o a arriscar-se e aventurar-se. Dessa forma, estar-se-á contribuindo para o desenvolvimento de estilos e estratégias de estudo, pesquisa e socialização do que foi apreendido. Acrescenta-se, também, o esforço em propiciar situações de aprendizagem que sejam mobilizadoras da produção coletiva do conhecimento. Isso implica na escolha de estratégias metodológicas que priorizem a participação, interação e construção compartilhada de conhecimentos.

Quanto à carga horária dos educadores, é importante destacar que duas horas semanais serão dedicadas à avaliação e planejamento coletivo dos processos, com vistas a garantir a articulação curricular e dos Programas de Aprendizagem. Quando necessário esta carga horária poderá ser utilizada para realizar atendimento individual ou em grupo aos educandos.

Avaliação de processos

Avaliação dos cursos e dos educadores, assim como identificação das contribuições dos educandos no que concerne ao curso e aos seus educadores, suas atitudes, comportamentos em relação aos Planos de Curso e Programas e de Aprendizagem. Avaliação do processo compreende também as instalações físicas, as qualidades das salas de aula, o funcionamento dos laboratórios didáticos e de pesquisa, a atualidade e a disponibilidade do acervo bibliográfico, a articulação entre os módulos do curso, o currículo, o projeto pedagógico para as suas pretensões de formação.

Avaliação do desempenho dos educandos

As notas, que refletem o desempenho dos educandos nas avaliações realizadas, irão permitir que o colegiado do curso realize estudos no sentido de verificar o grau de domínio que esses adquiriram acerca dos diversos saberes e conteúdos previstos em cada Eixo Integrativo do

curso. Com essa análise, será possível identificar lacunas e dificuldades no processo ensino-aprendizagem, avaliar e planejar coletivamente estratégias de superação. Outra forma de avaliação do curso será a aplicação de uma prova anual que visa obter informações acerca do alcance dos objetivos e competências estabelecidos nesse projeto.

Avaliação dos concluintes

Para os concluintes, será aplicado um questionário eletrônico disponibilizado no portal do egresso (www.ufrb.edu.br/egresso), com a finalidade de identificar a opinião dos educandos em relação a itens que foram investigados no seu ingresso na universidade (os seus interesses culturais, satisfação em relação ao curso e à Universidade, sua concepção de Universidade, os seus espaços preferidos de convívio, suas imagens de futuro etc.)

AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**Formulário
Nº 19**

A proposta pedagógica do CST em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) prevê o monitoramento dos objetivos e metas, promovendo uma avaliação contínua do curso. Serão portanto apreciados os referenciais legais e normativos; os aspectos relativos à sua concepção e implantação; os fundamentos teóricos e epistemológicos; as questões de gestão administrativa e de infra-estrutura; a finalidade sócio-educativa nas suas relações com a inclusão e a equidade na educação superior.

Nessa perspectiva, a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Política e Gestão Cultural observará o previsto na Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, no intuito de contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração das diferentes atividades de ensino constantes no currículo; incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, afinadas às necessidades da graduação, às exigências do mercado de trabalho e às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pela avaliação continuada do Projeto Pedagógico do Curso e pelo encaminhamento das suas conclusões ao Colegiado do Curso, zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

O NDE do CST em Política e Gestão Cultural, será instalado quando da implantação do curso de acordo com a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010. A avaliação e eventuais

correções do PPC deverão ser realizadas de maneira continuada e serão definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

- a) Justificativa do curso - deve-se observar os elementos que sustentem a criação e manutenção do Curso Superior em Política e Gestão Cultural,
- b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da Gestão Cultural.
- c) Perfil profissional do egresso – deve expressar as competências profissionais do egresso do curso.
- d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder ao número de docentes e às condições de infra-estrutura no âmbito do curso.
- e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização como mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
- f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional.
- g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com o desenvolvimento do espírito crítico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
- h) Programas sistemáticos de atendimento ao discente – devem considerar os aspectos de atendimento extra-classe e apoio psico-pedagógico.
- i) Pesquisa e extensão – deve contemplar a participação do discente às atividades de pesquisa e extensão.